

5^o Congresso do PC do Brasil

Teses e Resoluções Políticas - 1960



*5º Congresso
do
PC do Brasil*

São Paulo

2018



Sumário

Pela Legalidade do PCB

Luiz Carlos Prestes _____ 7

Projeto de Estatutos do Partido Comunista do Brasil _ 11

Capítulo I

O Membro do Partido _____ 13

Capítulo II

O Centralismo Democrático _____ 17

Capítulo III

A Estrutura do Partido _____ 18

Capítulo IV

As Organizações de Base _____ 21

Capítulo V

As Organizações Intermediárias e Seus
Órgãos Dirigentes _____ 24

Capítulo VI

Os Órgãos Dirigentes Centrais do Partido _____ 27

Resolução Política _____ 31

| | |
|---|-----|
| Teses _____ | 65 |
| I – A Situação Internacional em Que se Desenvolve a Revolução Brasileira _____ | 66 |
| II – Características Principais do Desenvolvimento da Economia Nacional _____ | 78 |
| III – As Classes Sociais, o Estado e as Instituições do Brasil __ | 90 |
| IV – As Contradições da Sociedade Brasileira e o Caráter da Atual Etapa da Revolução _____ | 103 |
| V – A Frente Única Nacionalista e Democrática _____ | 109 |
| VI – O Caminho Para um Poder Das Forças Anti-imperialistas e Antifeudais _____ | 123 |
| VII – Uma Política de Soluções Nacionalistas e Democráticas _____ | 129 |
| VIII – Análise Crítica da Atuação do Partido _____ | 145 |

Pela Legalidade do PCB

Luiz Carlos Prestes

Sempre foi justo anseio dos comunistas brasileiros trazer de volta à legalidade seu partido político. Consideram que a decisão judicial que cancelou o registro do Partido Comunista do Brasil se fundou, certamente, em pressupostos falsos, mas sobretudo resultou de uma situação transitória na vida internacional, com reflexos sobre os juízes que participaram daquele julgamento histórico. É que a chamada “guerra fria” criou nas camadas dirigentes das nações ocidentais a perspectiva de uma guerra próxima e inevitável.

Os comunistas representavam então, como representam hoje, em todo o mundo, uma força atuante pela paz e pela coexistência pacífica, por transformações progressistas na sociedade. Por esse motivo, contra eles se iniciou em diferentes quadrantes vigorosa perseguição, retirando-lhes quanto possível instrumentos de luta política e de esclarecimento das grandes massas.

A situação é hoje inteiramente diversa. O signo de macarthismo é vergonhosa lembrança do passado. O chefe do governo soviético é recebido festivamente na Inglaterra, na França e nos Estados Unidos. O presidente Eisenhower é festivamente aguardado na União Soviética, onde lhe serão tributadas grandes homenagens. Todas as condições objetivas de nosso mundo contemporâneo se transformaram com o progresso da União Soviética, da China Popular e dos demais países socialistas. Ante a terrível ameaça de uma guerra nuclear, os próprios dirigentes ocidentais começam a aceitar a ideia da coexistência pacífica e do entendimento internacional.

Modificou-se também a situação no Brasil. Embora sem um partido legal, os comunistas brasileiros atuam politicamente como cidadãos em pleno uso e gozo de todas as garantias constitucionais. Como comunistas



são ouvidos por forças e correntes as mais representativas na vida política brasileira. É, pois, chegado o momento de se unirem para reorganizar, legal e democraticamente, seu Partido. Têm o direito de fazê-lo, autorizados não só pela Constituição da República como pela própria lei penal, no parágrafo único do artigo 9 da Lei n. 1.808 – Lei da Defesa do Estado.

O cancelamento do registro do Partido Comunista do Brasil se fundou na alegação de ser contrário ao regime democrático, consubstanciado na pluralidade de partidos e no respeito às liberdades fundamentais do homem. Acusou-se, ainda, o Partido, de ter dois estatutos, sendo um para o uso externo.

Os comunistas brasileiros reafirmam ainda uma vez que não são contra o regime democrático. Ao contrário, lutam pela democracia e são favoráveis à pluralidade de partidos, que exprime os diversos interesses e tendências do povo brasileiro. Ser antidemocrático e contra a pluralidade de partidos é, precisamente, negar aos comunistas e à classe operária o direito de se organizarem em partido, dentro dos quadros da Constituição Federal. Os comunistas são pelas liberdades democráticas e têm sido eles as vítimas constantes das violações a essas liberdades. Reconhecem os comunistas que o povo brasileiro é herdeiro de um rico patrimônio de tradições liberais. Essas tradições são valores que os comunistas querem enriquecidos para todo o povo e não apenas para as camadas mais afortunadas, como, de fato, tem ocorrido em nossa história.

Dentro dessa afirmação de princípios, que se casam às suas convicções socialistas, os comunistas brasileiros, com o pensamento nos sagrados interesses da Pátria, voltam a pleitear a legalidade de seu Partido e, nesse sentido, dão o primeiro passo, levando ao conhecimento de todo o povo um projeto de Estatutos, com a declaração solene de que, se registrados, serão os Estatutos do Partido Comunista do Brasil. Pretendem, assim, dando mostras do mais alto espírito democrático, receber críticas e sugestões de todo o povo, sugestões que serão consideradas na elaboração final do texto que será submetido ao Tribunal Superior Eleitoral, na forma da legislação vigente.

Publicando esse projeto, elaborado com o concurso de alguns companheiros, penso abrir, de forma democrática e pública, o debate sobre problema de real importância para a vida política do Brasil: a legalidade do Partido Comunista, um partido que se forjará dentro de um mundo novo, o mundo da coexistência pacífica.



Projeto de Estatutos do Partido Comunista do Brasil

*5º Congresso
do
PC do Brasil*

Introdução

O Partido Comunista do Brasil é a vanguarda política da classe operária, a forma superior de sua organização de classe, em cujas fileiras se congregam os comunistas – operários, camponeses, intelectuais, trabalhadores em geral e pessoas de outras classes e camadas.

O PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL orienta-se pelo marxismo-leninismo, pelos princípios do internacionalismo proletário. Tendo como objetivo programático final o estabelecimento do socialismo e do comunismo, luta atualmente para que a classe operária e as demais forças patrióticas e progressistas se unam politicamente a fim de assegurar a plena vigência da legalidade democrática, a ampliação e consolidação dos direitos e conquistas do povo, a formação de um governo nacionalista e democrático, e alcançar um regime que promova a completa emancipação do país, o desenvolvimento independente de sua economia, a democratização radical da vida política, a continuada elevação do bem-estar e da cultura do povo e a cooperação eficaz do Brasil em prol da paz entre os povos.

Organização centralizada e combativa, regida por uma disciplina consciente, livremente aceita por todos os seus membros e obrigatória por igual para todos eles, o PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL dirige-se democraticamente segundo as normas básicas estabelecidas nos presentes Estatutos.

Capítulo I

O Membro do Partido

Art. 1º – Membro do Partido é todo aquele que aceita o Programa e os Estatutos do Partido e que contribui para a atividade deste com meios materiais e por sua participação em uma das organizações partidárias.



Art. 2º – A filiação ao Partido é individual. Realiza-se mediante pedido a uma Organização do Partido, encaminhado através de um dos membros desta e por ela aprovado.

§ 1º – Em casos particulares, definidos pelo Comitê Central, a filiação só se tornará efetiva depois de ratificada pela instância superior à que for atribuída essa competência.

§ 2º – A readmissão de pessoa que tenha sido expulsa do Partido só se tornará efetiva depois de confirmada pelo órgão dirigente partidário que ratificou a expulsão.

Art. 3º – São deveres do membro do Partido:

- a) zelar ativamente pela unidade ideológica, política e orgânica do Partido;
- b) manter estreita ligação com as massas e dedicar-se à defesa das reivindicações destas – participando de seus movimentos e organizações, trabalhando para que conheçam, assimilem e ponham em prática a orientação geral do Partido –, esforçar-se para que se ampliem sempre mais os laços entre o conjunto do Partido e as massas;
- c) elevar, através do estudo e da atividade prática, o próprio nível teórico e ideológico, e ajudar no mesmo sentido aos camaradas e a todo o Partido;
- d) participar do estudo e da elaboração da linha política do Partido e empenhar-se para que seja levada à prática, através do estrito cumprimento das resoluções partidárias;
- e) concorrer para a prática permanente da crítica e autocrítica, para a luta de opiniões ampla e organizada e a correta observância da disciplina;
- f) esforçar-se pelo aprimoramento sempre maior do espírito de solidariedade comunista;
- g) contribuir para o respeito às normas de segurança e o constante exercício da vigilância partidária;

h) trabalhar pelo contínuo fortalecimento orgânico do Partido, pelo aperfeiçoamento ininterrupto dos métodos de trabalho e de direção.

Art. 4º – São direitos do membro do Partido:

a) participar, nas reuniões organizadas pelo Partido ou na imprensa partidária, das discussões sobre problemas da vida interna e externa do Partido;

b) eleger e ser eleito para os órgãos dirigentes e em geral para qualquer cargo eletivo do Partido;

c) criticar, nas reuniões do Partido, ou junto às instâncias superiores partidárias, o que lhe pareça falso ou incorreto nos atos ou posições de qualquer Organização, órgão dirigente ou membro do Partido;

d) encaminhar opiniões, sugestões, propostas, reclamações ou apelações a qualquer das sucessivas instâncias partidárias, desde os órgãos dirigentes da Organização a que pertence até o Comitê Central e o Congresso do Partido;

e) manter sua opinião e continuar a defendê-la nas discussões partidárias (Art. 9º, letra d), salvo quando delas participa como representante da opinião de um Comitê ou Secretariado do Partido –, sem, entretanto, deixar de cumprir as decisões de que diverja;

f) exigir sua participação pessoal sempre que se trate de resolver sobre sua posição ou conduta.

Art. 5º – É reconhecida a todo membro do Partido a liberdade de sair dele. O membro do Partido que queira pedir autorização para dele retirar-se deve encaminhar o seu pedido de demissão, oralmente ou por escrito, à Organização a que pertence. Esta – desde que o filiado insista em manter sua atitude depois de esgotados os esforços feitos para que a reconsidere – concederá a demissão, salvo se, ao examinar o pedido, verificar que o membro do Partido está no caso do art. 6º ou é passível de medida de expulsão por falta grave cometida contra o Partido.



Art. 6º – O membro do Partido que, sem causa justificada, deixar de participar durante seis meses de atividade de sua Organização ou de satisfazer a contribuição material a que está obrigado – e que insistir em manter essa atitude depois de esgotados os esforços para que a reconsidere –, considera-se como tendo abandonado o Partido por sua própria vontade e terá, assim, a sua filiação cancelada pela organização partidária a que pertence.

Art. 7º – O membro do Partido que infrinja as normas estatutárias ou assuma atitude que fira os interesses do Partido ou da classe operária está sujeito, conforme a natureza e gravidade da falta cometida, a uma das seguintes medidas disciplinares: advertência dentro do Partido, suspensão por tempo determinado do exercício do cargo partidário, destituição do cargo partidário, censura pública, expulsão do Partido.

Parágrafo único – Ao decidir-se sobre a aplicação de medida disciplinar a um membro do Partido, especialmente quando se trate da mais grave, a expulsão, deve haver o máximo de cuidado e de espírito de fraternidade, examinando-se minuciosamente o fundamento ou não das acusações, assegurando sempre que possível a presença do membro do Partido às reuniões em que se discuta o seu caso e facilitando-lhe todos os elementos necessários à sua justificação.

Art. 8º – A aplicação de medida disciplinar a um membro do Partido é decidida e executada pela Organização a que pertence.

Parágrafo único – A expulsão de um membro do Partido se resolve por maioria absoluta de votos, quando quem decide é uma Organização de Base, e por maioria de dois terços de votos, quando quem decide é um Comitê do Partido em relação a um dos seus membros efetivos ou suplentes. Em qualquer caso, a expulsão só se tornará efetiva depois de confirmada pelo Comitê da instância imediatamente superior do Partido, que resolverá igualmente sobre a forma de torná-la pública. Até a confirmação ou anulação da expulsão pela instância superior, o

membro do Partido em causa ficará com seus direitos e deveres suspensos, salvo o direito de apelação junto às instâncias superiores partidárias, até ao Comitê Central e ao Congresso do Partido. Esse direito é também reconhecido pelo Partido, sem limite de tempo, à pessoa cuja expulsão se tenha tornado efetivo.

Capítulo II

O Centralismo Democrático

Art. 9º – O princípio diretor da estrutura e do funcionamento do Partido é o centralismo democrático, que significa centralização com base na democracia e democracia sob a direção centralizada. A unidade e disciplina do Partido, fundadas no centralismo democrático, são incompatíveis com qualquer forma de atividade desagregadora ou de organização fracionista. O centralismo democrático encerra os seguintes aspectos fundamentais:

- a) os membros do Partido são iguais em direitos e deveres e decidem sobre todas as questões do Partido;
- b) todos os órgãos e cargos dirigentes do Partido são preenchidos por eleição, através de votação direta dos membros do Partido ou de delegados por estes eleitos, e podem, pela mesma maneira como foram escolhidos, ter os seus mandatos a qualquer momento revogados. Em caso de força maior, um órgão dirigente do Partido pode completar por cooptação o seu efetivo, submetendo este ato, na primeira oportunidade, à ratificação do órgão partidário que regularmente o elege;
- c) cada Organização subordina-se aos respectivos órgãos dirigentes e às organizações que lhe são superiores; e todas as organizações do Partido, ao centro dirigente único deste, entre um e outro Congresso: o Comitê Central;
- d) cada organização ou órgão dirigente do Partido abre e encerra, por maioria, a discussão sobre os assuntos de sua jurisdição ou sobre



qualquer outro assunto partidário a respeito do qual não haja uma resolução de instância superior do Partido. Nesse último caso, limita-se a encaminhar suas sugestões e propostas à instância competente para resolver. Encerrada uma discussão, a resolução consequente é tomada por maioria, e nova discussão sobre o assunto a que se refere só pode ser aberta por decisão da organização ou do órgão dirigente partidários que a tomou, ou por decisão de órgão dirigente superior;

e) as resoluções do Partido são cumpridas em caráter obrigatório: o membro do Partido submete-se à organização partidária, a minoria à maioria, as organizações inferiores às superiores;

f) todos os órgãos dirigentes, organizações e membros do Partido respondem por suas atividades e delas prestam contas sistematicamente ante os órgãos dirigentes e organizações do Partido que lhes são superiores e, assim, ante todo o Partido. Os órgãos dirigentes do Partido prestam contas periodicamente de suas atividades ante o conjunto das organizações de sua circunscrição;

g) dentro da linha política e das resoluções do Partido, cada organização e cada órgão dirigente gozam de plena autonomia nas respectivas circunscrições e têm, como cada membro do Partido no campo de suas atribuições, o direito e o dever de exercer ampla iniciativa, tanto dentro do Partido como publicamente;

h) todas as organizações e órgãos dirigentes do Partido decidem e trabalham coletivamente, definindo, ao mesmo tempo, a responsabilidade individual de cada um dos seus membros.

Capítulo III

A Estrutura do Partido

Art. 10 – As organizações do Partido estruturam-se segundo os critérios de local de trabalho ou moradia e de área territorial em acordo com

a divisão administrativa do país. De baixo para cima, são as seguintes: Organizações de Base Distritais, Municipais e Estaduais ou Territoriais. O Partido, como organização, abrange todo o país e constitui um sistema único de todas as organizações partidárias.

§ 1º – A organização partidária do Distrito Federal de Brasília denomina-se Organização Metropolitana e é equiparada à Organização Estadual ou Territorial.

§ 2º – É admitida, quando necessário, a criação, dentro de uma Organização Estadual, de Organizações de Zona, constituídas de um número determinado de Organizações Municipais.

Art. 11 – A organização do Partido que desenvolve sua atividade em determinado local de trabalho ou moradia ou em determinada área territorial é considerada superior a todas as organizações partidárias que limitem sua atividade a parte desse local ou área.

Art. 12 – A criação, desdobramento, unificação ou extinção de organizações do Partido só se tornam efetivos depois de confirmados pelo órgão dirigente da organização partidária imediatamente superior.

Art. 13 – Os membros de um Comitê do Partido ausentes a uma reunião do Comitê são substituídos pelos suplentes deste, segundo a ordem estabelecida pelo órgão dirigente que o elegeu (Assembleia, Conferência ou Congresso). Os demais suplentes participam do Comitê com direito apenas a voz. As vagas temporárias ou permanentes abertas no efetivo de um Comitê são preenchidas pelos suplentes, segundo a ordem estabelecida. Não havendo suplentes, os Comitês do Partido podem preencher por cooptação, aprovada por dois terços de seu efetivo restante, as vagas de até um quinto de seu efetivo eleito.

Art. 14 – Os recursos financeiros do Partido são constituídos pelas con-



tribuições mensais de seus membros e simpatizantes, por donativos e rendas eventuais. Constituem bens patrimoniais do Partido todos os haveres materiais de suas organizações. Os órgãos dirigentes do Partido, em todas as instâncias, organizam e mantêm em dia a escrituração das respectivas tesourarias e zelam pelos bens patrimoniais do Partido sob sua responsabilidade.

Art. 15 – A Atividade partidária nas organizações de massa ou em outras organizações não partidárias será coordenada pelo Partido através de frações, constituídas, cada uma, dos membros do Partido pertencentes à entidade considerada ou de delegados por eles eleitos nas organizações partidárias a que pertencem. As frações do Partido elegem um Secretário ou um Secretariado para coordenar o seu trabalho e são dirigidas pela organização do Partido em cuja circunscrição funciona a entidade não partidária considerada.

Parágrafo único – A participação do membro do Partido numa fração não o exime de continuar atuando na organização partidária a que pertence.

Art. 16 – Os Comitês do Partido criam, segundo as necessidades, órgãos e cargos auxiliares temporários ou permanentes, que trabalharão sob sua direção.

Art. 17 – A organização ou órgão dirigente do Partido que infrinja as normas estatutárias ou assuma atitude que fira os interesses do Partido ou da classe operária está sujeita, conforme a natureza e a gravidade da falta cometida, a uma das seguintes medidas disciplinares: advertência dentro do Partido, censura pública, destituição no todo ou em parte do órgão dirigente, dissolução da organização.

§ 1º – A aplicação de medida disciplinar a uma organização ou órgão dirigente do Partido é decidida por maioria de dois terços pelo Comitê da instância imediatamente superior e por ele executada. No caso da

decisão ser adotada por instância acima desse Comitê, basta que o seja por maioria absoluta de votos, mas é ainda ele quem deve executá-la.

§ 2º – A destituição no todo ou em parte de um órgão dirigente e a dissolução de uma organização do Partido, quando decididas pelo Comitê da instância imediatamente superior, só podem ser executadas depois de confirmadas por órgãos de instância acima desse Comitê.

Art. 18 – Com o fim de sistematizar normas e procedimentos ditados pela experiência e úteis ao pleno cumprimento dos Estatutos do Partido, o Comitê Central estabelecerá os regulamentos necessários. Os demais órgãos dirigentes e as Organizações de Base regulamentarão igualmente suas próprias atividades, partindo das normas e dos procedimentos mais gerais aprovados pelo Comitê Central.

Capítulo IV

As Organizações de Base

Art. 19 – As Organizações de Base constituem o alicerce de toda a organização do Partido. Como elos fundamentais que são de ligação deste com as massas, nelas concentra a atividade principal do Partido. As Organizações de Base são constituídas, cada uma, dos membros do Partido que trabalham numa mesma empresa ou residem numa mesma área determinada de moradia.

Parágrafo único – É admitida também a estruturação de Organizações de Base femininas e juvenis e, em casos excepcionais, por setor profissional.

Art. 20 – As tarefas mais importantes da Organização de Base são:

a) participar ativamente da vida da massa no local de trabalho ou moradia, dos seus movimentos e lutas, das suas organizações, ouvindo-a



atentamente, recolhendo as suas experiências e levando-a a conhecer, assimilar e pôr em prática as palavras de ordem, as resoluções, a linha política do Partido;

b) concorrer para a elaboração da linha política, das resoluções e palavras de ordem do Partido, preocupando-se particularmente em levar ao conhecimento das instâncias superiores partidárias as reivindicações, as tendências, o estado de espírito da massa;

c) organizar a distribuição das tarefas entre os membros do Partido e o controle de sua realização; divulgar a imprensa e a literatura do Partido e realizar permanente trabalho de agitação e propaganda; arrecadar as contribuições dos membros e simpatizantes do Partido e encaminhar à instância superior a quota financeira a que está obrigada; zelar pela disciplina partidária; recrutar novos membros para o Partido;

d) organizar, entre membros do Partido, o estudo da teoria, da política e da experiência do Partido, de modo a elevar-lhes o nível ideológico, a capacidade de conhecer a realidade social, de ligar-se às massas e de dirigi-las;

e) estimular a crítica e autocrítica de toda a atividade partidária – a revelação e assimilação das experiências positivas e dos acertos, o descobrimento e eliminação das debilidades e dos erros, a pesquisa e o desenvolvimento dos elementos novos de ação, a rejeição oportuna do que se tornou superado.

Art. 21 – A jurisdição de cada Organização de Base é estabelecida pelo órgão dirigente da Organização imediatamente superior. Para a constituição de uma Organização de Base são necessários pelo menos três membros do Partido. Segundo as necessidades de seu funcionamento, ela pode estruturar-se em Seções e Subseções.

Art. 22 – A Assembleia da Organização de Base, constituída da reunião geral dos seus membros, ou a Conferência dos delegados por eles

eleitos nas Assembleias das suas Seções, é o órgão dirigente superior da Organização de Base. São seus poderes principais:

- a) examinar a prestação de contas do Secretariado (ou do Secretário) da Organização de Base e a dos membros desta, e sobre elas decidir;
- b) discutir e resolver sobre todas as questões da atividade da Organização de Base;
- c) eleger o Secretariado (ou o Secretário) da Organização de Base e os delegados desta à Conferência da Organização superior.

Art. 23 – A Assembleia reúne-se ordinariamente a intervalo regular por ela própria estabelecido e não maior que três meses, e a Conferência, não maior que seis meses. Reúnem-se extraordinariamente:

- a) em cumprimento à decisão da Assembleia ou Conferência anterior;
- b) por iniciativa do Secretariado (ou Secretário) da Organização de Base;
- c) em cumprimento a resolução de instância superior do Partido;
- d) por proposta de um dos membros da Organização de Base, aprovada pela maioria.

Cabe, em qualquer caso, ao Secretariado (ou ao Secretário) da Organização de Base fazer a convocação da Assembleia ou Conferência.

Parágrafo único – A proposta a que se refere a letra d deste artigo será encaminhada pelo proponente ao Secretariado (ou ao Secretário) da Organização de Base, que a submeterá, no menor prazo possível, à consideração individual (aprovação ou rejeição) dos membros da Organização de Base.

Art. 24 – O Secretariado da Organização de Base é o órgão dirigente desta entre uma e outra Assembleia ou Conferência. O número de seus membros é estabelecido pela Assembleia ou pela Conferência da Organi-

zação de Base, sendo no mínimo de três e no máximo de cinco. Sua obrigação principal é organizar a execução das resoluções da Assembleia ou Conferência e das resoluções das instâncias superiores do Partido.

Parágrafo único – A Organização de Base de pequeno efetivo elege apenas, como dirigente, um Secretário.

Art. 25 – A Organização de Base de empresa de grande efetivo, estruturada em Seções e Subseções, pode, a critério da instância imediatamente superior do Partido, eleger como órgão dirigente entre uma e outra Conferência um Comitê de Empresa que, por sua vez, elegerá em seu seio um Secretariado, como órgão operativo diário.

Parágrafo único – A Organização de Base, nesse caso, conforme a área territorial que abranja, se ligará diretamente, através de seu Comitê, a um Comitê Municipal, Estadual ou Territorial, ou ao Comitê Central.

Capítulo V

As Organizações Intermediárias e Seus Órgãos Dirigentes

Art. 26 – As Organizações Distritais, Municipais e Estaduais ou Territoriais do Partido são as organizações intermediárias deste, constituídas, cada uma respectivamente, de todas as Organizações e membros do Partido na área administrativa de Distrito, Município e Estado ou Território.

Art. 27 – A conferência Distrital, Municipal, Estadual ou Territorial é o órgão superior da organização respectiva, constituída de delegados eleitos pelas organizações partidárias que lhe são diretamente subordinadas. São seus poderes principais:

- a) examinar a prestação de contas do Comitê da Organização respectiva e sobre ela decidir;
- b) discutir e resolver sobre todas as questões da atividade da Organização;
- c) eleger o Comitê da Organização e os delegados desta à Conferência da Organização superior.

Parágrafo único – Quando, dado o pequeno efetivo do Partido no Distrito ou Município, os seus membros estão estruturados numa única organização – a Organização Distrital ou Municipal –, o órgão dirigente superior dela será a Assembleia Distrital ou Municipal.

Art. 28 – A Conferência de uma Organização intermediária é convocada pelo Comitê desta. Realiza-se ordinariamente de dezoito em dezoito meses. Reúne-se extraordinariamente:

- a) em cumprimento à decisão de Conferência anterior;
- b) por iniciativa do Comitê da Organização respectiva;
- c) em obediência à resolução de instância superior do Partido;
- d) em consequência de proposta do Comitê de uma das Organizações imediatamente inferiores, aprovada pela maioria dos Comitês dessas Organizações, representativos da maioria dos votos da Conferência anterior.

O número de delegados à Conferência e as normas preparatórias desta são estabelecidos pelo Comitê da Organização respectiva, salvo se tiverem sido determinados, para o caso, por instância superior do Partido.

Parágrafo único – A proposta a que se refere a letra d deste artigo será encaminhada pelo Comitê proponente ao Comitê da Organização superior, que a submeterá, no menor prazo possível, à consideração (aprovação ou rejeição) dos Comitês de sua circunscrição.



Art. 29 – O Comitê Distrital, Municipal, Estadual ou Territorial é o órgão dirigente da Organização respectiva entre uma e outra Conferência desta. O número de membros efetivos e suplentes do Comitê é estabelecido pela Conferência que o elege. Os membros efetivos serão no mínimo sete e no máximo quinze; os suplentes, no mínimo três e no máximo sete. As obrigações principais do Comitê são:

- a) organizar a execução das resoluções da Conferência da Organização respectiva e das resoluções das instâncias superiores do Partido;
- b) arrecadar as quotas financeiras das organizações partidárias da sua jurisdição e encaminhar à instância superior a quota que lhe corresponde;
- c) propor à aprovação do Comitê da instância imediatamente superior o nome dos candidatos a cargos públicos eletivos exercidos no âmbito da própria circunscrição que devem, em sua opinião, ser registrados na legenda do Partido ou por este apoiados.

Parágrafo único – A Assembleia Distrital ou Municipal elegerá como órgão dirigente entre uma e outra Assembleia, um Secretariado ou, como dirigente, um Secretário, conforme for necessário.

Art. 30 – O Comitê Distrital reúne-se ordinariamente com intervalo não maior que um mês; o Municipal, dois meses; o Estadual ou Territorial, três meses. Reúnem-se extraordinariamente:

- a) em cumprimento a decisão de reunião anterior;
- b) por iniciativa do Secretariado respectivo;
- c) em obediência a resolução de instância superior do Partido;
- d) por proposta de um de seus membros, aprovada pela maioria.

Cabe, em qualquer caso, ao Secretariado do Comitê convocar a reunião deste.

Parágrafo único – A proposta a que se refere a letra d deste artigo

será encaminhada pelo proponente ao Secretariado do Comitê, que a submeterá, no menor prazo possível, à consideração individual (aprovação ou rejeição) dos membros do Comitê.

Art. 31 – O Comitê Distrital, Municipal, Estadual ou Territorial elegerá em seu seio um Secretariado como órgão operativo diário. São obrigações principais do Secretariado:

- a) promover a execução das decisões do Comitê respectivo;
- b) atender às questões de ordem prática do trabalho de direção.

Parágrafo único – O Comitê Estadual, quando necessário, elegerá em seu seio uma Comissão Executiva que, em cumprimento às resoluções daquele, dirigirá a atividade do Partido entre duas reuniões do Comitê Estadual, a ela ficando subordinado o Secretariado.

Capítulo VI

Os Órgãos Dirigentes Centrais do Partido

Art. 32 – O Congresso do Partido é o órgão dirigente supremo deste, constituído de delegados eleitos pelas Conferências das Organizações diretamente subordinadas à direção central do Partido. As decisões do Congresso são obrigatórias para todo o Partido e não podem ser revogadas, no todo ou em parte, senão por outro Congresso. São poderes principais deste:

- a) examinar a prestação de contas do Comitê Central e sobre ela decidir;
- b) estabelecer o Programa, os Estatutos e a orientação política geral do Partido;
- c) eleger o Comitê Central.

Art. 33 – O congresso do Partido é convocado pelo Comitê Central. Reúne-se ordinariamente de três em três anos e, extraordinariamente:



- a) Em cumprimento a decisão de Congressos anteriores;
- b) por iniciativa do Comitê Central;
- c) por proposta de um Comitê Estadual ou Territorial aprovada pela maioria dos Comitês Estaduais e Territoriais, representativos da maioria dos votos no Congresso anterior.

O número de delegados ao Congresso e as normas preparatórias deste são estabelecidos pelo Comitê Central, salvo se determinados, para o caso, pelo Congresso anterior.

Parágrafo único – A proposta a que se refere a letra *c* deste artigo será encaminhada pelo Comitê proponente ao Comitê Central, que a submeterá, no menor prazo possível, à consideração (aprovação ou rejeição) dos Comitês Estaduais e Territoriais.

Art. 34 – O Comitê Central é o órgão dirigente do Partido entre um e outro Congresso. O número de membros efetivos e suplentes do Comitê Central é estabelecido pelo Congresso do Partido. Os poderes principais do Comitê Central são:

- a) dirigir toda a atividade partidária em cumprimento às resoluções do Congresso do Partido;
- b) examinar a prestação de contas da Comissão Executiva do Comitê Central e do Secretariado do Comitê Central, e sobre ela decidir;
- c) representar o Partido nas relações com outros partidos e organizações;
- d) nomear e substituir os responsáveis pelos órgãos centrais da imprensa do Partido;
- e) distribuir os quadros do Partido;
- f) resolver sobre os candidatos a postos públicos eletivos federais a serem registrados na legenda do Partido ou por este apoiados;
- g) estabelecer as normas relativas às contribuições dos membros do

Partido e às quotas financeiras a que são obrigadas as organizações partidárias, e administrar os meios financeiros e os bens patrimoniais do Partido;

h) autorizar os Comitês Estaduais, quando necessário e em casos excepcionais, a organizarem em suas circunscrições Comitês em setores profissionais, tendo em vista unir os membros do Partido para atuação partidária mais eficiente;

i) eleger a Comissão Executiva e o Secretariado Geral e dois ou mais Secretários que constituirão o Secretariado do Comitê Central.

Art. 35 – A reunião do Comitê Central é convocada pela Comissão Executiva. O Comitê Central reúne-se ordinariamente com intervalos não maiores que seis meses e, extraordinariamente:

a) em cumprimento a decisões de reunião anterior;

b) por iniciativa da Comissão Executiva;

c) por proposta de um de seus membros aprovada pela maioria.

Parágrafo único – A proposta a que se refere a letra c deste artigo deve ser encaminhada pelo proponente à Comissão Executiva, que a submeterá, no menor prazo possível, à consideração individual (aprovação ou rejeição) dos membros do Comitê Central.

Art. 36 – No período entre um e outro Congresso, o Comitê Central convoca, uma vez por ano, a Conferência Nacional do Partido, para a discussão mais ampla de determinados problemas partidários. A Conferência é constituída pelos membros do Comitê Central e, segundo normas por este fixadas, por delegados eleitos por todos os Comitês Estaduais e Territoriais e, a critério do Comitê Central, pelos Comitês de outras organizações partidárias. Suas resoluções só se tornam obrigatórias para o Partido depois de ratificadas pelo Comitê Central. Entretanto, a Conferência Nacional pode, independentemente de ratificação, substituir entre um e outro Congresso até um quinto dos membros efetivos do Co-

mitê Central por suplentes, segundo a ordem estabelecida, e completar o número regular destes.

Art. 37 – O Comitê Central, sempre que o considere necessário à discussão mais ampla de determinados problemas partidários de interesse regional, pode convocar Conferências Interestaduais, constituídas, segundo normas por ele fixadas, de delegados eleitos por todos os Comitês Estaduais e Territoriais da região considerada, e, a critério do Comitê Central, pelos Comitês de outras organizações partidárias. As resoluções dessas Conferências só se tornam obrigatórias para o Partido depois de ratificadas pelo Comitê Central.

Art. 38 – A Comissão Executiva é o órgão dirigente executivo do Comitê Central entre uma e outra reunião deste. O número de seus membros é determinado pelo Comitê Central. Suas atribuições e obrigações principais são:

- a) dirigir toda a atividade partidária com vistas à execução das resoluções do Comitê Central e de suas próprias decisões, daquela decorrentes;
- b) submeter ao Comitê Central as questões que são da competência exclusiva deste;
- c) coordenar a atuação dos membros do Comitê Central;
- d) controlar o trabalho dos órgãos auxiliares do Comitê Central;
- e) examinar, entre uma e outra reunião do Comitê Central, a prestação de contas do Secretariado do Comitê Central e sobre ela decidir.

Art. 39 – O Secretariado do Comitê Central é o órgão operativo diário deste, que atende às questões de ordem prática do trabalho de direção e atua subordinado à Comissão Executiva. O Secretariado Geral do Comitê Central coordena a atividade do Secretariado e trabalha sob a direção deste.

Resolução Política

*5º Congresso
do
PC do Brasil*

Em sua Convenção Nacional recentemente realizada, os comunistas brasileiros aprovaram a Resolução Política que a seguir transcrevemos:

1. O Partido Comunista do Brasil, partido da classe operária, tem como objetivo supremo o estabelecimento da sociedade socialista, que se baseia na propriedade social dos meios de produção, põe fim à exploração do homem pelo homem e aos antagonismos de classe.

Somente no socialismo o povo brasileiro encontrará não apenas sua definitiva emancipação nacional como também a completa libertação social, o pleno florescimento de suas forças produtivas, o caminho aberto para o desenvolvimento do bem-estar material, da vida democrática e da cultura espiritual.

Nas condições atuais, entretanto, o Brasil tem seu desenvolvimento entravado pela exploração do capital imperialista internacional e pelo monopólio da propriedade da terra em mãos da classe dos latifundiários. As tarefas fundamentais que se colocam hoje diante do povo brasileiro são a conquista da emancipação do País do domínio imperialista e a eliminação da estrutura agrária atrasada, assim como o estabelecimento de amplas liberdades democráticas e a melhoria das condições de vida das massas populares. Os comunistas se empenham na realização dessas transformações, ao lado de todas as forças patrióticas e progressistas, certos de que elas constituem uma etapa prévia e necessária no caminho para o socialismo.

2. O Brasil sofre a exploração do capital monopolista estrangeiro através do comércio exterior, dos empréstimos financeiros e das inversões diretas de capital, inclusive em ramos fundamentais da indústria. A partir da Segunda Guerra Mundial, os monopólios norte-americanos alcançaram o predomínio absoluto sobre os seus competidores de outros países imperia-



listas e passaram a atrair para os seus empreendimentos capitais brasileiros, com os quais, em vários casos, se associam diretamente. A exploração imperialista, sobretudo norte-americana, impõe pesados sacrifícios à Nação. Os monopólios ianques apropriam-se de parcela considerável do valor criado pelos trabalhadores brasileiros e provocam graves deformações na economia nacional, entravando o seu progresso e agravando a situação de pobreza das grandes massas de nosso povo. A opressão imperialista norte-americana faz sentir seus efeitos sobre todas as camadas da população.

A estrutura agrária brasileira se baseia predominantemente na grande propriedade da terra. O Brasil figura entre os países de maior concentração latifundiária, o que resulta na existência de imensa massa de assalariados rurais e camponeses sem terra. O monopólio da propriedade da terra pelos latifundiários serve de base às formas pré-capitalistas de exploração. Em vastas zonas, predominam os processos mais primitivos de trabalho, com ínfima produtividade. Algumas áreas da região Centro-Sul se destacam pela aplicação de métodos mais modernos de cultivo, mas, na maior parte do País, a penetração capitalista na agricultura se processa lentamente. Em regra, combinam-se os métodos capitalistas à conservação do monopólio da terra e das relações pré-capitalistas, o que permite um grau mais elevado de exploração dos trabalhadores do campo. O monopólio da terra e as relações de produção pré-capitalistas não somente obstaculizam o desenvolvimento da agricultura como também constituem sério entrave ao processo de industrialização, restringindo consideravelmente a expansão do mercado interno.

A economia brasileira tem sofrido, nas últimas décadas, importantes modificações que resultam do desenvolvimento do capitalismo. Este desenvolvimento se processa dentro dos marcos da dependência ao imperialismo e da manutenção do monopólio da terra, não segue um curso independente e está sujeito a graves deformações. Entretanto, contrapondo-se a tais fatores adversos, o desenvolvimento capitalista nacional, que se manifesta particularmente na industrialização, impulsiona as forças produtivas e constitui elemento objetivamente progressista.

Apesar de seu progresso recente, o Brasil ainda não superou a situação de país subdesenvolvido. O padrão de vida do povo brasileiro continua a ser dos mais baixos do mundo. Em comparação com os países capitalistas adiantados, são muito inferiores os índices brasileiros de alimentação, saúde e educação. O curso atual de desenvolvimento econômico, que se adapta à dependência com relação ao imperialismo e à conservação do monopólio da terra, agrava as contradições fundamentais da sociedade brasileira, sem superá-las. Um outro curso de desenvolvimento, que se encaminhe para a liquidação do domínio imperialista e do monopólio da terra, é reclamado pelas necessidades objetivas da economia do País e corresponde aos interesses nacionais e populares.

3. Os latifundiários são a classe mais reacionária da sociedade brasileira, encarnam as relações de produção mais atrasadas e constituem um obstáculo à expansão das forças produtivas. São fortes os seus laços com o imperialismo, embora em determinadas circunstâncias surjam entre setores de latifundiários e monopólios estrangeiros contradições secundárias. Os interesses permanentes da classe dos latifundiários se contrapõem aos objetivos da revolução brasileira.

A burguesia brasileira, na sua grande maioria, em virtude de seus próprios interesses de classe é levada a chocar-se com o capital monopolista estrangeiro, que representa obstáculo à expansão dos seus negócios. A burguesia ligada aos interesses nacionais possui um duplo caráter. Pertencendo a um país explorado pelo imperialismo, encerra um potencial revolucionário e é uma força capaz de opor-se à dominação imperialista. Em consequência, porém, de sua natureza de classe exploradora, de sua debilidade econômica e política e de seus laços com o sistema imperialista, procura também defender seus interesses mediante acordos e concessões ao imperialismo. A fim de enfrentar o imperialismo, necessita apoiar-se nas massas e pode, em certa medida, estimular a ação das massas. Temerosa, porém, de que a luta independente do proletariado ameace os seus interesses de classe exploradora, procura restringir o movimento



de massas e mantê-lo nos limites convenientes aos seus objetivos. Empe-
nhando-se em recolher para si todos os frutos do desenvolvimento eco-
nômico, a burguesia intensifica a exploração das massas trabalhadoras e
lança sobre elas o peso das dificuldades que resultam da exploração im-
perialista e do atraso do País. A burguesia é, assim, na sua grande maio-
ria, uma força anti-imperialista inconsequente, que é capaz de enfrentar
o imperialismo e, simultaneamente, vacila e tende aos compromissos com
o inimigo da Nação. Um setor da burguesia é constituído por capitalis-
tas que têm seus interesses entrelaçados com os dos grupos imperialistas
na indústria, nos bancos e no comércio de importação e exportação. Esta
minoridade entreguista da burguesia constitui um apoio social interno da
dominação imperialista.

No seu conjunto, a pequena burguesia urbana é uma força revolucio-
nária, tem posição favorável à luta anti-imperialista e democrática, e im-
portantes camadas pequeno-burguesas dela participam ativamente. Com
o desenvolvimento capitalista, a pequena burguesia se diferencia: uma
camada menor se torna abastada e a grande maioria sofre uma situação de
instabilidade econômica que evolui para a proletarização e a leva frequen-
temente a posições radicais.

As massas camponesas sofrem as conseqüências do sistema
latifundiário. Mais de três quartas partes dos que trabalham no campo são
desprovidos da propriedade da terra, vivendo, geralmente, em condições
de extrema pobreza. Com a penetração capitalista na agricultura, forma-
-se uma camada de camponeses ricos; mas, de outro lado, cresce o nú-
mero de camponeses total ou parcialmente proletarizados, aumentando a
quantidade de assalariados rurais permanentes ou temporários e muitos
camponeses são obrigados a emigrar para as cidades. As massas de as-
salariados agrícolas, além de receberem baixos salários, não gozam dos
direitos assegurados em lei aos trabalhadores. Uma grande parte dos cam-
poneses se encontra em situação intermediária, submetida a um trabalho
extenuante e a precárias condições de vida. As massas camponesas, so-
bretudo as camadas mais oprimidas e exploradas, têm interesse em pro-

fundas transformações na estrutura agrária e na emancipação econômica do País, constituindo o aliado fundamental do proletariado na revolução anti-imperialista e antifeudal.

O proletariado industrial cresce e concentra-se com o desenvolvimento do capitalismo, que acentua a exploração do trabalho assalariado. Em vista do processo inflacionário acelerado, a alta dos preços das mercadorias e dos serviços supera o periódico aumento nominal dos salários e vencimentos, provocando a queda do salário real, como tendência constante. Intensifica-se o ritmo de trabalho em muitas empresas, e a modernização das fábricas vem acompanhada de novas e mais brutais formas de exploração, da crescente subordinação do salário à obrigação de maior produtividade, da substituição do trabalho do homem pelo de mulheres e menores. A baixa do salário real força os trabalhadores a fazerem horas extraordinárias ou procurarem outras ocupações remuneradas, o que leva à abolição, na prática, do preceito legal que limita a 8 horas a jornada diária e significa séria ameaça à saúde dos operários. Algumas conquistas sociais dos trabalhadores são desrespeitadas, e a Previdência Social não atende satisfatoriamente às necessidades das massas. Nestas condições, a classe operária intensifica suas lutas, eleva sua consciência revolucionária e fortalece a unidade e a organização de suas fileiras. Os operários encarnam as forças produtivas modernas, a forma de economia mais avançada, e são o elemento mais revolucionário da sociedade.

4. O Estado brasileiro representa os interesses dos latifundiários, dos capitalistas associados ao capital monopolista estrangeiro, particularmente o norte-americano, e da burguesia ligada aos interesses nacionais. Este caráter heterogêneo leva a contradições e compromissos de classe no seio do próprio Estado.

À medida que declina a influência conservadora dos latifundiários, como resultado do desenvolvimento econômico e das lutas de massas pela democracia e pela emancipação nacional, afirma-se a tendência à democratização do regime político. Esse processo democrático enfrenta a



oposição das forças reacionárias e as tendências capituladoras da própria burguesia, sendo assinalado por retrocessos ou interrupções temporárias.

Embora a Constituição de 1946 encerre aspectos reacionários, como os dispositivos que limitam extremamente as possibilidades de realização de uma reforma agrária democrática, inscreve as liberdades e os direitos sociais conquistados pelas massas após a derrota mundial do fascismo e do Estado Novo no País: liberdade de palavra, de imprensa, de reunião e de organização, sufrágio universal, regime representativo, direito de greve etc. A Constituição estabelece, assim, instrumentos legais para a luta do povo brasileiro pela libertação nacional, pela democracia e por suas reivindicações sociais.

As forças reacionárias possuem posições decisivas no governo e no Parlamento e conseguem impor medidas contrárias aos interesses nacionais e populares. Entretanto, ainda que o processo eleitoral esteja submetido a restrições antidemocráticas, as massas conseguem influir na composição do Poder Legislativo e obter a aprovação de reivindicações populares e de medidas anti-imperialistas. Essa tendência à democratização se reflete, igualmente, nas Forças Armadas, embora estas continuem a ser órgãos de repressão a serviço do Estado. Particularmente no seio do Exército desenvolve-se uma importante corrente nacionalista que participa ativamente da luta anti-imperialista e possui tendências democráticas. O Poder Judiciário não tem ficado à margem desse processo de democratização.

A composição dos partidos políticos brasileiros continua sendo, em geral, heterogênea. Elementos nacionalistas existem em todos os partidos – mesmo nos dois maiores partidos de tendência conservadora, o PSD e a UDN – e frequentemente entram em choque, dentro dos mesmos, com os setores entreguistas e reacionários. Acentua-se o crescimento dos partidos mais caracteristicamente urbanos, que têm certa base popular, como o PTB, o PSP e o PSB. Estes partidos tomam certas posições em defesa dos interesses das massas, sendo que o PTB goza de influência no seio da classe operária, e tanto este como o PSB já possuem plataformas nacionalistas e democráticas.

Apesar dessa tendência à democratização, o atual regime político conserva aspectos essenciais reacionários. O aparelho do Estado é utilizado pelas classes dominantes para intensificar a exploração dos trabalhadores e do povo e para realizar uma política exterior que mantém a dependência do País ao imperialismo. Os direitos dos cidadãos sofrem graves restrições e as liberdades democráticas são muitas vezes violadas, como se verifica pela proibição do registro eleitoral do Partido Comunista, pela frequente repressão policial a greves e manifestações populares, pelas ações arbitrárias de autoridades contra os camponeses e pela censura arbitrária ao rádio e à televisão.

5. Em virtude da natureza da coligação de que surgiu, o governo do senhor Juscelino Kubitschek tomou uma feição heterogênea, nele figurando um setor entreguista ao lado de um setor nacionalista burguês. Sua composição é o resultado de um compromisso entre essas forças. Apesar de alguns aspectos nacionalistas e democráticos que existem em sua atuação, o governo do senhor Kubitschek realiza, no essencial, uma política de conciliação com o imperialismo norte-americano, o latifúndio e as forças reacionárias.

O atual governo levou a efeito algumas iniciativas de interesse nacional no terreno do desenvolvimento econômico. Entretanto, seu programa de metas se baseia, em grande parte, na atração de inversões maciças de capital imperialista, que deformam profundamente a industrialização do País e absorvem grande parte da receita em divisas, com a remessa de lucros para o exterior. Se bem que desse alguns passos para ampliar o comércio exterior brasileiro, aumentando seu intercâmbio com os países socialistas, não foi capaz de romper, decididamente, com o monopólio dos Estados Unidos em nossas trocas externas. Apesar de haver resistido, sob pressão das massas, a algumas exigências do Fundo Monetário Internacional, fez repetidas concessões aos interesses imperialistas e aos latifundiários e exportadores de café, acelerando a desvalorização do cruzeiro e impulsionando o processo inflacionário. Recusando-se a enfrentar as cau-



sas básicas do atraso do País – a dependência ao imperialismo e a estrutura latifundiária –, o governo do senhor Kubitschek trata de financiar seu programa de desenvolvimento econômico com emissões inflacionárias de papel-moeda, que elevam brutalmente o custo de vida, enriquecem uma minoria privilegiada e reduzem o salário real dos trabalhadores, lançando sobre as massas o peso de enormes privações.

A política exterior brasileira acha-se em contradição evidente com as exigências do desenvolvimento econômico e político do País. Em lugar de realizar uma política independente, o atual governo continua a apoiar invariavelmente na ONU e em outras assembleias internacionais as posições dos EEUU e de outras potências imperialistas. Embora a Operação Pan-Americana formule a necessidade da luta contra o subdesenvolvimento na América Latina, não passa de uma tentativa de conciliação dos interesses da burguesia dos países latino-americanos com os dos monopólios dos Estados Unidos, desde que subordina o desenvolvimento econômico de nossos países à pretensa “ajuda” do imperialismo norte-americano.

À medida que os aspectos negativos da política do atual governo se tornam mais evidentes, cresce entre as forças nacionalistas e populares a aspiração por um governo efetivamente capaz de mudar de rumo e empreender novos passos no sentido da emancipação e do progresso do País.

6. A revolução brasileira se processa na era de transição do capitalismo para o socialismo, quando um terço da humanidade vive sob o regime socialista. A superioridade crescente do socialismo sobre o capitalismo no plano mundial, o desenvolvimento ascendente do movimento de libertação dos povos e o conseqüente debilitamento do sistema imperialista exercem poderosa influência favorável ao crescimento das forças anti-imperialistas e democráticas no Brasil.

O poderio do sistema socialista mundial, que tem à frente a União Soviética, constitui um forte apoio à causa dos países subdesenvolvidos como o Brasil. Pela primeira vez na história, criou-se para o nosso país a

possibilidade de obter equipamentos, créditos e assistência técnica sem a necessidade de submeter-se às imposições de caráter econômico, político e militar das potências imperialistas. Este fator novo atua no Brasil como um estímulo à luta das forças patrióticas e progressistas por uma política exterior independente e de paz.

O processo acelerado de decomposição do sistema colonial do imperialismo repercute profundamente no Brasil, constituindo vigoroso incentivo ao movimento nacionalista. As vitórias alcançadas pelos povos que se libertam do jugo estrangeiro revelam o quanto é precário o poder das potências imperialistas no mundo de hoje. A revolução popular cubana, que derrubou a tirania a serviço do imperialismo norte-americano e avança vitoriosamente pelo caminho da libertação nacional e da eliminação do latifúndio, influi poderosamente nas lutas do povo brasileiro, suscitando em nosso país um amplo movimento de solidariedade.

Em consequência da correlação de forças favorável ao socialismo e aos povos que lutam pela paz, surgiu em nossa época a possibilidade real de impedir a guerra e assegurar a consistência pacífica entre os países de diferentes regimes sociais.

A nova situação mundial, em que são cada vez mais poderosas e influentes as forças que defendem a causa da paz, reflete-se em nosso país estimulando a resistência ao imperialismo norte-americano e a luta por uma política externa de paz e amizade com todos os povos, inclusive com a União Soviética, a República Popular da China e demais países socialistas.

7. A sociedade brasileira encerra duas contradições fundamentais, que exigem solução radical na atual etapa histórica de seu desenvolvimento. A primeira é a contradição entre a Nação e o imperialismo norte-americano e seus agentes internos. A segunda é a contradição entre as forças produtivas em crescimento e o monopólio da terra, que se expressa, essencialmente, como contradição entre os latifundiários e as massas camponesas.

A contradição antagonica entre o proletariado e a burguesia, inerente ao capitalismo, é também uma contradição fundamental da sociedade



brasileira. Mas esta contradição não exige solução radical e completa na atual etapa da revolução, uma vez que, na presente situação do País, não há condições para transformações socialistas imediatas.

Em sua atual etapa, a revolução brasileira é anti-imperialista e antifeudal, nacional e democrática. São suas tarefas essenciais:

- A completa libertação econômica e política de dependência em relação ao imperialismo, o que exige medidas radicais para eliminar a exploração dos monopólios estrangeiros que operam no País, principalmente os norte-americanos.
- A transformação radical da estrutura agrária, com a eliminação do monopólio da propriedade da terra, das relações pré-capitalistas de trabalho e, conseqüentemente, dos latifundiários como classe.
- O desenvolvimento independente e progressista da economia nacional, mediante a industrialização do País, e a superação do atraso de nossa agricultura.
- A elevação efetiva do nível de vida material e cultural dos operários, dos camponeses e de todo o povo.
- A garantia real das liberdades democráticas e a conquista de novos direitos democráticos para as massas.

A realização dessas tarefas implica transformações revolucionárias na sociedade brasileira. Exige uma profunda mudança na correlação de forças políticas e a passagem do Poder estatal às mãos das forças anti-imperialistas e antifeudais – a classe operária, os camponeses, a pequena burguesia e a burguesia ligada aos interesses nacionais –, entre as quais o

proletariado, como a força revolucionária mais consequente, deverá ter o papel dirigente.

8. Na luta por esses objetivos revolucionários, os comunistas levam em conta que, na situação presente, é a exploração imperialista norte-americana que constitui o principal obstáculo ao desenvolvimento independente e progressista da Nação. No plano econômico, a dependência de nosso país em relação aos monopólios ianques é o maior entrave à plena utilização dos recursos internos para a emancipação e o progresso da economia nacional. No plano político, a intervenção do governo de Washington nos assuntos internos do país representa permanentemente empecilho ao processo de democratização e à aplicação de uma política exterior consentânea com os interesses nacionais. O imperialismo norte-americano constitui ponto de apoio e fonte de estímulo para as forças mais reacionárias dentro do País. Como a sua dominação afeta os interesses de amplas camadas da população e fere os sentimentos nacionais de todos os patriotas, é contra ele que se podem unir as maiores forças sociais e políticas no Brasil.

Nestas condições, a contradição que se aprofunda, entre a nação brasileira e o imperialismo norte-americano e seus agentes internos, tornou-se a contradição principal, dominante, na sociedade brasileira. O golpe principal das forças nacionais, progressistas e democráticas dirige-se atualmente contra o imperialismo ianque e os setores entreguistas que o apoiam. A luta pela emancipação nacional constitui a tarefa principal do povo brasileiro. Cada passo à frente na realização dessa tarefa contribuirá para abrir caminho à solução dos demais problemas da revolução nacional e democrática.

O desenvolvimento econômico do País aprofunda também a contradição entre as forças produtivas e o monopólio da terra, entre os latifundiários e os camponeses, exigindo, desde já, transformações na estrutura agrária. À medida que se expandem as relações capitalistas, desenvolve-se a contradição entre o proletariado e a burguesia, que se expressa na luta



de classes entre operários e patrões. Assim, o movimento nacional contra o imperialismo e seus agentes, tendo assumido o primeiro plano nas lutas atuais do povo brasileiro, não se realiza isoladamente, mas em íntima vinculação com os movimentos de natureza democrática e popular. A solução das tarefas fundamentais da revolução, na atual etapa, exige que as grandes massas de nosso povo – sobretudo os trabalhadores da cidade e do campo – participem, cada vez mais, da luta pela emancipação nacional. Para isso, é indispensável sua mobilização através dos movimentos pela reforma agrária, pela ampliação das liberdades democráticas e pelas reivindicações das massas trabalhadoras e populares.

9. O principal inimigo da revolução brasileira é constituído pelo imperialismo norte-americano e por seus agentes internos. A fim de manter seu domínio em nosso país, o imperialismo ianque conta com o apoio de setores de latifundiários e capitalistas, cujos interesses são vinculados ao sistema de exploração imperialista, e que, por sua vez, se apoiam nos monopólios estrangeiros para assegurar seus privilégios. Estas forças constituem o apoio social interno do imperialismo, atuam dentro e fora dos órgãos de Estado para manter e agravar situação de dependência do País. Embora minoria ínfima, dispõem de grande poder político e de fortes posições no aparelho estatal. Ao inimigo principal da Nação se opõem forças muito amplas e poderosas: o proletariado, que é a classe mais firme e conseqüente na luta pela libertação nacional e a mais interessada em profundas transformações democráticas, os camponeses, interessados em liquidar uma estrutura agrária retrógrada que se apoia na dominação imperialista; a pequena burguesia urbana, que não pode expandir suas atividades em virtude do atraso do País; a burguesia ligada aos interesses nacionais, que é prejudicada pela ação dos monopólios imperialistas. Em certas circunstâncias, de modo temporário e instável, podem também opor-se ao imperialismo ianque alguns setores de latifundiários e grupos capitalistas ligados a monopólios estrangeiros rivais dos norte-americanos.

10. A fim de derrotar o inimigo comum, é necessária a frente única das várias forças interessadas na emancipação e no progresso do Brasil. A aliança dessas forças resulta de exigências da própria situação objetiva. Como o imperialismo norte-americano e seus agentes internos constituem o inimigo principal, a frente única é muito mais ampla do ponto de vista de sua composição de classe. Pelo conteúdo das modificações que se propõe introduzir na sociedade brasileira pela natureza das forças que a integram, é uma frente nacionalista e democrática. Na fase atual do processo de sua formação, a frente única não se apresenta sob a forma de uma organização que abranja todas as forças anti-imperialistas e democráticas, nem se propõe ainda a realização completa dos objetivos revolucionários. Desenvolve-se na luta por objetivos nacionais e democráticos de caráter parcial. Manifesta-se em múltiplas formas concretas de unidade de ação ou de organização. Entre estas, a mais importante, atualmente, é o movimento nacionalista.

O movimento nacionalista agrupa setores de diversas classes e camadas, atrai entidades, partidos, correntes e personalidades das mais variadas orientações políticas na luta por soluções patrióticas como a defesa do petróleo e de outras riquezas nacionais, o controle e a regulamentação do capital estrangeiro, a ampliação do intercâmbio com os países socialistas, a proteção à indústria nacional, assim como por mudanças na política e na composição do governo num sentido nacionalista e democrático.

11. Sendo composta de forças sociais diversas, que se unem em torno de interesses comuns, mas conservam também interesses opostos, a frente nacionalista e democrática encerra contradições. Enquanto o proletariado, os camponeses e as massas populares são firmes na luta pela libertação nacional e pelas transformações democráticas, a burguesia ligada aos interesses nacionais não tem firmeza na luta anti-imperialista, tende aos compromissos com o inimigo, e certos setores burgueses assumem atitude vacilante em relação à reforma agrária. Há, finalmente, setores de latifundiários e capitalistas que podem adotar, eventualmente, posições naciona-



listas, mas querem conservar a estrutura agrária atual e preconizam um regime político reacionário.

A classe operária deve aliar-se à burguesia ligada aos interesses nacionais e a outras forças e, simultaneamente, lutar contra as tendências conciliadoras e antidemocráticas que nelas se manifestam. Ao mesmo tempo que pugna pela causa comum, contra a espoliação imperialista norte-americana, o proletariado precisa defender seus interesses específicos e os das massas trabalhadoras e populares, desenvolver a luta de classes contra os exploradores da cidade e do campo e bater-se por amplas liberdades democráticas que facilitem a ação independente das massas, objetivando desse modo reforçar as posições do setor mais consequente e firme da frente única. O proletariado necessita fortalecer-se como classe, organizar-se e adquirir consciência revolucionária, impedir que as vacilações da burguesia atinjam suas fileiras. Para isso, deve salvaguardar dentro da frente única sua independência ideológica, política e organizativa, condição essencial para que possa assumir a hegemonia do movimento e conduzi-lo à realização consequente dos objetivos anti-imperialistas e democráticos, criando, assim, as premissas para a transição ao socialismo.

A luta dentro da frente única difere da luta que as forças nacionalistas e democráticas travam contra o imperialismo norte-americano e seus agentes internos. Enquanto neste último caso o que se tem em vista é isolar o inimigo comum e destruí-lo, dentro da frente única visamos a tornar mais coesas as forças que lutam por objetivos comuns, motivo por que as contradições de interesses e divergências de opinião dentro da frente única podem ser enfrentadas sem romper a unidade, embora não devam ser ocultadas e venham a causar choques e atritos.

12. O movimento anti-imperialista e democrático no Brasil, em sua fase atual, se ressentido de vacilações e inconseqüências porque ainda não assumiu o caráter de um poderoso movimento de massas e à sua frente se encontram setores burgueses e pequeno-burgueses. Só poderá adquirir maior vigor e consequência à medida que a classe operária dele par-

ticipar ativamente e lutar por assumir a sua vanguarda, em aliança com as massas camponesas e outras camadas populares. A proporção que se aprofunda a luta anti-imperialista e democrática e se colocam diante da frente única objetivos mais radicais, certos setores nacionalistas burgueses se inclinam a uma política de conciliação com o imperialismo e as forças reacionárias. A fim de impulsionar o movimento, as forças mais consequentes da frente única devem intensificar as ações anti-imperialistas e democráticas, imprimir-lhes um caráter cada vez mais firme e denunciar as dos setores conciliadores. Para fortalecer e ampliar a frente única, para transformá-la num poderoso movimento de massas, é necessário desenvolver em seu seio as forças que pugnam, ao lado das soluções nacionalistas, pelas transformações democráticas. A par da luta pelos interesses gerais da Nação, é necessário travar a luta pelos interesses vitais das massas – sobretudo dos operários, dos camponeses e das camadas médias – como condição essencial para alargar e reforçar as bases da frente única, mediante a participação ativa das massas trabalhadoras e populares.

A classe operária, através de sua vanguarda comunista, não condiciona sua participação na frente única a uma prévia direção do movimento. A hegemonia do proletariado deve ser conquistada como resultado de um processo de luta árduo e paulatino, durante o qual a classe operária forja sua unidade, estabelece uma sólida aliança com os camponeses – seu aliado fundamental – e defende acertadamente os interesses comuns de todas as forças que participam da frente única. A direção do movimento passará às mãos da classe operária, à medida que os elementos conciliadores forem isolados, como consequência de suas atitudes de compromisso em relação ao inimigo, e as massas se convencerem, por sua própria experiência, de que somente o proletariado, sob a direção do Partido Comunista, é capaz de conduzir até o fim a luta pela libertação nacional e pelas transformações democráticas.

13. Com a intensificação da luta do povo brasileiro contra a dependência e o atraso do País, criam-se condições para imprimir novo curso



ao desenvolvimento econômico e político de nossa pátria. Esse curso deve consistir na adoção de soluções de caráter nacionalista e democrático que, embora ainda parciais, saiam dos marcos atuais da subordinação ao imperialismo norte-americano e aos interesses retrógrados dos latifundiários. Trata-se de soluções de caráter positivo e de reformas de estrutura que impliquem a ampliação dos direitos democráticos do povo e a aplicação de uma política interna e externa adequada ao desenvolvimento independente e progressista do País.

A conquista de reformas econômicas e políticas de caráter anti-imperialista e popular é possível desde já, nos quadros do atual regime, dependendo, essencialmente, do crescimento das lutas de massas, do poderio da frente nacionalista e democrática e do papel que nela desempenharem as forças revolucionárias mais consequentes, sobretudo a classe operária, os camponeses e outras camadas populares. Ao lutar por soluções parciais de caráter imediato, a classe operária tem como objetivo golpear as posições do imperialismo norte-americano e de seus agentes internos, acumular as forças revolucionárias, modificar a correlação de forças em favor do povo e preparar as condições para a realização completa das transformações radicais exigidas pela atual etapa histórica.

14. Os comunistas chamam todas as forças anti-imperialistas e democráticas a lutar por um programa de desenvolvimento econômico que objetive a industrialização do país com base, principalmente, nos recursos internos. A ajuda econômica estrangeira deve ser aceita sob a forma de financiamento, de governo a governo, em condições favoráveis ao nosso país e sem concessões políticas.

É necessário lutar para abolir os privilégios concedidos ao capital imperialista mediante, entre outras, as seguintes medidas: rigorosa restrição às remessas de lucros, *royalties* e juros, e de retorno do capital estrangeiro; encampação das subsidiárias da Brazilian Traction (Light) e da Bond and Share; extensão do monopólio estatal à distribuição, em grosso, dos derivados de petróleo; interdição aos bancos estrangeiros de recebe-

rem depósitos no País e proibição aos capitais estrangeiros de atuarem no ramo de seguros; política nacionalista de defesa dos nossos minérios; encampação dos frigoríficos estrangeiros. Os interesses nacionais exigem o desenvolvimento dos setores econômicos fundamentais através do capitalismo de Estado: petróleo, siderurgia, eletricidade, indústria química, energia atômica, transporte e outros. Um programa de desenvolvimento progressista exige a ampliação e diversificação do comércio exterior, mediante a intensificação das relações comerciais com a União Soviética e outros países socialistas, a Europa e a América Latina; exige, igualmente, o monopólio estatal de câmbio em benefício exclusivo dos empreendimentos nacionais e a aplicação da receita de divisas com prioridade para as importações essenciais. A fim de evitar que o desenvolvimento econômico se realize, como ocorre atualmente, por meio do agravamento da espoliação das massas, é necessário combater a inflação e defender o valor do cruzeiro através de medidas no terreno cambial, financeiro e econômico; eliminar as emissões de papel-moeda para fins improdutivos; selecionar rigorosamente o crédito, favorecendo as atividades produtivas essenciais; reduzir os impostos indiretos e aumentar os tributos que incidem sobre os altos rendimentos. Urge, por fim, impulsionar o desenvolvimento do Norte e Nordeste, através de investimentos básicos do governo federal, fornecimentos de créditos a empreendimentos progressistas, facilidades para a obtenção de divisas, assistência técnica e medidas de reforma agrária, que ampliem o mercado interno e elevem o nível de vida das massas rurais.

15. Os comunistas têm o dever de lutar à frente das massas camponesas por uma reforma agrária que liquide o monopólio da propriedade da terra pelos latifundiários e fortaleça a economia camponesa, sob formas individuais ou associadas. A fim de abrir caminho para essa reforma agrária radical é necessário lutar por medidas parciais, como a desapropriação de grandes propriedades incultas ou pouco cultivadas, com base no preço da terra registrado para fins fiscais, e loteamento das terras entre pequenos agricultores sem terra ou com pouca terra, mediante pagamentos mó-



dicos e em longo prazo; por um forte aumento da carga tributária sobre as grandes propriedades e isenções fiscais para as pequenas propriedades; pela utilização das terras do Estado para formar núcleos de economia camponesa; pela entrega dos títulos de propriedade aos atuais posseiros e a defesa rigorosa dos direitos dos camponeses contra a grilagem. Simultaneamente, cumpre organizar as massas de arrendatários e parceiros na luta pela regulamentação legal dos contratos, visando à baixa das taxas de arrendamento e parceria, com o estabelecimento de limites máximos; o prolongamento dos prazos contratuais; a garantia de indenização por benfeitorias; a defesa dos arrendatários e parceiros contra despejos. Os camponeses devem exigir que os bancos oficiais prestem ajuda financeira aos pequenos cultivadores, proprietários ou não, de modo que o crédito agrícola oficial não seja monopólio dos grandes fazendeiros. A fim de aumentar a produção agrícola, é necessário estimular o cooperativismo entre os pequenos e médios agricultores; garantir-lhes transporte barato e dar-lhes crédito para a aquisição de instrumentos agrícolas e outros meios de produção; assegurar-lhes preço mínimo compensador para seus produtos; incentivar a mecanização da agricultura e o emprego da técnica moderna, realizar um programa de investimentos estatais para o fomento da agricultura, sobretudo de produção de gêneros alimentícios.

16. Os comunistas consideram que, nas condições atuais do mundo e de nosso país, as massas trabalhadoras podem obter importantes vitórias na luta pela elevação do seu nível de vida e pela ampliação dos direitos sociais. A fim de que os frutos do desenvolvimento econômico não sejam monopolizados por uma ínfima minoria, os trabalhadores devem lutar constantemente pelo reajustamento geral dos salários e vencimentos; pelo salário profissional e pela extensão, a todos os trabalhadores, do salário-família de que gozam os servidores públicos; pela modificação da lei de salário-mínimo, a fim de garantir sua revisão anual, sua extensão à família e a inclusão das despesas com instrução, recreação e contribuições de previdência. Cabe aos trabalhadores pugnar pela contenção da carestia

da vida, exigindo a adoção de medidas concretas para incentivo à produção e ao controle dos preços, inclusive a participação de representantes dos sindicatos nos órgãos governamentais de abastecimento e preços. Ao mesmo tempo que lutam pelo aperfeiçoamento e moralização das instituições da Previdência Social, devem os trabalhadores exigir a participação de representantes operários em sua direção, de acordo com a nova Lei de Previdência. A atual legislação trabalhista precisa ser efetivamente aplicada e aperfeiçoada, com a eliminação dos dispositivos de caráter reacionário da Consolidação das Leis do Trabalho, e sua adaptação, no que se refere à estrutura do movimento sindical, aos dispositivos constitucionais e às conquistas práticas do movimento operário. Constitui, por fim, dever inadiável do movimento operário a luta pela garantia dos direitos já estabelecidos para os trabalhadores rurais, mas, em geral, não aplicados, pela extensão ao campo de outros direitos já conquistados pelos trabalhadores das cidades e por uma legislação trabalhista adequada ao campo, assim como pelo reconhecimento legal dos sindicatos de assalariados agrícolas.

17. Os comunistas chamam todos os cidadãos a defenderem, firmemente, cada liberdade política, cada direito democrático inscrito na Constituição, e denunciarem quaisquer tentativas reacionárias de violação da legalidade. Ao mesmo tempo, consideram necessárias reformas na Carta Magna, com o objetivo de ampliar os direitos democráticos e possibilitar medidas mais consequentes em defesa da economia nacional e a realização de uma reforma agrária em grande escala. A consolidação e a ampliação da democracia exigem a livre organização dos partidos políticos, sem quaisquer obstáculos para o seu registro eleitoral, a legalização do Partido Comunista do Brasil e a eliminação das discriminações contra os comunistas que derivam do artigo 58 da lei eleitoral; a completa libertação das organizações sindicais da tutela do Ministério do Trabalho e a abolição de todas as formas de intervenção policial e discriminação ideológica no movimento sindical, como em qualquer outra esfera; a regulamentação do direito constitucional de greve em bases democráticas; a revogação da lei



de segurança nacional; a plena garantia do direito de organização para os camponeses e assalariados agrícolas; o direito de voto para os analfabetos, soldados e cabos das Forças Armadas; a abolição das desigualdades jurídicas que afetam as mulheres e o combate efetivo a todas as discriminações raciais e religiosas.

18. Os comunistas lutam para que o desenvolvimento econômico do País se traduza na melhora substancial dos índices de educação e saúde das massas. Impõe-se, neste sentido, exigir o aperfeiçoamento e ampliação do sistema de ensino público gratuito, mediante o aumento das verbas destinadas à instrução, devendo ser reservado ao ensino privado um papel estritamente auxiliar. É necessário concentrar os recursos à disposição do Estado numa luta em grande escala contra o analfabetismo; desenvolver o ensino técnico e científico e a pesquisa tecnológica e científica, a fim de superar seu atraso em relação às exigências do progresso econômico do País, e avançar no sentido da sua independência tecnológica; exigir do Estado o apoio e o estímulo material a todas as manifestações da cultura nacional e democrática. A solução dos problemas de assistência e de saúde pública está profundamente ligada ao aumento da renda nacional e à elevação do nível do nosso povo. Entretanto, é preciso que as massas lutem, desde já, pelo aumento e melhoria da assistência médica fornecida pela previdência social, pela concessão de maiores verbas a hospitais, ambulatórios, postos médicos e serviços higiênicos.

19. Os comunistas chamam todos os brasileiros a lutarem por uma política externa de defesa da soberania nacional e de paz mundial que sirva à causa do desenvolvimento independente do Brasil. Esta política deve basear-se na amizade e cooperação com todos os povos, nos princípios do respeito mútuo à integridade territorial e à soberania, de não agressão, de não intervenção nos assuntos internos e de igualdade de direitos e vantagens recíprocas. O povo brasileiro está vitalmente interessado na manutenção da paz e na coexistência pacífica entre os países de regimes sociais

diferentes, a fim de que possa progredir livre da ameaça de uma guerra atômica. Para alcançar uma política exterior independente e pacífica, o povo brasileiro deve lutar contra a subordinação do Brasil às exigências do Departamento de Estado norte-americano; pelo estabelecimento de relações diplomáticas com a União Soviética, a República Popular da China e outros países socialistas; pela solução dos litígios internacionais através de negociações; pela interdição imediata e definitiva das experiências com armas termonucleares e a proibição da produção e do emprego dessas armas; pela cessação da corrida armamentista e pelo desarmamento geral, que viria liberar imensos recursos materiais e possibilitar seu emprego para fins construtivos. A fim de fortalecer a luta contra o inimigo comum, deve o povo brasileiro manifestar solidariedade aos povos coloniais e dependentes em seus conflitos com as potências imperialistas; estreitar as relações de amizade e cooperação com os países subdesenvolvidos da América Latina, Ásia e África; dar todo o apoio à revolução cubana contra quaisquer tentativas de agressão ou intervenção do imperialismo norte-americano nos assuntos internos de Cuba. A defesa da independência nacional exige, igualmente, a denúncia dos tratados e acordos lesivos ao País, como o Tratado do Rio de Janeiro, a Carta de Bogotá, o Acordo Militar Brasil-Estados Unidos, a Declaração de Caracas, o Ajuste sobre Fernando de Noronha e o Acordo de Roboré.

20. Com o desenvolvimento das lutas do povo brasileiro pela libertação nacional e pelas reivindicações populares, criam-se condições para a formação de um governo de coalizão que represente no Poder estatal as forças integrantes da frente nacionalista e democrática.

A luta por soluções positivas e imediatas para os problemas do povo e a luta por um governo nacionalista e democrático capaz de realizá-las, constituem, do ponto de vista tático, a tarefa central da classe operária e dos comunistas.

Esse governo pode ser conquistado dentro dos quadros do atual regime, como resultado da luta de massas e da mudança na correlação de



forças políticas. Na situação atual do País, um governo nacionalista e democrático pode ser formado como consequência da pressão das massas trabalhadoras e populares e das correntes anti-imperialistas e democráticas no sentido de mudar a política e a composição do governo, fortalecendo e ampliando o setor nacionalista nele existente. Pode ser formado também através da mobilização das massas para alcançar a vitória dos candidatos nacionalistas e democráticos nos pleitos eleitorais. E, no caso de tentativas antidemocráticas por parte dos entreguistas e reacionários, um governo nacionalista e democrático pode surgir da ação das massas populares, unida aos setores nacionalistas das Forças Armadas, do Parlamento e do governo, com o objetivo de impor ou restabelecer pela força os direitos do povo. As circunstâncias particulares de cada conjuntura política é que poderão determinar o caminho concreto para a formação de um governo nacionalista e democrático. Além disso, uma orientação patriótica e popular pode ser realizada por um ou por sucessivos governos que se apoiem na frente nacionalista e democrática e sejam sua expressão.

A participação da classe operária em um governo nacionalista e democrático depende, fundamentalmente, do papel que os trabalhadores desempenharem na luta anti-imperialista e na vida política do País, depende do crescimento do movimento de massas e do grau de unidade e organização do proletariado. Os comunistas consideram que é seu dever, como representantes da classe operária, reivindicar sua participação em um governo conquistado pela frente nacionalista e democrática. Entretanto, na medida em que tal governo realize uma política patriótica e democrática, os comunistas o apoiarão resolutamente, mesmo que não façam parte de sua composição, e continuarão lutando para dele participar.

21. À medida que um governo nacionalista e democrático adotar soluções parciais de caráter patriótico e progressista para os problemas do País, enfrentará a oposição do imperialismo norte-americano e de seus agentes internos. A fim de defender as conquistas já alcançadas e prosse-

guir num caminho independente e democrático, esse governo terá necessidade de adotar medidas mais enérgicas e profundas contra o inimigo principal da Nação e as forças reacionárias, devendo entrar, assim, em um processo de radicalização de sua política e de sua composição. As forças mais firmes e consequentes da frente única – principalmente a classe operária e outros setores populares – devem estar preparadas e vigilantes para, através da pressão de massas, vencer as tendências conciliadoras e impulsionar o governo no sentido de ações mais radicais contra o imperialismo e as forças reacionárias internas.

A formação de um governo nacionalista e democrático não significa ainda a solução completa das tarefas fundamentais da atual etapa da revolução. Para isso, é necessário eliminar radicalmente a exploração do capital imperialista e pôr fim ao monopólio da propriedade da terra pelos latifundiários. Estes objetivos ultrapassam o âmbito das reformas parciais, implicando transformações econômico-sociais de profundo conteúdo revolucionário. Sua realização exige, portanto, que o Poder estatal esteja nas mãos das forças mais revolucionárias da sociedade, interessadas em transformações anti-imperialistas e democráticas radicais.

Diante do imperativo de medidas mais consequentes contra o imperialismo e seus agentes internos, a classe operária, apoiada nos camponeses e em outras forças populares, continuará lutando para modificar a correlação de forças e afastar do governo os elementos conciliadores. Esta luta para realizar as transformações radicais exigidas pelo desenvolvimento do País e para fazer avançar a revolução levará ao Poder um governo das forças anti-imperialistas e antifeudais, onde o proletariado, como a força revolucionária mais consequente, deverá ter o papel dirigente.

A questão da hegemonia do movimento anti-imperialista e democrático constitui, por conseguinte, questão decisiva. O proletariado luta para que a revolução nacional e democrática se desenvolva ininterruptamente, adquira a máxima amplitude e profundidade, seja uma revolução democrático-burguesa de novo tipo, parte integrante da revolução socialista mundial. Para isso, é indispensável a hegemonia do proletariado na fren-



te revolucionária e a conquista do Poder pelas forças anti-imperialistas e antifeudais sob a direção do proletariado. Uma vez completadas, nos seus aspectos essenciais, as tarefas da revolução nacional e democrática, a hegemonia do proletariado será também a condição política fundamental que deverá assegurar a transição ao socialismo, objetivo final da classe operária brasileira.

22. Nas condições atuais do Brasil e do mundo, existe a possibilidade real de que a revolução anti-imperialista e antifeudal atinja seus objetivos por um caminho pacífico.

As condições que determinam essa possibilidade residem na presente situação internacional, em que influem de modo decisivo a existência e o fortalecimento do sistema socialista mundial e os êxitos do movimento de libertação nacional, assim como no processo de democratização em curso no País, no ascenso do movimento operário, no fortalecimento da frente nacionalista e democrática. Desde que existe a possibilidade de um caminho pacífico, os comunistas tudo farão, no que deles dependa, para transformar essa possibilidade em realidade.

O caminho pacífico da revolução não significa conciliação de classes, passividade ou espontaneísmo. Significa unicamente a realização das tarefas revolucionárias sem que sejam inevitáveis a insurreição armada e a guerra civil. O avanço do movimento revolucionário por um caminho pacífico exige a mobilização das massas, a ação enérgica dos trabalhadores e do povo para quebrar a resistência das forças entreguistas e reacionárias. Exige a luta de massas, que não exclui os choques e conflitos com o inimigo. Para transformar em realidade a possibilidade de um caminho pacífico da revolução é necessário desenvolver a luta de classes, condição indispensável ao fortalecimento da unidade e da organização dos trabalhadores e ao crescimento de seu papel na vida política do País. É necessário que as forças revolucionárias, particularmente a classe operária, lutem incessantemente pelas liberdades democráticas e por sua ampliação, como condição que favorece a ação independente das massas.

A escolha dos meios para libertar a Nação e transformar a sociedade brasileira não depende somente do proletariado e das demais forças revolucionárias. Os inimigos internos e externos do povo brasileiro resistirão, por todos os meios possíveis, à perda de suas posições. Em desespero de causa, tais inimigos podem recorrer à violência para impedir a ascensão das forças revolucionárias ao Poder, criando uma situação em que a revolução não teria outra possibilidade senão a de uma solução pela luta armada. Enquanto acumulam forças para transformar em realidade a possibilidade de uma solução pacífica, o proletariado e seus aliados não devem jamais perder de vista que, em certas circunstâncias, as suas forças podem ser necessárias para tornar a revolução vitoriosa por um caminho não pacífico.

23. O Partido Comunista está chamado a desempenhar uma missão histórica, no curso da revolução brasileira, como vanguarda consciente e organizada da classe operária. Cabe ao proletariado conduzir a luta pela emancipação nacional de modo consequente, devendo por isso conservar, dentro da frente única, sua independência ideológica, política e organizativa. A fim de cumprir seu papel independente, o proletariado necessita do Partido Comunista, partido revolucionário da classe operária, guiado pela teoria marxista-leninista, partido de ação política e de massas vinculado por múltiplos laços aos trabalhadores.

Os comunistas só realizarão seu papel histórico na medida em que se colocarem a serviço das massas e se lançarem decididamente à atividade junto às massas. Cada organização do Partido deve, antes de tudo, promover a participação ativa, paciente e contínua dos militantes comunistas nas organizações de massas. A esta exigência essencial devem subordinar-se as atividades de propaganda, do trabalho de massas e de organização. Para estabelecer relações acertadas entre o Partido e as massas, entre o Partido e a frente única, é necessário combater tanto as concepções sectárias, que se traduzem no menosprezo pelo trabalho de massas e pela atuação na frente única, como as tentativas liquidacionistas, que se exprimem



na subestimação do papel do Partido como vanguarda e na tendência a substituí-lo pela frente única.

24. A tarefa principal dos comunistas no trabalho de massas consiste em fortalecer a unidade e a organização da classe operária, para que ela desempenhe papel dirigente no movimento anti-imperialista e democrático. A fim de cumprir essa tarefa, os comunistas devem intensificar e aperfeiçoar cada vez mais sua atuação no movimento sindical. Os sindicatos e demais organizações profissionais não devem servir a objetivos que dividem os operários, mas constituir instrumentos de unidade de ação dos trabalhadores de todas as tendências ideológicas e políticas que atuam no movimento sindical e dos trabalhadores ainda desorganizados e sem filiação partidária. Para obter a unidade de ação, os comunistas atuam na organização sindical existente e utilizam a Consolidação das Leis do Trabalho, procurando organizar os trabalhadores na luta por suas reivindicações. Ao mesmo tempo que defendem as conquistas da legislação social, devem chamar as massas a concretizá-la, aperfeiçoá-la e ampliá-la. Cumpre aos comunistas lutarem para que o movimento sindical não seja uma atividade apenas de cúpula, porém conte com a participação ativa das massas trabalhadoras. A organização dos trabalhadores nos próprios locais de trabalho, nas empresas, é o passo decisivo para estreitar os laços entre os sindicatos e a massa de associados, bem como para organizar as massas não sindicalizadas. Preocupação constante deve ser a organização sindical das categorias de trabalhadores ainda desorganizados. Os comunistas devem atuar no sentido de coordenar melhor o movimento operário dentro da estrutura sindical legal. Trabalhando para aperfeiçoar a forma vertical de organização, esforçando-se para que seja instituída legalmente a forma horizontal de organização, desde o município e o Estado até a Central Unitária, que deve ser a expressão de unidade nacional dos trabalhadores. Cabe ao movimento operário um papel decisivo na luta pela libertação nacional e pelas transformações democráticas. Os comunistas lutam para que as organizações sindicais, além da defesa

dos interesses profissionais dos trabalhadores, assumam uma posição cada vez mais ativa em defesa dos interesses nacionais e se integrem ao movimento anti-imperialista, participando de iniciativas conjuntas com outros setores patrióticos.

25. A aliança do proletariado com as massas camponesas é condição básica para que ele possa imprimir ao movimento revolucionário uma direção firme. A fim de impulsionar a organização das massas do campo, é necessário dar atenção principal aos assalariados e semiassalariados agrícolas. Sua organização em sindicatos deve constituir a base para a mobilização das massas camponesas. A organização dos camponeses deve partir das reivindicações mais imediatas e viáveis como a baixa das taxas de arrendamento, a prorrogação dos contratos, a garantia contra os despejos, a permanência dos posseiros na terra e a legitimação das posses etc. Ao mesmo tempo, cumpre aos comunistas intensificar o movimento pela reforma agrária. Na mobilização dos assalariados rurais e dos camponeses, é necessário empregar as mais variadas formas de luta e de organização, adaptando a cada região as experiências dos sindicatos de assalariados e semiassalariados, das ligas camponesas, associações rurais e cooperativas. Nesse processo, é de grande importância a utilização dos meios legais, especialmente a defesa jurídica dos direitos das massas do campo. Os comunistas devem contribuir para que a classe operária, através de suas organizações, estreite seus laços com os camponeses, ajudando-os na realização de conferências e congressos, na organização de associações e cooperativas, na luta pelo reconhecimento dos sindicatos de trabalhadores agrícolas pelo Ministério do Trabalho e, em geral, na conquista de reivindicações econômicas e sociais.

26. Em sua atuação entre as camadas médias, os comunistas devem ter em conta que os pequenos negociantes, pequenos industriais e artesãos, funcionários civis e militares e outros setores da pequena burguesia podem constituir uma força ativa do movimento anti-imperialista, quer



através de sua organização específica, quer participando de organizações de frente única.

Os comunistas devem dedicar particular atenção à intelectualidade, que, em sua grande maioria, é partidária do progresso e da emancipação nacional. A unidade dos intelectuais de diversas tendências políticas e ideológicas pode ser alcançada em torno de objetivos comuns, como a defesa da cultura nacional e de seu desenvolvimento, a preservação e ampliação das liberdades democráticas, a salvaguarda dos interesses éticos e profissionais dos intelectuais.

A unidade dos estudantes de várias tendências doutrinárias e políticas é fator essencial para o fortalecimento das organizações estudantis universitárias e secundárias, que constituem baluartes da frente nacionalista e democrática. A fim de fortalecer sua unidade e ampliar o caráter de massas do movimento estudantil, é necessário combinar a ação política em defesa das reivindicações específicas dos estudantes, com a luta pela solução dos problemas culturais, econômicos e sociais que afetam a juventude.

As ações unitárias de operários e estudantes em torno de questões de interesse geral, quer na luta anti-imperialista, quer na luta contra a carestia etc., devem ser estimuladas, uma vez que representam formas positivas de aliança do proletariado com os setores mais combativos da pequena burguesia.

Considerando o importante papel que cabe à juventude na vida social e política do País, devem os comunistas intensificar seu trabalho entre os jovens, organizando-os nos sindicatos, em clubes esportivos, recreativos e culturais, e em organizações de massas, ou em entidades especificamente juvenis.

Maior atenção deve ser dedicada ao trabalho de massas entre as mulheres, que podem ser reunidas nos mais variados tipos de organização, especificamente femininas ou não, para a luta em torno de reivindicações, como o amparo à criança, o combate à carestia, a abolição de desigualdades de direitos, a melhoria das condições de vida nos bairros etc.

27. Participando ativamente das eleições e do trabalho parlamentar, os comunistas esforçam-se para ajudar a fortalecer e ampliar a Frente Parlamentar Nacionalista, a fim de que ela possa transformar-se em um bloco majoritário capaz de obter soluções patrióticas por via legislativa. Os comunistas atuam nos sindicatos, no seio da população rural, no movimento estudantil, entre a intelectualidade e outros setores, para conseguir apoio de massas à Frente Parlamentar Nacionalista. Apoiam igualmente a ação da FPN no sentido de estender sua influência aos estados e municípios, mediante a constituição de blocos nacionalistas nas Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais.

O desenvolvimento da frente única e de suas ações políticas de massas exige a constituição de coligações ou a realização de acordos com partidos políticos, diretórios, alas e personalidades desses partidos para a luta conjunta por reivindicações nacionalistas e populares no âmbito nacional, estadual e municipal, dentro ou fora dos períodos eleitorais. Estimulando essas iniciativas e delas participando, os comunistas estão sempre dispostos a marchar ombro a ombro com os elementos e as alas nacionalistas que existem, em maior ou menor proporção, em todos os partidos políticos, em torno de objetivos patrióticos e democráticos. Devemos ter em vista igualmente acordos políticos de caráter duradouro, principalmente com partidos que tenham influência na classe operária e nas massas trabalhadoras.

28. Para que o Partido possa desenvolver-se como um partido de massas, com capacidade de iniciativa e, ao mesmo tempo, combativo e disciplinado, é indispensável a justa aplicação do centralismo democrático. No terreno da organização do Partido, é necessário combater simultaneamente as concepções sectárias e os métodos mandonistas, que entravaram durante muitos anos o seu desenvolvimento, e, de outro lado, as concepções liberais e as tendências anárquicas, que pregam o abandono do centralismo.

A fim de superar essas tendências, é necessário estabelecer relações acertadas entre os organismos superiores e inferiores, de modo que as di-



reções respeitem a autonomia das organizações subordinadas e estimulem sua iniciativa, sem abdicar, porém, de sua função dirigente, e sem permitir que ganhem terreno concepções nocivas, como a pretensão à independência dos organismos inferiores, que se manifesta sob a forma de localismo ou setorismo. O Partido só pode atuar como um todo organizado se as direções, de cima a baixo, realizarem a planificação do trabalho e o controle do cumprimento das tarefas. Tanto deve ser combatida a exagerada centralização do trabalho, que se manifestava no excesso de planos e tarefas impostos aos organismos inferiores, sem atenção às condições reais existentes, como o espontaneísmo no trabalho de direção e a abolição de todo trabalho planificado. O Partido deve manter a disciplina constante em suas fileiras, condição básica para assegurar sua unidade de pensamento e ação. Neste sentido, são igualmente prejudiciais ao Partido os métodos mandonistas e impositivos e as tendências à violação da disciplina partidária, o desrespeito às resoluções coletivas dos organismos e às diretivas dos órgãos dirigentes. Maiores esforços devem ser realizados em todos os órgãos dirigentes para a aplicação do princípio da direção coletiva, tendo em vista, sobretudo, evitar que as direções restritas atuem em substituição aos órgãos dirigentes coletivos e mobilizar o conjunto desses órgãos para o trabalho efetivo de direção.

29. A luta pelo desenvolvimento do Partido e pela realização de sua política exige a intensificação do trabalho ideológico, que deve estar voltado para o combate simultâneo às tendências dogmáticas e revisionistas. Em particular, é indispensável um esforço permanente para eliminar o sectarismo e o dogmatismo, que possuem raízes antigas e extensas na direção e nas fileiras do PCB. A fim de superar o dogmatismo e o revisionismo, é necessário organizar em todo o Partido a educação ideológica em base marxista-leninista, unindo indissolivelmente os princípios do socialismo científico com o estudo da realidade brasileira e com a prática do movimento revolucionário em nosso país. O combate às influências ideológicas estranhas à classe operária impõe a generalização da experiência

histórica do Partido, o conhecimento do processo de sua formação e a crítica aprofundada às concepções pequeno-burguesas que predominaram, em diversos períodos, na sua direção e em suas fileiras. Exige, igualmente, uma ação constante de desmascaramento das ideias falsas que circulam no Partido como resultado da pressão ideológica exercida, de um lado, pela pequena burguesia e pela burguesia e, de outro lado, pela propaganda do imperialismo e da reação.

30. As condições políticas atuais são particularmente favoráveis ao crescimento e fortalecimento do Partido e à conquista de sua legalidade. O recrutamento de novos militantes, a multiplicação dos efetivos do Partido, deve constituir uma preocupação constante de cada comunista. A concepção do Partido como uma pequena organização de propagandistas e agitadores, de “poucos, porém bons”, corresponde ao estágio primitivo do movimento revolucionário e não pode prevalecer na situação nova em que vivemos. A classe operária e o povo brasileiro necessitam ter à frente de suas lutas um grande Partido Comunista, que seja poderoso do ponto de vista numérico e organizativo, consciente e firme do ponto de vista político e ideológico. O crescimento das fileiras do Partido deve estar, por isso, intimamente associado a um trabalho persistente de consolidação da estrutura partidária e de educação dos comunistas no espírito do marxismo-leninismo.

A legalidade do Partido Comunista não é uma reivindicação exclusiva dos comunistas, mas uma medida necessária à consolidação da democracia em nosso país, um direito democrático de parcela considerável do eleitorado. A luta pela legalidade do Partido, tarefa imediata para todos os comunistas, deve ser conduzida tanto por meios jurídicos como através da mobilização da opinião pública, e assumir o caráter de um amplo movimento que receba o apoio de todas as forças democráticas.



Teses

*5º Congresso
do
PC do Brasil*

I – A Situação Internacional em Que se Desenvolve a Revolução Brasileira

1 - Durante a Segunda Guerra Mundial e no período de pós-guerra, modificações profundas alteraram substancialmente o quadro internacional – em que se desenvolve a revolução brasileira. A presente situação do mundo pode ser definida, quanto ao seu conteúdo essencial, como a época de transição do capitalismo ao socialismo. Sua característica principal reside em que o socialismo ultrapassou os limites de um só país – a União Soviética – e se converteu em um sistema mundial poderoso e florescente, oposto ao sistema capitalista em decadência. As tendências e as perspectivas da situação internacional são determinadas fundamentalmente pela competição entre os dois sistemas sociais.

2 - O sistema socialista já abarca mais de um terço da população do globo e demonstra sua superioridade sobre o capitalismo, assegurando a um ritmo sem precedentes o desenvolvimento das forças produtivas e a elevação contínua do nível de vida material e cultural dos trabalhadores. Testemunham estes êxitos as conquistas alcançadas pela União Soviética no terreno econômico, científico e tecnológico, assim como os resultados atingidos pela República Popular da China e pelos outros países socialistas na construção da nova sociedade.

Desenvolvendo aceleradamente sua economia, a União Soviética ultrapassou o volume global da produção industrial dos países adiantados do acidente da Europa e alcançou o segundo lugar no mundo. O socialismo conseguiu na URSS uma vitória completa e definitiva, e o plano setenal em execução significará um novo e grandioso avanço dos povos soviéticos na construção das bases técnicas e materiais da sociedade comunista. Ao ingressar na etapa da construção do comunismo, a União Soviética se propõe, como principal tarefa econômica imediata, alcançar e superar em curto prazo histórico os países capitalistas mais desenvolvidos, inclusive

os Estados Unidos, não só no volume global da produção como também nos índices *per capita*. Cumprido esse objetivo estará alcançado o triunfo do socialismo em sua emulação pacífica com o capitalismo no terreno econômico.

Os ritmos elevados e ininterruptos de desenvolvimento são uma lei geral para todos os países do sistema socialista. Alguns países de democracia popular já entraram no período culminante da edificação do socialismo, aproximando-se o momento em que passarão a construir a sociedade comunista. Particular significação adquirem os êxitos extraordinários alcançados pela República Popular da China, que supera o seu atraso milenar a ritmos desconhecidos na história.

Enquanto o sistema imperialista é dilacerado por contradições internas, o campo socialista fortalece sua unidade e coesão. As relações entre os países socialistas se baseiam nos princípios de internacionalismo proletário: na ajuda mútua fraternal, na comunidade de interesses e objetivos, na igualdade de direitos, no respeito à integridade territorial, à independência e à soberania estatal.

Progredindo continuamente, imune às crises econômicas, o sistema socialista exerce uma influência cada vez maior na situação internacional. As conquistas históricas do mundo socialista atraem para as ideias do socialismo a consciência das grandes massas de todos os continentes.

3 - Em flagrante contraste com a ascensão do sistema socialista, aprofunda-se no pós-guerra a crise geral do capitalismo, acentuando-se o declínio do sistema imperialista.

Tornou-se mais aguda a contradição fundamental do capitalismo – entre o caráter social das forças produtivas e a forma capitalista privada de apropriação. O rápido desenvolvimento da técnica moderna não nega essa contradição, mas contribui para aprofundá-la ainda mais. Por um lado, a produção no mundo capitalista apresenta índices de crescimento, mas estes estão longe de corresponder ao potencial do aparelho produtivo, o que se manifesta, em longo prazo, nos ritmos de desenvolvimento muito



inferiores aos do mundo socialista. Por outro lado, a expansão do mercado interno e do mercado internacional não acompanha o crescimento da produção nos países capitalistas. Daí se originam recessões e crises como a que, em 1957-1958, atingiu os Estados Unidos, refletindo-se nos demais países capitalistas adiantados e nos países subdesenvolvidos. Os gastos militares, que utilizam para elevar o nível da atividade econômica, aumentam a pressão inflacionária crônica e agravam a instabilidade geral. O recurso à constituição de “mercados comuns” visa a fortalecer os monopólios e não dá solução à contradição fundamental do capitalismo. A formação do sistema socialista mundial e o processo de emancipação nacional nos países subdesenvolvidos reduzem o campo de exploração do capital financeiro e acentuam as dificuldades do sistema imperialista.

A situação interna dos países capitalistas assinala a agravação das contradições sociais, o recrudescimento da luta da classe operária e das massas populares em defesa dos seus interesses vitais e dos direitos democráticos. Sofrendo as consequências da instabilidade econômica e do aumento da exploração capitalista, os trabalhadores elevam sua consciência política, intensificam a luta grevista e impulsionam o processo de sua organização e unidade.

A desagregação do sistema colonial do imperialismo, que se acelera no pós-guerra, é uma das manifestações mais agudas da crise geral do capitalismo. Dezenas de países e mais de um bilhão de seres humanos libertaram-se da dependência política que os jungia às potências imperialistas e constituem hoje Estados politicamente soberanos. Intensificam-se os movimentos revolucionários pela libertação nacional dos povos ainda submetidos ao domínio imperialista na Ásia, África e América Latina.

Aqueles povos que se libertaram da opressão colonial e alcançaram a independência política, permanecendo, porém, nos quadros do capitalismo, esforçam-se ainda por obter sua completa emancipação no domínio econômico. Ao promoverem o desenvolvimento independente de sua economia, entram em conflito com as potências imperialistas que tratam de manter, por todos os meios, o sistema de exploração dos países subde-

envolvidos. A política adotada em Bandung expressa a posição destes países no plano internacional: combate à opressão imperialista, defesa da soberania estatal e da independência econômica, luta pela paz mundial e contra os blocos agressivos.

Forma-se deste modo uma frente anti-imperialista que une os países socialistas, os países libertados da opressão colonial, os povos que lutam por sua independência, o movimento operário e as forças progressistas dos próprios países imperialistas. A revolução nacional dos países coloniais e dependentes funde-se com a revolução socialista mundial, abalando os alicerces do sistema imperialista e privando-o de suas reservas.

As contradições internas do sistema imperialista continuam a agravar-se em virtude do desenvolvimento desigual dos países capitalistas. Os Estados Unidos conservam situação extremamente privilegiada, mas enfraqueceu-se nos últimos anos sua posição monopolista. A Alemanha Ocidental, derrotada no último conflito bélico, já superou a Inglaterra e a França, passando a ocupar o segundo posto na produção industrial do mundo capitalista. Este desenvolvimento desigual contribui para aguçar as contradições internas dos países imperialistas e as contradições interimperialistas, bem como os antagonismos entre as grandes potências e os países coloniais e dependentes.

O sistema capitalista se revela cada vez mais, em escala mundial, como um sistema decadente, historicamente ultrapassado.

Com o objetivo de manter por todas as formas seu domínio nas colônias e nos países dependentes e deter o progresso do movimento operário, a burguesia imperialista de alguns países golpeia os direitos democráticos e tenta implantar regimes ditatoriais de caráter fascista. Nas condições atuais, entretanto, qualquer forma de fascismo terá uma base mais frágil do que antes da Segunda Guerra Mundial. Quando já existe o poderoso campo socialista, o movimento operário eleva o nível de sua unidade e organização e os horrores do fascismo ainda estão vivos na memória dos povos, estes dispõem de maiores possibilidades para defender as liberdades públicas. A unidade das forças democráticas – e, em primeiro lugar,



a unidade da classe operária – constitui o instrumento mais efetivo para impedir o renascimento do fascismo.

4 - A questão crucial da situação internacional contemporânea é o conflito entre as duas políticas: a política do campo socialista e das forças amantes da paz no sentido de assegurar a coexistência pacífica dos países com diferentes regimes sociais, e a política dos círculos imperialistas, sobretudo dos Estados Unidos, voltada para a preparação de uma nova guerra mundial.

Os círculos agressivos dos Estados Unidos atentam contra a soberania dos povos, instigam a supressão das liberdades democráticas, intensificam a corrida armamentista, fazem provocações abertas contra os países socialistas e organizam blocos agressivos com o objetivo de desencadear a guerra. O imperialismo norte-americano tornou-se o centro da reação mundial. Nas condições de existência do imperialismo, em virtude das contradições inerentes a este sistema, continua a haver terreno para as guerras de agressão. Em consequência, porém, da correlação de forças favorável ao socialismo e aos povos que lutam pela paz, surgiu em nossa época a possibilidade real de impedir as guerras. A causa da paz é defendida pelas forças mais poderosas: o campo socialista, que tem na União Soviética o seu baluarte mais potente; os países pacíficos da Ásia e da África, que adotam uma política anti-imperialista e formam, juntamente com os países socialistas, uma vasta zona de paz; a classe operária de todos os países e sua vanguarda, os partidos comunistas; o movimento mundial em defesa da paz; os povos dos países neutros da Europa e as massas populares dos próprios países imperialistas, que nada têm a ganhar com um novo conflito mundial. As forças da paz podem impedir o desencadeamento da guerra pelos imperialistas e, no caso de sua deflagração, infligir aos agressores derrota esmagadora.

O debilitamento acelerado do sistema capitalista e o fortalecimento contínuo do sistema socialista tornam cada vez mais difícil a irrupção da guerra mundial ou até mesmo a manutenção da “guerra fria” entre as

grandes potências. O desafoço da situação internacional, assinalado pelos contatos entre os chefes de governo dos Estados Unidos e da União Soviética, representa um êxito incontestável da política de paz do Governo Soviético e da luta dos povos contra a guerra, revelando a possibilidade de efetiva coexistência pacífica entre as duas maiores potências, cujo entendimento é condição básica para impedir a deflagração de um conflito mundial.

Atualmente, nos próprios círculos governamentais dos países imperialistas, inclusive dos Estados Unidos, começa a prevalecer a opinião daqueles grupos que, tendo uma visão mais realista da atual correlação de forças existente no mundo, aceitam o caminho das negociações pacíficas com a URSS. A distensão internacional se apresenta, assim, para esses grupos, como uma necessidade objetiva.

A luta pela paz, tarefa primordial de todos os povos, tem condições para ser plenamente vitoriosa, desde que todas as forças contrárias à guerra permaneçam vigilantes e mobilizadas, atuem unidos e elevem sua atividade.

Quando os países socialistas superarem decisivamente o conjunto do mundo capitalista no terreno da produção industrial, mesmo antes da vitória completa do socialismo, subsistindo o capitalismo em uma parte do mundo, surgirá a possibilidade real de excluir a guerra mundial da vida da sociedade.

Empenhando todos os esforços na luta pela paz, é necessário ter em vista que nem o desafoço da situação internacional, nem a passagem à coexistência pacífica podem significar uma transformação da natureza exploradora e opressora do capitalismo e do imperialismo, ou a extinção da luta de classes no seio do regime capitalista.

5 - As alterações na correlação de forças criaram condições mais favoráveis para a luta pelo socialismo e tornaram mais variados, de acordo com as peculiaridades de cada país, os caminhos da conquista do poder pela classe operária e as formas de construção da nova sociedade. Tornou-

-se real numa série de países a possibilidade de transição ao socialismo por meios pacíficos, sem guerra civil.

Para converter-se em realidade, porém, é requisito indispensável a direção política da classe operária, orientada por sua vanguarda. O caminho pacífico para a conquista do poder não exclui, e sim pressupõe, a intensificação da luta de classes do proletariado, exige a formação de grandes movimentos de massa. Nada tem a ver com a política de colaboração de classes, nem com a transformação gradual do capitalismo em socialismo, teses difundidas pelos revisionistas e socialistas de direita.

O caminho que há de seguir a luta pelo socialismo não depende apenas do proletariado, mas também das classes dominantes. Onde as forças reacionárias empregarem a violência contra os trabalhadores para impedir sua ascensão ao poder, estes terão que utilizar a violência em defesa dos seus legítimos direitos democráticos.

6 - À medida que se aprofunda a decomposição do capitalismo e os países do sistema socialista mundial obtêm novos êxitos, eleva-se o grau da consciência da classe operária, crescem e se fortalecem as fileiras do movimento comunista mundial. Os partidos comunistas e operários de todo o mundo colocam-se à frente dos povos na luta pela paz e a democracia, pela independência nacional e o socialismo.

Após o debate que se seguiu ao XX Congresso do PCUS, cujas conclusões representaram importante contribuição ao fortalecimento ideológico do movimento comunista, os partidos comunistas e operários elevaram sua unidade a um nível mais alto na Conferência de Moscou, em 1957. A Declaração então aprovada reafirma a coesão do movimento comunista mundial e estabelece os princípios comuns que orientam sua atividade em face dos problemas atuais.

Em sua ação ideológica, o movimento comunista internacional considera que o principal perigo a enfrentar no momento atual é o revisionismo, o oportunismo de direita, manifestação da ideologia burguesa que paralisa a energia evolucionária da classe operária e prega a conservação

ou a restauração do capitalismo. A pretexto de descobrir os caminhos específicos de cada país para o socialismo, os revisionistas preconizam o “comunismo nacional”, negam os princípios gerais que regem a revolução socialista e a construção do socialismo. Expressão destas concepções antimarxistas é o Programa da Liga dos Comunistas da Iugoslávia, que atenta contra a unidade dos países socialistas e do movimento comunista mundial, renegando em sua essência o internacionalismo proletário. O marxismo-leninismo, ao indicar que cada país chegará ao socialismo por seu próprio caminho, exige que se levem em conta tanto as leis gerais, os aspectos da revolução proletária e da construção socialista comuns a todos os países, como as peculiaridades e tradições nacionais, através das quais se manifestam aquelas leis gerais.

A pressão ideológica da reação mundial exerceu influência nas fileiras de vários partidos comunistas, levando alguns setores a vacilações e mesmo à ruptura aberta com os princípios marxista-leninistas. O movimento comunista mundial, no entanto, em seu conjunto, lutou com êxito em defesa do marxismo-leninismo e derrotou o revisionismo no terreno político e ideológico.

Simultaneamente, os partidos comunistas e operários travam a luta pela superação dos erros dogmáticos e sectários. No período em que floresceu o culto da personalidade de Stalin – deformação ideológica radicalmente oposta às concepções marxista-leninistas – o dogmatismo teve expansão, obstaculizando a criação teórica, estimulando o sectarismo e as infrações do centralismo democrático. O XX Congresso do PCUS trouxe decisiva contribuição ao movimento comunista mundial para a luta contra o culto à personalidade e suas consequências.

Em alguns partidos, de acordo com as particularidades concretas de seu desenvolvimento, o dogmatismo e o sectarismo podem constituir ainda, no momento atual, o principal perigo a combater. Tendências incompatíveis com os princípios marxista-leninistas, o dogmatismo e o sectarismo impedem o desenvolvimento da teoria revolucionária do proletariado através de sua aplicação criadora nas condições específicas de cada país,



dificultam o trabalho da frente única e conduzem ao isolamento dos comunistas em relação às massas.

Ao lutarem contra o revisionismo e o dogmatismo, os partidos comunistas esforçam-se por aplicar e desenvolver a doutrina marxista-leninista em relação com as novas condições do mundo, ampliam e fortalecem seus vínculos com as massas trabalhadoras populares.

7 - A luta dos povos latino-americanos pela sua emancipação do domínio imperialista e por transformações democráticas atingiu um nível mais alto nos últimos anos, tornando-se cada vez mais difícil aos monopólios ianques converterem a América Latina na retaguarda segura que almejam.

As contradições entre os países latino-americanos e os Estados Unidos agravam-se tanto no terreno econômico como no político. Os imperialistas norte-americanos intensificam seus esforços para manter e acentuar seu domínio na América Latina, mas elevam-se a consciência e a combatividade anti-imperialista das massas populares, avolumando-se os movimentos contra o opressor ianque, e aumentam os choques entre a burguesia dos países latino-americanos e os monopolistas dos Estados Unidos.

Na Venezuela, na Colômbia e em Cuba, as lutas de massas culminaram em movimentos insurreccionais de caráter popular que puseram fim a sangrentas ditaduras serviçais dos Estados Unidos.

A revolução popular cubana constitui um fenômeno novo e de grande significação no quadro atual do continente. Ao derrubar a tirania de Batista, instrumento do imperialismo norte-americano, dos latifundiários e das forças mais reacionárias, o povo cubano deu um passo decisivo para a libertação nacional e a eliminação do latifúndio. O governo revolucionário de Fidel Castro, apoiado nas classes médias, nos camponeses, na classe operária e em certos setores da burguesia, iniciou a realização de uma reforma agrária radical, resiste firmemente à pressão do imperialismo norte-americano e, vencendo as vacilações de grupos conciliadores, imprime à revolução um curso popular, anti-imperialista e antifeudal. A revolução

de Cuba influi poderosamente nas lutas de libertação nacional dos países latino-americanos, suscitando um amplo movimento de solidariedade em todo o continente.

Em diversos países, o movimento operário reconquistou a liberdade de organização, os partidos comunistas alcançaram a legalidade e ampliam suas fileiras. Aprofunda-se em toda a América Latina a consciência da necessidade de uma política exterior independente e acentua-se a tendência ao estabelecimento de relações comerciais, diplomáticas e culturais com os países socialistas.

A Operação Pan-Americana, lançada pelo Governo Brasileiro com o apoio de outros governos latino-americanos, procura expressar os anseios de luta contra o subdesenvolvimento, ao exigir que a chamada cooperação interamericana seja colocada em novas bases e contribua, em termos práticos, para o progresso econômico dos países da América Latina, assim como ao reclamar a igualdade de direitos entre estes países e os Estados Unidos na solução dos problemas comuns. A OPA representa, porém, uma tentativa de conciliação dos interesses da burguesia dos países latino-americanos com os dos monopólios dos Estados Unidos, subordinando o desenvolvimento econômico de nossos países à pretensa “ajuda” do imperialismo norte-americano. Colocada nestes termos, resulta num impasse evidente, desde que não podemos esperar a solução das nossas dificuldades da parte daqueles que nos exploram e oprimem.

O imperialismo norte-americano aproveita-se das dificuldades econômicas e financeiras dos países do Continente tentando obter novas concessões e deter o processo de emancipação nacional em curso. Com este objetivo, utiliza os créditos e empréstimos como meios de pressão e explora sua posição privilegiada de maior comprador dos produtos da América Latina. Em alguns casos, como ocorreu na Argentina, os monopolistas ianques conseguem impor graves capitulações a governos latino-americanos, com a cumplicidade de setores conciliadores da burguesia.

Os imperialistas dos Estados Unidos não podem, no entanto, paralisar as lutas pela emancipação nacional que se desencadeiam na América Lati-

na. Também em nosso continente se acentua o processo de transformação dos países oprimidos, de reservas do sistema imperialista em força participante da luta mundial contra o imperialismo e pelo progresso social.

Não obstante suas acentuadas diferenças e particularidades, os países da América Latina têm em comum o fato de que o imperialismo norte-americano é o seu inimigo principal. Para lutar contra este inimigo, é mister que se conjuguem os esforços de todos os países latino-americanos, apoiados pela solidariedade internacional das forças progressistas.

8 - A atual correlação de forças no plano internacional, o desenvolvimento ascensional do socialismo e do movimento de libertação dos povos e o conseqüente debilitamento do sistema imperialista exercem influência favorável ao crescimento das forças anti-imperialistas e democráticas no Brasil.

A existência do sistema socialista mundial e sua política consagrada à defesa da paz e da independência dos povos constituem um forte apoio à causa dos países subdesenvolvidos. Em contraste com a ação dos países imperialistas, a assistência técnica e material prestada pelos países socialistas baseia-se no princípio da igualdade de direitos e no respeito à soberania nacional. Pela primeira vez na história criou-se para os países subdesenvolvidos a possibilidade de obterem equipamentos industriais, créditos em condições favoráveis e assistência técnica sem a necessidade de se submeterem a imposições de caráter econômico, político e militar das potências imperialistas. Este fator novo na situação mundial atua em nosso país como um estímulo à luta das forças patrióticas e progressistas por uma política exterior independente, que sirva à causa de nossa emancipação econômica.

O processo acelerado de decomposição do sistema colonial do imperialismo repercute profundamente no Brasil constituindo um poderoso incentivo ao movimento nacionalista que se desenvolve em nosso país. As vitórias alcançadas pelos povos asiáticos e africanos que se libertam do jugo estrangeiro, assim como os êxitos obtidos por outros povos latino-a-

americanos na resistência ao opressor ianque, revelam o quanto é precário o poder das potências imperialistas no mundo de hoje. Na luta pelo desenvolvimento independente de sua Pátria, o povo brasileiro pode apoiar-se na solidariedade dos países que se libertaram do domínio colonial, dos povos que pugnam por sua independência, do proletariado das metrópoles imperialistas e na ajuda moral e material do poderoso campo socialista.

Fator particularmente favorável ao êxito das forças nacionalistas e democráticas no Brasil é o alívio da tensão internacional que se verifica nos últimos tempos. A nova situação mundial, que prenuncia a manutenção da coexistência pacífica entre os países de diferentes regimes sociais, reflete-se em nosso país, estimulando as forças que resistem ao imperialismo norte-americano e pugnam por uma política extrema de paz e amizade com todos os povos, inclusive com a União Soviética, a República Popular da China e demais países socialistas.



II – Características Principais do Desenvolvimento da Economia Nacional

9 - Ao libertar-se do jugo colonial português, o Brasil conquistou sua independência estatal, ao mesmo tempo em que a sua economia conservava as características de dependência externa e de extremo atraso estrutural. Ao longo de sua vida como Estado independente, a economia do Brasil se desenvolveu e sofreu certas transformações de grande importância, mas, até os dias presentes, ainda enfrenta, como fatores fundamentais adversos ao seu progresso, a dependência diante do imperialismo e a estrutura agrária baseada no monopólio da terra. O desenvolvimento da economia nacional se choca, crescentemente, com aqueles fatores antagônicos e apresenta a necessidade objetiva de sua eliminação.

10 - O capital imperialista continua a explorar a economia brasileira através de canais que utilizou no passado, isto é, através do comércio exterior e dos empréstimos financeiros. Nos últimos tempos, porém, à medida que progride a industrialização do país, a exploração imperialista se acentua por intermédio das inversões diretas, inclusive em diversos ramos fundamentais da indústria. Não somente com os recursos externos, mas em elevada proporção, também com o reinvestimento de lucros acumulados dentro do país, o capital estrangeiro aplicado no Brasil vem crescendo em sentido absoluto.

A penetração imperialista é realizada em maior proporção pelos monopólios norte-americanos que, a partir da Segunda Guerra Mundial, alcançaram o predomínio absoluto sobre os seus competidores. As inversões diretas norte-americanas em nosso país aumentaram de 193,6 milhões de dólares, em 1929, para 1.301, milhões de dólares, em 1957, representando 5,2% do total das inversões diretas dos Estados Unidos no exterior. O domínio do capital norte-americano é particularmente acentuado em setores como os de energia elétrica, automóveis, pneumáticos, frigoríficos, in-

dústria farmacêutica, extração de minérios, distribuição de derivados de petróleo, exportação de café, beneficiamento e comércio de algodão etc. O capital norte-americano atua, em geral, em condições monopolistas ou tendentes ao monopólio. Atrai para a sua órbita considerável parcela de capitais brasileiros, com os quais, em vários casos, se associa diretamente. As inversões diretas no Brasil propiciam aos monopólios norte-americanos elevada taxa de lucros, que são utilizados para transferências às matrizes nos Estados Unidos e para ampliação das empresas aqui instaladas.

O capital financeiro norte-americano monopoliza atualmente mais de dois terços dos empréstimos externos, ao Brasil, incluindo os créditos do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento e do Fundo Monetário Internacional, entidades notoriamente controladas pelo imperialismo norte-americano, ao qual cabiam, como credor, 74% dos empréstimos registrados até 1956. Tal concentração de créditos financeiros, concedidos geralmente em condições onerosas para o nosso país, fornece ao governo dos Estados Unidos uma tremenda arma de pressão utilizada para alcançar vantagens econômicas e políticas em favor do imperialismo norte-americano.

Apesar do recente progresso industrial do Brasil, seu comércio exterior conserva as características coloniais do passado. Por um lado, a exportação continua constituída quase totalmente de produtos primários, cabendo cerca de dois terços ao café. Por outro lado, cerca da metade do intercâmbio externo é realizada com os Estados Unidos que, assim, ocupam posição praticamente monopolista e podem impor, como norma, um regime de trocas não equivalente em prejuízo do nosso país. Como compradores ou concorrentes, os monopólios norte-americanos dominam o mercado internacional dos nossos principais produtos de exportação, explorando esta circunstância para manobras baixistas e para exercer pressão econômica e política sobre o Brasil.

O imperialismo norte-americano enfrenta em nosso país a crescente concorrência de outras potências imperialistas. Enquanto a Inglaterra e a França se esforçam para conservar algumas posições, a Alemanha Ociden-



tal e o Japão têm feito do Brasil um campo preferencial para aplicações de capital. Apesar disto, o imperialismo norte-americano mantém o predomínio absoluto sobre os seus competidores dentro do mercado brasileiro.

O domínio dos monopólios dos Estados Unidos é o principal obstáculo anteposto à emancipação econômica de nossa Pátria.

A exploração imperialista, sobretudo norte-americana, impõe pesado tributo à nação. Os monopólios norte-americanos se apropriam de parcela considerável do valor criado pelos trabalhadores brasileiros, o que torna o processo de acumulação interna ainda mais penoso para o povo. Através das inversões diretas, dos empréstimos e do comércio exterior, os monopólios norte-americanos provocam graves deformações no desenvolvimento da economia nacional. Isto se reflete no déficit crônico do balanço de pagamentos e nas frequentes situações de escassez cambial, que conduzem à compressão das importações e à desvalorização do cruzeiro, impulsionando, desta maneira, o processo inflacionário interno. Tudo isto pesa fortemente sobre o progresso da nação e contribui para o baixo nível de vida das grandes massas do seu povo.

Precisamente porque a economia nacional se desenvolve, a exploração imperialista norte-americana se torna cada vez mais sensível. Aguça-se no mercado interno a contradição entre os interesses da burguesia brasileira e os do capital dos Estados Unidos. Esta contradição se manifesta vivamente na esfera do câmbio, através da disputa em torno da receita de divisas e da necessidade de imprimir novos rumos ao comércio exterior. A opressão imperialista norte-americana faz sentir os seus efeitos sobre todas as camadas do povo. Os problemas da emancipação nacional se tornam, assim, problemas candentes, colocados na ordem do dia pelo próprio desenvolvimento da economia nacional.

11 - A estrutura agrária brasileira, como no passado, se baseia predominantemente na grande propriedade de tipo atrasado, à exceção de algumas áreas reduzidas, em que existem concentrações de pequena propriedade e plantações modernas, do tipo capitalista.

O Brasil figura entre os países de maior concentração latifundiária do mundo inteiro: em 1950, os estabelecimentos agrícolas com 500 hectares e mais constituíam 3,4% do número total de estabelecimentos e abrangiam 62,3% de toda a área ocupada. Este monopólio da terra tem como contrapartida inevitável uma imensa massa de camponeses sem terra: para cerca de 11 milhões de pessoas ativas na agricultura, em 1950, havia apenas 2.065.000 estabelecimentos agrícolas, dos quais 22,2% possuíam área inferior a 5 hectares.

Consequência direta deste sistema de propriedade é a área cultivada diminuta para as necessidades do país: dos 232.211.000 hectares ocupados em 1950, pelos estabelecimentos agrícolas, apenas 19.095.000 hectares, ou seja 8,2%, eram dedicados à lavoura. À mesma época, era maior a área aproveitável não cultivada dos estabelecimentos agrícolas, uma vez que correspondia a 34.310.000 hectares, enquanto as pastagens utilizadas por uma pecuária em geral extensiva e atrasada abrangiam 107.833.000 hectares.

Esta estrutura latifundiária se reforça inclusive por meios extraeconômicos como a grilagem e as concessões de grandes extensões de terras devolutas pelo Estado.

No monopólio da terra se baseia a sobrevivência de formas pré-capitalistas de exploração, como a meia, a terça, o trabalho gratuito e outras. A legislação trabalhista é quase totalmente não aplicada aos assalariados rurais. Arrendatários e parceiros são obrigados a se submeterem a contratos extremamente desfavoráveis, sofrendo ainda o regime de arbítrio dos latifundiários. Desta situação decorrem o baixíssimo nível de vida das massas camponesas e a prática, em vastas zonas, dos processos mais primitivos de trabalho, com ínfima produtividade.

Algumas áreas agrícolas da região Centro-Sul se destacam pela aplicação relativamente dinâmica de métodos mais modernos de cultivo, mas, na maior parte do país, a penetração capitalista na agricultura se processa lentamente. Essa penetração capitalista se manifesta pelo crescimento do número de assalariados e semiassalariados, pela multiplicação da quan-



tidade de máquinas e instrumentos agrícolas e pelo uso de adubos artificiais e inseticidas. Ainda que lentamente, a produção agropecuária tem aumentado, observando-se, em longo prazo, a tendência ao incremento mais rápido da produção para o mercado interno em relação à produção para o mercado exterior.

Com a penetração do capitalismo, combinam-se em proporção variável os métodos capitalistas à conservação do monopólio da terra e das velhas relações pré-capitalistas, o que permite um grau mais elevado de exploração dos trabalhadores do campo. Nestas circunstâncias, não se abala, mas se reforça, o regime monopolista de propriedade da terra.

A penetração capitalista conduz, em diferentes graus, a certo incremento da produtividade agrícola para fins mercantis. Ao mesmo tempo, porém, nas condições do monopólio latifundiário, contribui para mais rápida elevação do preço da terra, obrigando a agricultura a distanciar-se dos grandes centros urbanos, o que influi para encarecer a produção agropecuária e aumentar a massa de renda apropriada pelos grandes proprietários rurais.

O monopólio da terra e as relações pré-capitalistas de trabalho não somente obstaculizam o desenvolvimento da agricultura, como constituem também sério entrave ao processo de industrialização, restringindo de modo considerável a expansão do mercado interno. A liquidação da arcaica estrutura predominante na agricultura é, assim, uma necessidade fundamental para o progresso da economia nacional.

12 - Nas últimas décadas, a economia brasileira tem sofrido importantes modificações, resultantes do desenvolvimento do capitalismo, que se vem processando dentro dos marcos de dependência para com o imperialismo e da manutenção do monopólio da terra. Contrapondo-se a estes fatores adversos, o desenvolvimento capitalista nacional apoiado na acumulação interna constitui elemento progressista e dinâmico da economia brasileira, manifestando-se no incremento das forças produtivas e na expansão de novas relações de produção.

Em virtude das leis que o regem e ainda por se chocar com a resistência de elementos econômicos atrasados, continuando submetido à pressão do imperialismo, o desenvolvimento capitalista nacional se processa em ritmo bastante desigual. É evidente, porém, que nos últimos vinte anos, em virtude dos seus próprios impulsos internos e de condições externas mais favoráveis, o ritmo deste desenvolvimento se acelerou.

Particularmente após a Segunda Guerra Mundial, o processo principal na vida econômica brasileira é o da industrialização, que tem sua característica mais importante no crescimento preponderante e relativamente rápido da indústria de bens de produção.

No período de 1938 a 1958, a produção de aço em lingotes aumentou em 17,3 vezes, atingindo 1.600.000 toneladas. Apesar deste aumento, o parque manufatureiro necessita ainda da importação suplementar de laminados. Também de 1938 a 1958, a produção de cimento Portland comum foi multiplicada por 6 vezes, alcançando, em 1958, 3.750.000 toneladas. Entre 1944 e 1958, a produção de energia elétrica triplicou, atingindo 19 bilhões de kwh (quilowatts hora). Indústrias praticamente novas são as de petróleo e derivados, alumínio, estranho e adubos fosfatados, todas com índices elevados de crescimento no atual decênio. Adquiriram notável impulso nos anos recentes as indústrias de máquinas e autoveículos. Em quase todos os setores citados, encontram-se em curso novos empreendimentos, que absorvem vultosas inversões.

Começada a formar-se em fins do século passado, a indústria de bens de consumo já abastece o mercado interno da quase totalidade de artigos de uso comum. O seu crescimento prossegue, enfrentando, porém, frequentes dificuldades de mercado.

A partir da acumulação interna, que se incrementou durante a última guerra, a indústria brasileira atravessou, nos anos de 1947 a 1956, uma fase de ascenso excepcional, em que o produto industrial real aumentou em 92,2%, superando a média de crescimento do mundo capitalista no mesmo período. O aumento da produção industrial se vincula ao processo de cen-



tralização e concentração do capital, que se traduz na formação e expansão de grandes empresas, estatais ou privadas.

O processo de industrialização tem constituído o fator mais importante de ampliação do mercado interno, que cresce principalmente com o aumento da população urbana e, em proporção bastante menor, com a penetração do capitalismo na agricultura. Índices expressivos da ampliação do mercado interno são os seguintes: a carga transportada pela navegação de cabotagem passou de 2.607.000 toneladas em 1938 para 6.801.000 toneladas em 1957; o transporte de mercadorias por estrada de ferro passou de 5.995 milhões de toneladas-quilômetro em 1938 para 10.696 milhões de toneladas-quilômetro em 1957; e, finalmente, a extensão da rede rodoviária em tráfego elevou-se de 50%, entre 1952 e 1957, passando de 302.000 km para 455.000 km.

Entretanto, apesar de seu progresso recente, o Brasil apresenta ainda índices de país subdesenvolvido. O seu consumo energético *per capita* é de apenas 390 quilos-carvão anuais, contra 970 na Argentina, 2.180 na Venezuela e 3 a 8 toneladas nos países adiantados. O consumo brasileiro de produtos siderúrgicos é de apenas 31 quilos anuais *per capita*, quando nos países adiantados varia de 200 a 600 quilos. Em comparação com os países capitalistas desenvolvidos, são muito baixos os índices brasileiros de alimentação, saúde e educação.

A eliminação, no prazo mais breve, das características de país subdesenvolvido se relaciona diretamente com a necessidade da emancipação e de transformação progressista da economia nacional.

13 - A intervenção do Estado, nas mais diversas formas, tem sido, em certas circunstâncias, um dos principais instrumentos de propulsão do desenvolvimento capitalista em nosso país. Nas duas últimas décadas tal intervenção tem-se manifestado crescentemente como capitalismo de Estado, inclusive sob a forma de empresas fundadas e administradas pelo Estado.

Nos países capitalistas adiantados, o capitalismo de Estado adquiriu amplas proporções na fase imperialista, tomando o caráter reacionário de

instrumento de domínio econômico dos monopólios através do aparelho de Estado burguês. No Brasil, porém, embora servindo em determinados casos aos interesses do imperialismo, o capitalismo de Estado tende a assumir, prevalentemente, formas progressistas e nacionais.

Realizando o processo de industrialização nas condições de uma economia ainda dependente do imperialismo, na época em que o capitalismo como sistema mundial se encontra em sua crise geral cada vez mais avançada, enfrenta a burguesia brasileira a tarefa de promover a criação, em prazo breve, de um mínimo de forças produtivas modernas, indispensáveis em nosso tempo ao progresso econômico: centrais elétricas, usinas siderúrgicas, indústria de petróleo etc. O capitalismo privado nacional não é capaz, por si só, de realizar a criação de tais forças produtivas em prazo curto, nem de protegê-las da pressão dos monopólios imperialistas. Daí o recurso ao capitalismo de Estado, que permitiu a formação de um núcleo de indústria pesado, abrangendo empresas como a Companhia Siderúrgica Nacional, a Petrobras, a Fábrica Nacional de Motores, a Companhia Nacional de Álcalis, os hidroelétricos do Governo Federal e dos governos estaduais etc.

Nas empresas estatais, as relações de produção permanecem relações capitalistas de exploração dos operários pelo Estado, no seu papel de capitalista coletivo, de representante da classe capitalista em seu conjunto. Isto, entretanto, nas condições brasileiras, não se contrapõe ao fato de que o capitalismo de Estado constitui, no seu sentido geral, fenômeno progressista, fator de resistência ao imperialismo e instrumento imprescindível para a emancipação nacional.

O imperialismo norte-americano, que ainda possui forte influência no aparelho de Estado brasileiro, também se utiliza para seus próprios fins de algumas formas de capitalismo de Estado. É o caso de bancos oficiais que financiam diretamente trustes imperialistas como a Light and Power e a Band and Share. É o caso também de hidroelétricas estatais, cuja produção ainda é distribuída por aqueles trustes, favorecendo a continuação da sua situação monopolista. Todavia, no que se refere às suas posições fun-

damentais, o imperialismo norte-americano não poupa meios de pressão para impedir o desenvolvimento do capitalismo de Estado. Esta orientação antinacional se expressa na incessante campanha entreguista contra a Petrobras, e na propaganda de teses pseudoliberais contra a intervenção do Estado na economia, que a grande imprensa financiada por Wall Street chama de “estatismo”.

As forças interessadas na emancipação da economia nacional resistem ao imperialismo norte-americano, lutam para assegurar a sobrevivência e o progresso das empresas estatais e se empenham por libertá-las de qualquer influência antinacional.

14 - Uma das características do curso atual do desenvolvimento econômico consiste no processo inflacionário, que lhe é implícito. Fenômeno bastante antigo em nosso país, que reflete a tendência secular de desvalorização cambial da moeda, a inflação se acelerou grandemente a partir de 1940, adquirindo, desde então, constância e ritmo que a colocam como uma das inflações mais fortes no mundo inteiro.

A inflação resulta, por um lado, da desvalorização externa da moeda, tornada inevitável pela prática de uma política que, ao invés de romper com a situação de dependência para com o imperialismo, ainda a agrava nas esferas do comércio exterior, do câmbio e do balanço de pagamentos. A inflação decorre, por outro lado, das causas estruturais que elevam constantemente os preços dos produtos agrícolas. A inflação é provocada, portanto, fundamentalmente, pelos próprios fatores de atraso, que continuam a pesar sobre a economia brasileira.

Ao mesmo tempo, o ritmo inflacionário não podia deixar de se acelerar como processo de desenvolvimento econômico, uma vez que este se realiza sem a eliminação daqueles fatores, mas adaptado a eles.

No mais recente período, a política estatal de investimentos e de créditos tem impulsionado a industrialização, mas a aplicação desta política se faz com a persistência do vultoso desperdício de recursos orçamentários e de créditos dos bancos oficiais em atividades tipicamente parasitárias.

Isto torna inevitáveis as emissões de papel-moeda frequentes e de enorme volume, com efeitos inflacionários quase imediatos.

Determinando a deterioração permanente dos salários reais, que apenas de modo transitório pode ser compensada pelos periódicos reajustamentos dos salários nominais, a inflação permite à burguesia brasileira, assim como ao capital estrangeiro, a elevação do grau de exploração da classe operária e, em geral, das massas trabalhadoras.

A exploração capitalista se acentuou através da baixa do salário real, e também de uma série de outros processos que conduzem à intensificação do ritmo de trabalho e ao pioramento de suas condições.

Segundo dados oficiais, o salário médio real dos operários do Distrito Federal se manteve sensivelmente inferior ao nível de 1940, já por si muito baixo, durante todos os anos do período de 1940-1954. Tomando a situação dos operários do Distrito Federal como típica para a generalidade do país, tornar-se evidente que, durante aquele período, a acumulação capitalista, notavelmente incrementada, conseguiu impor ao proletariado a redução absoluta do seu nível de vida.

A partir de 1954, os sucessivos reajustamentos do salário-mínimo oficial – conquista das mais importantes da classe operária – provocaram certa melhoria do salário médio real, mas esta melhoria tem sido extremamente instável em virtude do recrudescimento do processo inflacionário. Além disto, segundo indicam inquéritos oficiais, no período de 1955-1958, o salário-hora cresceu mais lentamente do que o preço do produto-hora, o que evidencia a queda da participação percentual da classe operária na distribuição da renda nacional. Ao contrário do que afirmam os porta-vozes do patronato, o ascenso dos preços das mercadorias e serviços vem superando, como tendência constante, o periódico ascenso nominal dos salários e vencimentos.

A inflação torna, por conseguinte, mais pesados os sacrifícios da população trabalhadora, ao tempo em que restringe o mercado interno e prejudica a própria causa do desenvolvimento independente da economia nacional.



15 - O curso atual do desenvolvimento econômico também se caracteriza por extremo aprofundamento das desigualdades entre as diferentes regiões do país. Este fato provoca desequilíbrios econômicos e políticos perigosos para o desenvolvimento da nação.

Baseando-se numa situação favorável historicamente adquirida e absorvendo, no período mais recente, em proporção esmagadora, as vantagens da política de câmbio, de investimentos e de créditos do Governo federal, o Centro-Sul pôde acelerar a sua industrialização, enquanto o Norte e o Nordeste permanecem regiões quase inteiramente agrárias, com poucos e reduzidos núcleos industriais, cujo progresso enfrenta obstáculos crescentes. Ao tempo em que no Centro-Sul a penetração capitalista se acentua em certas áreas agrícolas, no Norte e Nordeste, a estrutura agrária atrasada continua praticamente inalterada. Em consequência, tende a se acentuar a diferença já enorme entre os níveis de produtividade econômica do Centro-Sul com relação às demais regiões. Os seguintes dados, em termos reais, são significativos a respeito: no período compreendido entre 1948 e 1956, a produção agropecuária do Nordeste cresceu de 25,2% e a industrial de 49,8%, ao passo que no Centro-Sul o crescimento foi de 32,4% para a produção agropecuária e de 81,2% para a industrial. Daí por que a participação do Nordeste, com um terço da população brasileira, se reduziu, no mesmo período, de 15,5% para 13,4% da renda total do país. Este fato apresenta ainda maior gravidade, se considerarmos o enorme desnível das condições de vida das grandes massas da população nordestina, as quais figuram entre as mais baixas do continente americano, diante do enriquecimento e da ostentação suntuária de um número ínfimo de latifundiários e grandes capitalistas, que fundamentam a sua prosperidade na manutenção de formas atrasadas da economia.

O crescimento muito vagaroso, abaixo da média nacional, do mercado do Norte e Nordeste não pode deixar de repercutir negativamente sobre a própria industrialização, que se concentra no Centro-Sul. Além disto, o Norte e Nordeste constituem fonte permanente de mão de obra baratíssima, que é utilizada pelas classes dominantes para pressionar sobre o nível

de vida dos trabalhadores agrícolas e industriais do Centro-Sul.

Desta situação decorrem graves desequilíbrios para o desenvolvimento da economia nacional em seu conjunto.

16 - O processo de desenvolvimento capitalista da economia nacional vem seguindo um curso, que se caracteriza pela tendência predominante de adaptação desse processo à dependência com relação ao imperialismo e à conservação do monopólio da terra e das relações pré-capitalistas na agricultura.

O curso atual do desenvolvimento econômico agrava as contradições fundamentais da sociedade brasileira sem ser capaz de superá-las. Por isto mesmo, um curso de sentido oposto, isto é, um curso de desenvolvimento independente e progressista, é reclamado pelas próprias necessidades objetivas da economia nacional, a fim de que sejam superadas de modo consequente as contradições fundamentais que exigem solução na presente etapa histórica da sociedade brasileira.

Fontes dos dados estatísticos– Censo nacional de 1950– Anuários Estatísticos do IBGE– Inquéritos Econômicos do IBGE

– Exposição geral da situação Econômica do Brasil, 1958 (Conselho Nacional de Economia)– Uma Política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste (Conselho de Desenvolvimento)– Relatório do Banco do Brasil, 1958– Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas– Survey of Current Business (Departamento de Comércio dos Estados Unidos)

III – As Classes Sociais, o Estado e as Instituições do Brasil

17 - O Brasil é um país capitalista de formação recente. A sua estrutura de classes apresenta características de uma fase de transição, não possuindo ainda a nitidez das sociedades capitalistas maduras.

Datadas de peculiaridades próprias da formação histórica nacional, são as seguintes as classes e camadas que compõem, basicamente, a sociedade brasileira: latifundiários, burguesia, pequena burguesia urbana, camponeses, semiproletariado e proletariado.

a) Os latifundiários – São os grandes fazendeiros ligados à agricultura ou à pecuária, proprietários de imensos latifúndios, que concentram em suas mãos a maior parte das terras apropriadas no país. É a classe mais velha da sociedade brasileira, suas origens se perdem nos primórdios da era colonial. Depois da independência do Brasil manteve durante o Império e nas primeiras décadas da República, o monopólio do poder político. Hoje este monopólio já não existe – o poder está dividido entre os latifundiários e a burguesia, as atuais classes dominantes no Brasil.

Com o desenvolvimento capitalista do país, os latifundiários vêm sofrendo um processo de diferenciação: uma parte se aburguesa e a outra, que diminui constantemente, conserva suas velhas características.

Os latifundiários se identificam por viverem da renda da terra, “tributo que a sociedade paga ao proprietário territorial”.

São, em seu conjunto, a classe mais reacionária da sociedade brasileira, encarnam as relações de produção mais atrasadas e constituem um obstáculo à expansão das forças produtivas.

Seus interesses econômicos entrelaçam-se, na maior parte das vezes, com os da grande burguesia comercial, exportadora e bancária e, eventualmente, com os da burguesia industrial. São fortes os seus laços com o imperialismo, estabelecidos principalmente através do comércio exterior

e dos empréstimos estrangeiros ao Brasil, muitas vezes realizados para satisfazer os interesses dos latifundiários. Isto, porém, não exclui o fato de em determinadas conjunturas produzirem-se choques entre os interesses de setores latifundiários e os do imperialismo.

Os interesses permanentes dos latifundiários são antagônicos em relação aos objetivos da revolução brasileira.

Não obstante seu declínio histórico, os latifundiários mantêm posições de grande influência na vida do país e ainda dispõem de importante força política.

b) A burguesia – É constituída pela massa de centenas de milhares de industriais, comerciantes, banqueiros e capitalistas agrários. É uma classe de formação histórica mais recente e em ascensão, particularmente a burguesia industrial.

A burguesia não é uma classe homogênea, passa por um processo de diferenciação constante, tanto mais intenso quanto maiores sejam o desenvolvimento capitalista do país e a penetração do capital estrangeiro imperialista. Apresenta, por isso, ao lado de características gerais, diversos setores que se formam em virtude da variedade de seus interesses econômicos. Estes interesses vão desde os da grande burguesia industrial, comercial e bancária, que tem em suas mãos o controle de uma importante parte da vida econômica e política do país, até os da burguesia média, que luta muitas vezes com dificuldades para enfrentar as cargas tributárias, a restrição do crédito e outros ônus econômicos.

No que diz respeito às relações com o imperialismo, pode-se distinguir na burguesia brasileira dois setores bem diferenciados: um genuinamente nacional e outro que tem seus negócios ligados num grau maior ou menor ao capital imperialista. O primeiro constitui a imensa maioria da burguesia brasileira; o segundo é integrado pela minoria que, de uma forma ou de outra, tem seus interesses entrelaçados com os de grupos imperialistas, na indústria, nos bancos e no comércio de importação e exportação. É óbvio que esses dois setores possuem interesses contraditórios, muitas vezes antagônicos, e que entre eles passa a linha que divide a bur-



guesia em duas partes, uma a favor e outra contra a política de subordinação nacional ao imperialismo.

Grandes e médios burgueses encontram-se de um lado e de outro. O grau de concentração de capitais não é, assim, o fator decisivo que divide a burguesia brasileira em face ao imperialismo.

Em sua maioria, a burguesia brasileira, em virtude dos seus interesses objetivos, se situa no campo da anti-imperialismo. Mas é a burguesia industrial o setor mais dinâmico do capitalismo nacional e o que tem a maior área de atritos com o imperialismo, disputando com este o mercado interno e orçamento cambial.

A burguesia, tomada no seu conjunto, apresenta um duplo caráter. Pertencendo a um país economicamente explorado pelo imperialismo, é uma força revolucionária. Mas seu revolucionarismo é limitado, como o de toda classe exploradora. É também limitado pela sua fraqueza econômica e política e em virtude de seus laços com o sistema imperialista mundial. A aspiração da burguesia brasileira é, por isso, a de criar um Estado nacional independente em que ela seja a força dominante. Daí a sua preocupação em manter a luta nacional dentro de marcos bem limitados, a fim de evitar que ela adquira feição democrática e popular e que culmine com a criação de um poder anti-imperialista revolucionário, algo bem diverso do Estado burguês nacional que aspira a estabelecer. As limitações da burguesia já se manifestam hoje nas restrições à ação independente das massas e nos métodos vacilantes de luta com que procura enfrentar o imperialismo, bem diferentes dos empregados pelo proletariado e seus aliados mais próximos. Em certas circunstâncias essas limitações podem levá-la a vacilar e a trair a revolução, ou a chegar a acordos com o imperialismo.

A burguesia possui natureza contraditória – é capaz, em certas circunstâncias, de enfrentar o imperialismo, e em outras de se conciliar com ele. As vacilações inerentes à burguesia só podem ser neutralizadas pela pressão que sobre ela exerçam as forças revolucionárias consequentes.

c) A pequena burguesia urbana – Pertencem à pequena burguesia urbana os donos de pequenas empresas artesanais e de pequenos estabe-

lecimentos comerciais, a maior parte da intelectualidade, os produtores individuais (artesãos), os pequenos e médios funcionários e os pequenos e médios empregados. Também faz parte da pequena burguesia a maioria da oficialidade das forças armadas.

A pequena burguesia brasileira é historicamente mais velha do que a burguesia e o proletariado, suas origens remontam à época colonial. Naturalmente, tem sofrido mudanças quantitativas e qualitativas, apresentando características diferentes nos vários períodos de nossa história.

Prossegue no seio da pequena burguesia o processo de diferenciação, que enriquece uma ínfima minoria e mantém a grande maioria numa situação de instabilidade econômica, que evolui para a proletarização. É baixo o nível de vida de amplas camadas da pequena burguesia, o que a leva frequentemente para posições radicais. Não obstante este processo, a pequena burguesia cresce numericamente com o desenvolvimento capitalista, que se caracteriza por uma industrialização em que ainda é relativamente fraca a centralização de capitais.

As diferentes categorias pequeno-burguesas se comportam de acordo com sua situação peculiar. De modo geral, entretanto, a pequena burguesia tem posição favorável à luta anti-imperialista e democrática, e importantes camadas pequeno-burguesas dela participam ativamente, se bem que certa parte mais abastada forneça a massa de militantes das correntes mais reacionárias. Toda a atividade política da pequena burguesia é marcada pela instabilidade. A sua participação no movimento revolucionário depende dos fluxos e refluxos que a caracterizam.

d) O campesinato – Constitui a maior parte da população economicamente ativa. Na época colonial, tinha existência marginal aos latifúndios escravistas, que devia enfrentar para sobreviver. O crescimento do campesinato afirma-se à medida que se desintegra a lavoura de base escravocrata, ganhando grande impulso com a Abolição. Passou a se apresentar, desde essa época, como uma massa muito numerosa de parceiros, arrendatários, pequenos e médios proprietários de terra, posseiros, agregados, vaqueiros etc.



O campesinato brasileiro continua a sofrer, como no passado, a pressão da estrutura latifundiária, que lhe dificulta extremamente o acesso à terra e lhe impõe pesados tributos de caráter semifeudal. Mais de três quartas partes dos trabalhadores rurais são desprovidas da propriedade da terra, vivendo em condições econômicas muitas vezes de grande precariedade. A aspiração à propriedade da terra ainda não fez eclodir um movimento generalizado pela reforma agrária entre as massas camponesas, mas se manifesta, de modo muito vivo, no aumento do número de posseiros nas chamadas zonas pioneiras, sendo de notar que a sua combatividade frequentemente chega à resistência armada.

A luta dos camponeses contra a opressão latifundiária também se manifesta nas reivindicações, que ganham corpo, da baixa da taxa de arrendamento, de garantia contra os despejos arbitrários, liberdade de plantio etc. A defesa contra a grilagem assume formas mais organizadas e enérgicas entre os camponeses.

A penetração capitalista na agricultura é acompanhada de um processo de diferenciação das massas camponesas. Por um lado, forma-se uma camada, já relativamente importante, de camponeses ricos, entre proprietários de terra, posseiros e arrendatários. Por outro lado, tende a crescer o número de camponeses atingidos total ou parcialmente pela proletarianização, que aumenta a quantidade de assalariados rurais permanentes ou temporários e constantemente abriga certa parte a emigrar para as cidades. Uma grande massa se encontra em situação intermediária, submetida a um trabalho extenuante e a baixíssimas condições de vida.

Evolução característica de tipo capitalista, diferente da generalidade do país, tiveram certas áreas agrícolas dos estados sulinos, onde se formaram, desde o século passado, concentrações de pequenos proprietários camponeses, oriundos da imigração europeia e livres da opressão direta dos latifundiários. Figuras estas áreas entre as mais progressistas na agricultura brasileira. Com um grau de firmeza que varia de acordo com a situação objetiva de cada uma de suas camadas, sendo maior naquelas camadas mais oprimidas e exploradas, as massas camponesas têm interes-

se em profundas transformações na estrutura agrária e na emancipação econômica do país. Constituem o aliado fundamental do proletariado na revolução nacional e democrática.

e) Os semiproletários – O semiproletariado é integrado por uma grande massa de trabalhadores urbanos e rurais que se situam entre a pequena burguesia e o proletariado – a maior parte dos colonos de café, os camponeses pobres que trabalham parte do tempo fora de sua terra em troca de salário, a grande massa de subempregados crônicos, os artesãos arruinados etc.

O semiproletariado é composto por diferentes camadas, de condições econômicas diversas, e seus interesses se aproximam dos interesses do proletariado.

f) O proletariado – É formado pelos operários das indústrias, trabalhadores de transportes e os assalariados agrícolas. Os operários industriais e os trabalhadores de transportes encontram-se distribuídos principalmente nos seguintes ramos: indústria têxtil, construção civil, metalúrgica, alimentícia, mecânica, nas estradas de ferro, na navegação, portos e transportes urbanos. Os assalariados agrícolas concentram-se principalmente nas zonas de cultivo do café, da cana de açúcar, do cacau, do arroz e do trigo. Os trabalhadores urbanos (indústria e transportes) são calculados em cerca de dois milhões.

A parte mais ativa do proletariado brasileiro, e núcleo fundamental da classe, está localizada nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. São centros industriais menores: Recife, Porto Alegre, Belo Horizonte e Salvador.

No proletariado brasileiro distinguem-se várias camadas. A diferença principal é a existente entre o urbano e o rural. No seio do proletariado industrial urbano notam-se duas camadas bem características: a das grandes empresas e a das pequenas fábricas e oficinas. As estradas de ferro, as empresas urbanas de transportes e os portos são importantes concentrações de massa trabalhadora. Os trabalhadores das grandes empresas são a camada politicamente mais ativa do proletariado, a mais suscetível à orga-

nização. Com o desenvolvimento econômico do país, principalmente nos anos de pós-guerra, está surgindo um proletariado qualificado, nos ramos mais novos da indústria brasileira, como a siderúrgica, a automobilística, a mecânica etc.

O proletariado industrial encarna as novas forças de produção, a forma de economia mais avançada, e é por essa razão o elemento mais revolucionário da sociedade brasileira.

Isto é particularmente evidente quando comparamos suas posições e seus métodos de luta com os de outras classes. O processo da luta revolucionária no país mostra que a classe operária é a única capaz de ser consequente e levar até o fim as transformações revolucionárias necessárias à renovação da sociedade brasileira.

18 - O Estado brasileiro aparece na história como Estado politicamente independente depois da extinção do jugo colonial português. Nasce então o Estado brasileiro subordinado aos interesses dos latifundiários escravocratas. Com a Abolição da Escravatura e a Proclamação da República, nos fins do século passado, o Estado começa a sua evolução no sentido de um Estado burguês moderno. Este processo prossegue mais ou menos lentamente até o movimento popular de 1930, quando adquire um novo impulso, com as reformas de caráter burguês que se lhe seguiram. Entre outras reformas destacam-se a reforma eleitoral (Código de 1932), a ampliação do sistema bancário, a legislação trabalhista, o Código de Águas etc.

Os acontecimentos de 1930 significaram um sério golpe contra o coronelismo (setor mais retrógrado dos latifundiários) e o fortalecimento das posições da burguesia no aparelho estatal.

O movimento popular de 1930 foi antecedido de modificações na estrutura econômica do país. Ao lado da antiga classe dominante foi surgindo e crescendo a burguesia industrial e, juntamente com ela, o proletariado industrial, enquanto decrescia o poderio do setor mais influente dos latifundiários, isto é, aquele ligado à produção agrícola para o mercado exterior.

Atualmente o Estado brasileiro representa os interesses dos latifundiários, dos setores capitalistas ligados ao imperialismo (comerciantes e industriais associados a capitais monopolistas estrangeiras), particularmente o norte-americano, e também da burguesia interessada no desenvolvimento independente da economia nacional. Daí surgem contradições e tipos diversos de compromissos de classe no seio do próprio Estado. Os diferentes interesses de classe e de grupos econômico-sociais representados nos órgãos do Estado encontram pontos de contato e de acordo, mas, ao mesmo tempo, lutam entre si para impor determinados rumos à política estatal, chegando por vezes a conflitos abertos, como, por exemplo, ocorreu em agosto de 1954 e em novembro de 1955.

As forças novas que crescem no seio da sociedade brasileira, principalmente o proletariado, a burguesia e a intelectualidade pequeno-burguesa, vêm impondo um novo caminho ao desenvolvimento político do país, com o declínio da tradicional influência conservadora dos latifundiários. A tendência que predomina neste novo curso é a da democratização, da extensão dos direitos políticos a camadas cada vez mais amplas. É claro que esta marcha sofre muitas vezes recuos, e isto se deve principalmente ao fato de ser justamente a força mais vacilante – a burguesia – a que dirige o processo. O proletariado e a pequena burguesia têm, ainda, uma ação intermitente: fazem o movimento anti-imperialista e democrático avançar com maior vigor quando, em determinados momentos, compartilham da sua direção com a burguesia; outras vezes, impotentes, deixam a liderança inteiramente com a burguesia, e nesses momentos o movimento claudica, sofre as limitações e inconseqüências da força que o dirige.

Assim, a democratização do regime político do país, que tomou impulso com os acontecimentos de 1930, não teve seu caminho em linha reta, mas, enfrentando a oposição das forças reacionárias e pró-imperialistas, sofre, em certos momentos, retrocessos ou mesmo interrupções, como sucedeu com o Estado Novo, com o golpe de 29 de outubro de 1945, com a ofensiva reacionária de 1947 ou por ocasião dos acontecimentos de agosto de 1954. Mas a tendência dominante é o processo de democratização.



Vem-se afirmando desse modo, no país, a legalidade democrática, que é defendida por amplas e poderosas forças sociais.

A Constituição de 1946 marca uma etapa desse processo. Encerra traços reacionários que resultaram da correlação de forças existente na época de sua elaboração (após o golpe reacionário de 29 de outubro de 1945) e expressa aspectos retrógrados da estrutura econômico-social brasileira. Destacam-se, neste particular, os dispositivos que limitam extremamente as possibilidades de realização de uma reforma agrária em ampla escala. Ao mesmo tempo, nela estão consagradas as liberdades democráticas e os direitos sociais das massas alcançados após a derrota mundial do nazi-fascismo e do Estado Novo no país: liberdade de palavra, de imprensa, de reunião e organização, restabelecimento do Parlamento e do sufrágio universal, direito de greve etc. As massas trabalhadoras das cidades têm obtido vitórias na luta para concretizar seus direitos já consolidados em lei, como a liberdade sindical, a previdência social e outros. A democratização da vida política do país chega mesmo às zonas rurais, onde a arbitrariedade dos grandes senhores de terra é obrigada a ceder terreno. Os atentados cometidos pelos elementos reacionários do aparelho do Estado contra as liberdades democráticas chocam-se com a resistência crescente das massas na defesa das liberdades e dos direitos constitucionais.

O processo de democratização se reflete no Parlamento. É verdade que as forças reacionárias e entreguistas ainda possuem aí poderosas posições e conseguem impor decisões contrárias aos interesses nacionais. Foi o que aconteceu, por exemplo, com a aprovação do Acordo Militar Brasil-Estados Unidos, a rejeição de diferentes projetos de lei de reforma agrária, a recusa de uma legislação social para os trabalhadores do campo, a cassação do direito de representação parlamentar para o Partido Comunista etc. Não se pode negar, porém, que vem aumentando nas sucessivas legislaturas o número de parlamentares nacionalistas e democratas, ou apenas sensíveis à pressão dessas forças, integrantes dos mais variados partidos. Isto indica o aumento da influência da burguesia – principalmente do seu setor industrial – nesses partidos e a utilização do voto por grandes setores das

massas particularmente do proletariado urbano e de uma boa parte da pequena burguesia para apoiar uma política nacionalista e democrática. Ao (???) que o processo eleitoral ainda esteja submetido a restrições antidemocráticas, as massas têm conseguido influir na composição do Parlamento nacional e outras casas legislativas, tornando-os sensíveis à sua pressão, que elas exercem através de ações extraparlamentares. Desse modo, já se conseguiu arrancar do Poder Legislativo importantes reivindicações de caráter anti-imperialista, como o monopólio estatal do petróleo (Petrobras) e a cessação de exportação de minerais atômicos.

O Poder Judiciário e o Executivo não têm ficado à margem desse processo. Vários governadores eleitos no pleito de 1958 mantêm vínculos estreitos com as forças nacionalistas. É a isto que se devem atos como a encampação da Band and Shore no Rio Grande do Sul, ou medidas democráticas como a absolvição de comunistas em processos judiciais.

Podem-se notar também reflexos dessa tendência à democratização do Estado brasileiro no que ocorre atualmente nas forças armadas, principalmente no Exército. As tradições patrióticas e democráticas do Exército brasileiro ressurgiram e alcançaram nos últimos anos um nível mais elevado que em qualquer período anterior da vida republicana. É este o significado do aparecimento de uma forte corrente nacionalista no seio da oficialidade, que tem sido, juntamente com a Frente Parlamentar Nacionalista, o movimento sindical e o movimento estudantil, um efetivo apoio das forças que resistem ao imperialismo.

O processo de desenvolvimento capitalista e a participação da burguesia no poder do estado vêm influenciando na organização dos diferentes governos do país, a partir de 1930. Mas esse fato se acentuou depois da eleição de Getúlio Vargas em 1950 e, mais ainda, com a eleição de Juscelino Kubitschek em 1955. Em virtude do caráter da coligação de que surgiu, o governo Kubitschek tomou uma feição heterogênea, mais caracterizada do que as precedentes, tendo um setor entreguista ao lado de um setor nacionalista burguês. Sua composição é o resultado de um compromisso entre as duas alas que o integram.



As contradições existentes no seio do governo se manifestam em todas as esferas de sua atividade.

As vacilações de governos como o de Kubitschek não são apenas motivadas pela sua heterogeneidade. Traduzem igualmente a dualidade da burguesia, isto é, de um lado, a sua fisionomia revolucionária, de classe oprimida pelo imperialismo, e de outro lado sua falta de coragem para enfrentar o imperialismo e os reacionários, em virtude de sua fraqueza econômica e política e devido a não haver rompido seus laços econômicos com estas forças. A dualidade característica do atual governo poderá subsistir ainda por algum tempo e irá desaparecendo na medida em que o proletariado assumir a direção da frente única anti-imperialista.

19 - O desenvolvimento econômico do país influi nos partidos políticos, que adquirem caráter mais estável e expressam mais nitidamente classes sociais ou frações dessas classes. Ao invés de ajuntamentos ocasionais de políticos, para cujo êxito bastava a fraude eleitoral, os partidos são obrigados agora, em virtude da elevação do nível político do povo brasileiro, a procurar apoio nas massas, a desenvolver trabalho constante de propaganda e de arregimentação de eleitores e adeptos.

A composição dos partidos políticos brasileiros continua sendo, em geral, extremamente heterogênea. Elementos nacionalistas existem em todos os partidos, frequentemente em choque, dentro dos mesmos, com entreguistas e reacionários.

Fenômeno importante vem sendo o crescimento de partidos mais caracteristicamente urbanos, que possuem certa base popular, como o PTB, o PSP e o PSB. Ocupam, por isso, certas posições em defesa dos interesses das massas, sendo que o PTB e o PSB já defendem plataformas nacionalistas e democráticas.

À medida que se desenvolve o capitalismo no país, diversos partidos políticos brasileiros adquirem estrutura cada vez mais nacional. Em virtude, porém, da extrema desigualdade de desenvolvimento que se verifica entre as diferentes regiões, os partidos políticos não puderam ainda superar as

divergências, por vezes agudas, que lavram entre as suas seções estaduais e até mesmo municipais. Esta característica é particularmente visível nos dois maiores partidos de tendência conservadora, o PSD e a UDN.

20 - Existem na sociedade brasileira várias organizações que exercem grande influência em sua vida econômica, política e social. Destacam-se entre elas, por sua importância, os sindicatos, a Igreja, as forças armadas, as organizações estudantis, as associações culturais e outras. Estas organizações participam, de uma forma ou de outra, da vida política da nação.

Os sindicatos são dentre estas organizações as mais importantes. Existiam mais de 90 mil trabalhadores sindicalizados em 1957. Sua influência indiscutível sobre a vida da nação é um índice da atividade política crescente das massas trabalhadoras brasileiras. Em determinados momentos, como, por exemplo, em agosto de 1954, obrigaram, com a sua ação, a balança política a pender para o lado da democracia e do nacionalismo.

O movimento sindical foi influenciado em seu início, por concepções economistas e reformistas e, mais tarde, em boa parte por uma ideologia confusa, um misto de anarquismo e comunismo utópico. Depois da vitória da Revolução Socialista de 1917, o movimento operário brasileiro e, em consequência, o movimento sindical, começa a ser influenciado pelas ideias marxistas. Depois de 1930, com o crescimento do proletariado industrial e o incremento da luta de classes no país, as classes dirigentes brasileiras iniciam grandes esforços (principalmente com a criação do Ministério do Trabalho) para colocar o movimento sindical sob sua direção. Este trabalho dá frutos, e se fortalece em consequência a corrente reformista no movimento sindical, ao lado da corrente revolucionária. Os anos de Estado Novo ajudaram a reforçar a influência reformista nos sindicatos. Com a democratização do país, ao terminar a Segunda Guerra Mundial, a vida sindical brasileira ganha novo ímpeto e torna-se mais nítida a linha divisória entre as tendências reformistas e as revolucionárias. Hoje os sindicalistas revolucionários continuam a manter nos sindicatos fortes posições, porém não são menos fortes as posições dos reformistas. A pres-

são de baixo, em momentos de luta sindical acesa, tem ajudado a conjugar esforços em torno de ações concretas.

Uma das principais deficiências da vida sindical brasileira – e uma das suas características – é a quase inexistência de atividade sindical dentro da empresa. São aspectos positivos a tendência à unidade e a grande sensibilidade às questões políticas de interesse nacional. O movimento sindical, nesse sentido, já definiu sua posição favorável à manutenção do monopólio estatal do petróleo, pela defesa da indústria nacional contra a concorrência imperialista, pelo reatamento de relações diplomáticas com todos os países socialistas, em favor das reivindicações das massas camponesas etc.

A Igreja Católica – a maior religião do país – é uma das forças mais ativas da vida política e social brasileira. A Igreja, que com a Proclamação da República foi separada do Estado, nunca perdeu de todo o controle de certos setores do aparelho de Estado. Tem crescido, no período mais recente, a sua participação nas atividades educacionais. Sua influência se exerce nos meios sindicais e entre os camponeses. Nos últimos tempos nota-se, principalmente por parte da alta hierarquia eclesiástica, uma tentativa aberta de aumentar sua interferência nos assuntos do Estado.

Embora a Igreja de um modo geral seja uma força reacionária, obscurantista, não se pode deixar de reconhecer que existem nela setores liberais, alguns elementos nacionalistas, principalmente entre o clero mais humilde ligado ao povo e no seio da intelectualidade católica.

IV – As Contradições da Sociedade Brasileira e o Caráter da Atual Etapa da Revolução

21 - No estágio atual do seu desenvolvimento econômico, social e político, a sociedade brasileira encerra duas contradições fundamentais. A primeira é a contradição entre a nação e o imperialismo norte-americano e os seus agentes internos. A segunda é a contradição entre as forças produtivas em crescimento e o monopólio da terra, com as relações de produção pré-capitalistas nele baseadas, o que se expressa, em termos de classe, essencialmente como contradição entre os latifundiários e as massas camponesas. As duas contradições fundamentais são agravadas pelo desenvolvimento da economia nacional, em particular pelo processo de industrialização, exigindo solução na presente etapa histórica da sociedade brasileira, a fim de que esta possa avançar firmemente por um caminho independente e progressista.

Na sociedade brasileira atuam outras contradições, como aquelas que se verificam entre o proletariado e a burguesia, entre esta e os latifundiários, entre grupos regionais das classes dominantes, entre grupos vinculados a diferentes potências imperialistas.

Sendo inerente ao desenvolvimento capitalista, a contradição entre o proletariado e a burguesia ganha importância à medida que se expandem as relações capitalistas, que cresce e se concentra a classe operária, que se fortalece a burguesia. A contradição entre o proletariado e a burguesia tem caráter antagônico e se expressa nas várias formas da luta de classes entre operários e capitalistas. Mas esta contradição não exige solução radical na etapa atual, uma vez que, nas condições presentes do nosso país, o desenvolvimento capitalista possui ainda caráter progressista.

22 - A revolução no Brasil, na sua atual etapa, é anti-imperialista e antifeudal, nacional e democrática. São suas tarefas essenciais: a inteira libertação econômica e política da dependência com relação ao imperialismo, o



que exige a eliminação da exploração dos monopólios estrangeiros, principalmente norte-americanos; a transformação radical da estrutura agrária, com a liquidação do monopólio da terra, das relações pré-capitalistas de trabalho e, conseqüentemente, dos latifundiários como classe; o desenvolvimento independente e progressista da economia nacional em todas as suas esferas; a democratização radical da vida política, a fim de que venha a refletir, em primeiro plano, as reivindicações das grandes massas trabalhadoras e populares.

A revolução brasileira tem, por conseguinte, na sua etapa atual, objetivos de caráter nacional e objetivos de caráter democrático. Tais objetivos suscitam correntes particulares e movimentos específicos, mas essas correntes e esses movimentos se entrelaçam e tendem a fundir-se num só caudal revolucionário à medida que crescem as forças capazes de realizar as tarefas básicas da revolução. Dentro das condições peculiares ao nosso país, desenvolveu-se mais rapidamente a corrente anti-imperialista, mas esta amplia-se e se fortalece em vinculação com os movimentos de natureza democrática e popular, como os movimentos pela reforma agrária, pela extensão das liberdades democráticas, pela elevação constante do nível de vida das massas. Entre todas as forças revolucionárias, é a classe operária aquela mais capaz de unificar as correntes anti-imperialistas e democráticas e dar-lhes orientação conseqüente.

23 - Na situação atual do Brasil, o desenvolvimento independente e progressista da nação, quer no plano econômico como no político, entra em choque, em primeiro lugar, com a exploração imperialista norte-americana. É a situação de dependência com relação ao imperialismo norte-americano que constitui hoje o principal obstáculo à plena utilização dos recursos internos para um desenvolvimento econômico independente, sem as deformações inevitavelmente oriundas daquela dependência. Ao mesmo tempo, a sistemática ingerência do governo de Washington nos negócios da nossa Pátria representa permanente obstáculo ao processo de democratização e à aplicação de uma política exterior consentânea com os

interesses nacionais, desvinculada dos laços de subordinação ao Departamento de Estado. O imperialismo norte-americano constitui ponto de apoio e fonte de estímulo para as forças mais reacionárias e obscurantistas dentro do país.

Nestas condições, a contradição que se aprofunda, entre a nação brasileira em desenvolvimento e o imperialismo norte-americano e os seus agentes internos, tornou-se a contradição principal, dominante, na sociedade brasileira. Em consequência, os objetivos nacionais da revolução adquiriram caráter primordial.

O golpe principal das forças nacionais, progressistas e democráticas se dirige, por isto, atualmente, contra o imperialismo norte-americano e os agentes entreguistas que o apoiam. A luta pela emancipação nacional constitui a tarefa principal do povo brasileiro. Cada passo à frente na realização desta tarefa contribuirá para abrir caminho também à solução de todos os demais problemas da revolução nacional e democrática em nosso país.

As diferentes contradições, que a sociedade brasileira encerra, não atuam sem compartimentos estanques, mas se relacionam e influenciam de múltiplas maneiras, unidas todas por um mesmo ator, isto é, pelo desenvolvimento econômico em processo no país. Dentro do complexo atual de condições nacionais e internacionais, o desenvolvimento econômico dá à contradição anti-imperialista o caráter principal, dela fazendo depender a solução de todas as demais contradições que, assim, adquirem caráter de subordinadas. Ao mesmo tempo, o desenvolvimento econômico aprofunda também a contradição agrária, pondo em relevo a necessidade de urgentes transformações na estrutura da propriedade da terra. Em determinadas circunstâncias, aprofundam-se outras contradições, em especial a contradição entre o proletariado e a burguesia, sem que se coloque, porém, a questão da sua solução final na etapa em curso.

O condicionamento recíproco das diferentes contradições permite incrementar o potencial das forças revolucionárias e conquistar novas posições na luta contra o imperialismo norte-americano e os seus agentes internos.



24 - Das contradições fundamentais da atual etapa histórica, antes de tudo da contradição que assumiu o caráter de principal, decorre a disposição das forças de classe dentro do país.

A fim de manter e ampliar suas posições no Brasil, o imperialismo norte-americano conta com o apoio de setores de latifundiários e de capitalistas, os quais, por sua vez, apoiam-se nos monopólios estrangeiros para assegurar seus privilégios.

Em vinculação comercial e financeira com os monopólios dos Estados Unidos se encontra grande parte dos latifundiários que vende a sua produção no mercado exterior e depende daqueles monopólios para dar escoamento aos seus produtos. Embora entre este setor de latifundiários e os monopólios norte-americanos também se verifiquem contradições secundárias, especialmente no que se refere aos preços em dólares dos produtos de exportação, a desvalorização cambial da moeda brasileira tem sido tradicionalmente utilizada como para-choque dessas contradições.

O setor da burguesia que realiza uma política favorável ao imperialismo norte-americano é constituído de capitalistas associados a empresas dos Estados Unidos que operam em nosso país, de elementos do capital bancário e comercial, especialmente grandes comerciantes e intermediários diversos, que atuam na esfera do comércio exterior, e de toda uma variedade de testas de ferro, políticos, administradores e publicistas vendidos aos inimigos do povo brasileiro.

Estes setores constituem as forças entreguistas que, dentro e fora dos órgãos do Estado, empenham-se em manter e agravar a situação de dependência com relação ao imperialismo norte-americano. Embora minoria verdadeiramente ínfima, dispõem de influência política e de fortes posições que utilizam para causar dano aos interesses nacionais.

Ao inimigo principal da nação brasileira se opõem, porém, forças muito amplas. Estas forças incluem o proletariado, lutador mais consequente pelos interesses gerais da nação; os camponeses, interessados em liquidar uma estrutura agrária retrógrada que tem apoio na exploração imperialis-

ta; a pequena burguesia urbana, que não pode expandir suas atividades em virtude dos fatores de atraso do país; a burguesia interessada no desenvolvimento independente e progressista da economia mundial. Incluem também, em determinadas circunstâncias, os setores de latifundiários que possuem contradições com o imperialismo norte-americano, derivados da disputa em torno dos preços dos produtos de exportação, da concorrência no mercado internacional ou da ação extorsiva de firmas norte-americanas no mercado interno, bem como os grupos da burguesia ligados a monopólios imperialistas rivais dos monopólios dos Estados Unidos e que são prejudicados por estes últimos.

25 - Acelerado, nas duas últimas décadas, pela acumulação interna, o desenvolvimento capitalista amadurece na sociedade brasileira a necessidade de transformações radicais.

O desenvolvimento capitalista tem-se adaptado até agora, no fundamental, à dependência imperialista e ao monopólio da terra. Seguindo este curso, o desenvolvimento capitalista tende a conservar os fatores que impedem a plena expansão das forças produtivas, acumula deformações e acentua as desigualdades, o que conduz a agravar as privações e os sacrifícios impostos às massas trabalhadoras. Este é, sem dúvida, o caminho mais penoso do desenvolvimento capitalista, que não leva à solução das contradições fundamentais do atual processo histórico. Este caminho é, entretanto, inevitável enquanto na direção do país prevalecer a orientação dos conciliadores e dos entreguistas.

Um outro curso não só é possível, como cada vez mais necessário. Ao contrário da adaptação à dependência imperialista e ao monopólio da terra, este outro curso pode e deve alcançar as reformas de estrutura que conduzam às transformações radicais requeridas pela sociedade brasileira na sua etapa histórica presente. A efetivação deste curso de desenvolvimento independente e progressista não se dará espontaneamente, mas só pode ser o resultado da luta de uma frente de forças sociais, que siga uma direção anti-imperialista e democrática consequente, cada vez mais refletida



no plano da ação estatal e capaz de dar origem a um novo poder político.

A questão da hegemonia do movimento anti-imperialista e democrático constitui, por conseguinte, questão decisiva. Por sua natureza de classe, pela completa correspondência que existe entre os seus interesses específicos e os interesses gerais da nação, pela sua identificação não só com as necessidades presentes como também com as necessidades futuras da sociedade brasileira, é o proletariado a única força capaz de imprimir orientação revolucionária inteiramente consequente ao movimento anti-imperialista e democrático. O interesse do proletariado consiste em que a revolução nacional e democrática se desenvolva ininterruptamente, adquira a máxima amplitude e profundidade, e em que venha a ser uma revolução democrático-burguesa de novo tipo, parte integrante da revolução socialista mundial. Para que isto aconteça são indispensáveis a hegemonia do proletariado na frente revolucionária e a conquista de um poder das forças anti-imperialistas e antifeudais sob a direção do proletariado.

Uma vez completadas, nos seus aspectos essenciais, as tarefas da revolução nacional e democrática, a hegemonia do proletariado será também a condição política fundamental que deverá assegurar a transição ao socialismo, objetivo não imediato, porém final, da classe operária brasileira.

Somente no socialismo, o povo brasileiro encontrará não apenas a sua definitiva emancipação nacional como também a completa libertação social, o pleno florescimento de suas forças produtivas, o caminho aberto para o máximo ascenso do bem-estar material, da vida democrática e do desenvolvimento da cultura espiritual.

V – A Frente Única Nacionalista e Democrática

26 - O desenvolvimento independente e progressista do país exige a criação de uma força social capaz de realizar as transformações de estrutura possíveis e necessárias e de modificar simultaneamente a correlação de forças políticas no país. Nenhuma classe ou camada social, isoladamente, pode vencer a resistência das forças interessadas na conservação da dependência do país aos monopólios ianques e na manutenção do monopólio da terra. A experiência da vida política brasileira tem demonstrado que as vitórias anti-imperialistas e democráticas parciais só puderam ser obtidas pela atuação em frente única de várias forças interessadas na emancipação e no progresso do país. A aliança dessas forças resulta, portanto, de uma exigência da própria situação objetiva.

Em vista da existência de objetivos nacionais e democráticos na luta atual do povo brasileiro, são extremamente diversas quanto ao seu caráter de classe as forças sociais que podem ser mobilizadas. Incluem o proletariado, os camponeses, a pequena burguesia urbana, a intelectualidade, a burguesia e, em certas circunstâncias, setores de latifundiários e grupos capitalistas ligados a monopólios imperialistas rivais dos consórcios norte-americanos. Todas essas forças possuem motivos para se unirem contra a política de submissão ao imperialismo norte-americano, embora sua consequência na luta anti-imperialista não possa ser a mesma. Ao lado disso, existem igualmente entre elas interesses diversos e por vezes contraditórios.

A preponderância do fator nacional confere a maior amplitude à frente única, do ponto de vista da sua composição de classe. Dela podem participar forças que estão interessadas, em grau variável, nas tarefas nacionais do movimento revolucionário, conquanto mantenham posição conservadora em face das transformações sociais de caráter democrático, notadamente no que tange à questão agrária. De outro lado, integram a frente única forças que têm por objetivo, além da libertação nacional, a realização de transformações democráticas radicais. Pelo conteúdo das



modificações que visa a introduzir na sociedade brasileira e pela natureza das forças que a integram, a frente única pode ser caracterizada como uma frente nacionalista e democrática.

A frente única vem se formando em processo complexo de aglutinação das diversas classes e camadas interessadas nas tarefas revolucionárias.

Na fase atual do processo de sua formação, a frente única não constitui uma organização que abranja todas as forças anti-imperialistas e democráticas, nem se propõe ainda a realização completa dos objetivos revolucionários. A frente única se desenvolve e se fortalece, por enquanto, na luta por objetivos nacionais e democráticos de caráter parcial. Manifesta-se nas múltiplas formas concretas de atuação ou de organização em comum que surgem no país, por iniciativas de diferentes origens e de acordo com as exigências da situação. Entre estas formas, a mais importante atualmente é o movimento nacionalista. Seu desenvolvimento expressa um grau mais elevado de unidade e ampliação das forças anti-imperialistas. Constitui um fato novo na vida do país, resultante não só de fatores objetivos, entre os quais o desenvolvimento do capitalismo, que agravou a contradição entre a nação e o imperialismo e fortaleceu as posições da burguesia, como também das lutas patrióticas de massas, que se travaram durante muitos anos com a participação combativa do proletariado e do Partido Comunista.

O movimento nacionalista agrupa setores de diversas classes e camadas, atrai entidades, partidos, correntes e personalidades da mais variada condição social e orientação política. Dele participam grande número de parlamentares dos mais diversos partidos, governistas ou oposicionistas, que unificam sua ação na Frente Parlamentar Nacionalista; setores influentes das Forças Armadas, particularmente da oficialidade do Exército; a maior parte do movimento sindical; a parte mais organizada e combativa do movimento estudantil; grupos representativos da indústria; numerosos representantes da intelectualidade. O movimento nacionalista vem exercendo influência no sentido de elevar a consciência anti-imperialista das massas.

As ações unitárias das forças nacionalistas se desenvolvem na luta por soluções de interesse comum: defesa do petróleo e das riquezas nacionais, controle e regulamentação do capital estrangeiro, ampliação do comércio exterior ao mercado socialista, proteção à indústria nacional, política de câmbio favorável ao desenvolvimento independente do país, assim como por mudanças na política e na composição do governo, num sentido nacionalista e democrático. O movimento nacionalista progride, por conseguinte, à medida que se acentua a contradição entre a nação e o imperialismo norte-americano e seus agentes internos, acelerando o processo de polarização de forças e a tendência ao agrupamento dos setores nacionalistas contra os grupos entreguistas.

Ainda não foi atingido, entretanto, um grau de unidade que permite a coordenação efetiva das forças patrióticas e democráticas no plano da organização. O movimento nacionalista é, por isso, em certo grau, fluido e disperso, composto de diferentes correntes e tendências que se unem em certos momentos em torno de questões concretas, porém não seguem um plano unificado de ação nem mesmo possuem uma plataforma comum.

Caracteriza-se também o movimento nacionalista pelo fato de que, contando com a simpatia de grandes massas trabalhadoras e populares, estas ainda participam pouco ativamente de suas lutas. Grandes camadas do povo não sentem até agora uma relação profunda entre os seus interesses vitais e as soluções de caráter geral que esse movimento preconiza. Essas debilidades se relacionam com o estágio incipiente em que se encontra o processo de frente única e com o fato de que na sua direção não se acham ainda as forças mais consequentes e mais ligadas ao povo.

27 - Sendo inevitavelmente heterogênea, a frente única nacionalista e democrática encerra contradições. Por um lado, há interesses comuns e, portanto, há unidade. Este é um aspecto fundamental e explica a necessidade de reunir forças as mais diversas, não obstante existirem divergências entre os seus componentes. Por outro lado, há interesses contraditórios e, portanto, há luta. As forças sociais integrantes da frente única se

opõem no terreno de certas questões, cada qual se esforçando por fazer prevalecer seus interesses e pontos de vista.

As contradições se manifestam, em primeiro lugar, no terreno da luta pela emancipação nacional. Certas forças da frente única se opõem ao imperialismo não por motivos circunstanciais, mas por interesses antagônicos: o proletariado, os camponeses, a pequena burguesia urbana e a maioria da burguesia. Outras forças, ainda que se choquem também com o imperialismo e possam participar da frente única, em determinadas circunstâncias o fazem por motivos de ordem secundária ou transitória. Estas forças incluem setores de latifundiários e da burguesia que constituem a ala mais vacilante da frente única, inclinada à conciliação e aos compromissos com o inimigo.

Outra ordem de contradições se verifica em relação às reivindicações democráticas. Importantes forças são partidárias de transformações democráticas radicais, como a reforma agrária e a completa democratização do regime político: a classe operária, os camponeses, a pequena burguesia, parte da burguesia. Uma ala da burguesia, embora admita em certa medida as transformações democráticas, adota posição vacilante em relação à reforma agrária e busca uma conciliação com os latifundiários. Há, finalmente, forças de frente única que se opõem às transformações democráticas: os setores de latifundiários e capitalistas que, embora mantendo posições nacionalistas, desejam conservar a estrutura agrária atual e preconizam um regime político reacionário.

Uma das principais contradições da frente única é a que existe entre o proletariado e a burguesia. Estas classes se aliam em torno do objetivo comum de lutar pelo desenvolvimento independente do país, contra a dominação imperialista, mas tal aliança não elimina os interesses divergentes que opõem a burguesia ao proletariado.

A burguesia brasileira, como classe exploradora nas condições de um país dependente do imperialismo, possui uma natureza contraditória: se, de um lado, encerra um potencial revolucionário e participa da luta anti-imperialista, de outro lado, quando não consegue resistir à pressão

imperialista, procura salvar seus interesses mediante acordos e concessões ao inimigo. Empenhando-se em recolher para si todos os frutos do desenvolvimento econômico, a burguesia intensifica a exploração das massas trabalhadoras e lança sobre elas o peso das dificuldades que o país atravessa. A fim de resistir ao imperialismo e fortalecer suas posições políticas, necessita apoiar-se nas massas e pode, em certa medida, estimular a ação das massas. Temerosa, porém, de que a luta independente do proletariado ameace os seus interesses de classe exploradora, procura restringir o movimento de massas e mantê-lo nos limites convenientes aos seus objetivos. A burguesia é, por tudo isso, uma força revolucionária inconsequente, que vacila e tende aos compromissos com os setores entreguistas e reacionários.

O proletariado é a força mais firme e consequente da frente única, a mais interessada na libertação nacional e em profundas transformações democráticas que abrem caminho ao desenvolvimento independente do país e ao progresso social. A fim de assegurar um curso consequente à revolução, a classe operária deve aliar-se à burguesia e a outras camadas revolucionárias, mas, simultaneamente, lutar contra as tendências conciliadoras e antidemocráticas dessas classes. Ao mesmo tempo em que pugna pela causa comum de todas as forças que se opõem à exploração imperialista norte-americana, o proletariado defende seus interesses específicos e os das vastas massas trabalhadoras e populares, desenvolve a luta de classes contra os exploradores da cidade e do campo, e bate-se por amplas liberdades democráticas que facilitem a ação independente das massas, objetivando desse modo reforçar as posições do setor mais consequente e firme da frente única. O proletariado só pode se fortalecer como classe, organizar-se e adquirir consciência revolucionária se, ao lado da luta pelos interesses gerais da nação, travar a luta de classes contra a burguesia. Tendo em vista impedir que as vacilações da burguesia atinjam suas fileiras e assegurar uma direção firme ao movimento revolucionário, o proletariado deve salvaguardar, dentro da frente única, sua independência ideológica, política e organizativa, condição essencial para que possa assumir a hege-



monia do movimento e conduzi-lo à realização consequente dos objetivos anti-imperialistas e democráticos, criando assim as premissas para a transição ao socialismo.

A luta dentro da frente única é diferente, por princípio, da luta que as forças da frente única travam contra o imperialismo norte-americano e os grupos entreguistas. Enquanto neste último caso o objetivo consiste em isolar o inimigo principal da nação e derrotá-lo, a luta do proletariado dentro da frente única não tem por fim isolar a burguesia nem romper a aliança com ela. Ao contrário, visa a impulsionar a própria burguesia no sentido de uma posição mais consequente contra o imperialismo norte-americano, forçando-o a buscar para as suas dificuldades outra saída que não seja o aumento da exploração dos trabalhadores ou a conciliação com os imperialistas, e aumentando, desse modo, a coesão da frente única. Por se travar entre forças aliadas, esta luta deve ser conduzida de forma adequada, tendo-se sempre em vista que as contradições internas da frente única estão subordinadas objetivamente à contradição principal, que opõe a nação ao imperialismo norte-americano. Assim, as contradições de interesses e divergências de opinião dentro da frente única, embora não devam ser ocultadas e venham a causar atritos, podem ser abordadas e tratadas sem romper a unidade.

O inimigo empreende os maiores esforços para impedir ou dificultar a unificação das forças nacionalistas e democráticas, procurando criar uma atmosfera de suspeitas recíprocas, agitando o espantinho da ameaça comunista e tentando dividir aquelas forças, com o objetivo de enfraquecê-las e derrotá-las por separado. Suas maquinações diversionistas precisam ser desmascaradas a fim de que sejam subtraídas à sua influência todas as forças que estão equivocadas e podem ser neutralizadas ou tornar-se aliadas, mesmo temporárias e inconsequentes.

28 - Na luta pela ampliação e o fortalecimento da frente única desenvolvem-se as suas contradições internas, principalmente em torno da direção (hegemonia) do movimento revolucionário.

À medida que se aprofunda a luta anti-imperialista e democrática e se colocam diante da frente única objetivos mais radicais, certos setores se inclinam a compromissos antinacionais e antipopulares. Com a finalidade de impulsionar o movimento, as forças mais consequentes da frente única denunciam as hesitações dos setores conciliadores e lutam para anular sua influência, assumindo, assim, gradualmente, a vanguarda da luta anti-imperialista e democrática e imprimindo-lhe um caráter mais firme.

O fortalecimento e a ampliação da frente única, sua transformação num poderoso movimento de massas, relacionam-se com o desenvolvimento em seu seio das correntes que pugnam, ao lado das soluções nacionalistas, pelas transformações democráticas. Uma justa relação entre os problemas gerais da nação e os interesses vitais das massas é condição essencial para alargar e reforçar as bases da frente única, mediante a participação ativa das massas trabalhadoras e populares. À medida que estas se incorporam ao movimento revolucionário, torna-se mais fácil combater os setores conciliadores e infundir consequência à luta.

A firmeza do movimento anti-imperialista e democrático depende, em última instância, de quem exerce a sua direção. As vacilações, o caráter inconsequente de que se ressente o movimento nacionalista no Brasil, na fase atual, decorrem de que à sua frente se encontram setores burgueses e pequeno-burgueses. Ele só poderá adquirir consequência à medida que for encabeçado pela classe operária, sob a direção de sua vanguarda comunista.

Os comunistas de modo algum condicionam sua participação na frente única a uma prévia direção do movimento. Trabalham para que as forças anti-imperialistas e democráticas, principalmente as grandes massas da cidade e do campo, aceitem a direção do proletariado, uma vez que esta direção é, do ponto de vista histórico, a única capaz de dar à frente única firmeza e consequência política. A conquista de hegemonia do proletariado é, porém, um processo de luta árduo e paulatino, que avança na medida em que a classe operária forja sua unidade, estabelece laços de aliança com os camponeses e com as camadas médias e defende de modo acertado os



interesses comuns de todas as forças que participam da frente única. A direção do movimento irá passando às mãos da classe operária na medida em que os elementos conciliadores forem sendo desalojados pelas suas atitudes de compromisso em relação ao inimigo, e as massas se convencerem, por sua própria experiência, de que somente o proletariado, sob a direção do Partido Comunista, é capaz de conduzir vitoriosamente até o fim a luta pela libertação nacional e pelas transformações democráticas.

29 - O fortalecimento da frente única e a conquista dos objetivos revolucionários dependem, em grande medida, da atividade do Partido Comunista. Os comunistas devem ser um fator por excelência unitário dentro da frente única nacionalista e democrática. Por isso, não condicionam sua permanência na frente única à total aceitação de suas opiniões. Os participantes da frente única poderão aceitar essas opiniões somente como resultado de sua justeza, de sua força persuasiva e, acima de tudo, de sua comprovação pela experiência política concreta. Defendendo firmemente suas opiniões, os comunistas consideram que, na medida em que forem justas, elas acabarão sendo aceitas pelas massas e pelos aliados, vindo a prevalecer dentro da frente única através de processos democráticos.

Os comunistas não são exclusivistas e encaram com espírito autocrítico sua própria atividade. Ao mesmo tempo em que criticam as opiniões errôneas expendidas por outras forças da frente única, aceitam e valorizam as suas opiniões corretas.

30 - A experiência demonstra que, na fase atual do movimento revolucionário, o grau de unidade atingido pelas forças nacionalistas e democráticas não permite reuni-los em uma organização única, embora não esteja excluído que isto ocorra no futuro. A diversidade das correntes e tendências nacionalistas, que se identificam por certos objetivos comuns, mas se distinguem por posições ideológicas e políticas diferentes, tem levado ao malogro as tentativas de adotar formas rígidas de organização e direção. É possível, porém, estabelecer desde já uma coordenação das di-

ferentes forças que compõem o movimento nacionalista, em torno de objetivos comuns, salvaguardadas as características próprias de cada corrente. No momento atual, essa coordenação pode ser efetuada por várias formas, indicadas pela experiência, ao mesmo tempo em que se desenvolve cada uma das correntes que constituem a frente única.

a) A unidade da classe operária é condição básica para que ela possa desempenhar o papel dirigente do movimento anti-imperialista e democrático. Esta unidade se processa, fundamentalmente, através do movimento sindical, em cujas fileiras se associam os trabalhadores para a luta por suas reivindicações econômicas e sociais. Os sindicatos e demais organizações profissionais não devem servir a objetivos que dividam os operários, mas constituir instrumentos da unidade de ação dos trabalhadores de todas as tendências ideológicas e políticas que atuam no movimento sindical e dos trabalhadores ainda desorganizados e sem filiação partidária, que constituem a maioria.

A fim de obter a unidade de ação, é necessário utilizar as conquistas da legislação social vigente e procurar concretizá-la e aperfeiçoá-la, influenciando sobre o Parlamento com a pressão das massas para conseguir a aprovação de novas leis. Os comunistas atuam na organização sindical existente e utilizam a Consolidação das Leis do Trabalho, procurando unir e organizar os trabalhadores na luta por suas reivindicações.

A unidade só terá bases sólidas e duradouras se o movimento sindical contar com a participação ativa das massas trabalhadoras, se não for um movimento apenas de cúpula. A organização dos trabalhadores nos próprios locais de trabalho, nas empresas, é o passo decisivo para estreitar os laços entre os sindicatos e a massa de associados, bem como para organizar as massas ainda não sindicalizadas. Uma preocupação constante deve ser também a organização sindical das categorias de trabalhadores ainda desorganizadas.

O movimento sindical se desenvolve à medida que se fortalece a unidade de ação dos trabalhadores nos sindicatos, federações e confederações. Devido à inexistência de uma estrutura sindical de tipo horizontal, os pac-



tos, conselhos e outras formas de acordos intersindicais desempenham importante papel na coordenação das lutas do proletariado. Tais formas de acordos intersindicais não podem, porém, ser colocadas em contraposição à atual estrutura sindical existente no país, nem servir de pretexto para desviar o movimento sindical dos sindicatos e federações e confederações. Ao contrário, os pactos intersindicais, para cumprir plenamente seu papel unitário, devem contribuir, sem qualquer exclusivismo, para que sejam encontradas as formas de organização que lhe permitam coordenar melhor o movimento operário dentro da estrutura sindical legal. Atuando nos quadros dessa estrutura, o proletariado vem criando formas intersindicais de organização e, no curso de suas lutas, conseguirá aperfeiçoar a estrutura de tipo vertical, coroando-a com a instituição legal da forma horizontal de organização desde o município e o estado até a central unitária que será a expressão da unidade nacional dos trabalhadores, meta para a qual deve marchar o movimento operário brasileiro.

Ao mesmo tempo que pugna pelos seus objetivos específicos, o movimento operário está chamado a desempenhar um papel da maior relevância na luta pela libertação nacional e pelas transformações democráticas. Além da defesa dos interesses profissionais dos trabalhadores, cabe às organizações sindicais assumirem uma posição cada vez mais ativa em defesa dos interesses nacionais e se integrarem no movimento anti-imperialista, exercendo pressão na esfera parlamentar e governamental e participando de iniciativas conjuntas com outros setores nacionalistas e democráticos.

b) Os camponeses e assalariados agrícolas constituem a massa mais numerosa da nação e representam uma força cuja mobilização é indispensável ao desenvolvimento consequente das lutas do povo brasileiro. Entretanto, o movimento camponês se ressentido de grande atraso e é muito baixo o seu nível de organização. A fim de impulsionar a organização das massas do campo, é necessário atribuir uma atenção primordial aos assalariados e semiassalariados agrícolas. Em virtude de sua condição social de proletários ou semiproletários, como também de seu grau de

concentração, os assalariados rurais são mais suscetíveis de organizar-se em sindicatos, que podem constituir as bases iniciais para a mobilização das massas camponesas. Esta mobilização exige, igualmente, que se parta das condições atuais do movimento camponês e se tome por base as reivindicações mais imediatas e viáveis como a baixa das taxas de arrendamento, a prorrogação dos contratos, a garantia contra os despejos, o pagamento do salário-mínimo, a legitimação das posses etc., não devendo ser propostas, no trabalho prático, palavras de ordem que ainda não encontram condições maduras para a sua realização. Também no campo, a prática demonstra que a atuação através de formas legais de luta e de organização é aquela que permite às massas alcançarem êxitos, devendo ser estudadas e adaptadas às condições de cada região as experiências das ligas camponesas, associações rurais e cooperativas, bem como impulsionada a organização dos assalariados e semiassalariados agrícolas em sindicatos. No processo de associação dos assalariados rurais e dos camponeses é de grande importância a defesa jurídica dos direitos que lhes são assegurados. A ação das massas camponesas é indispensável para vencer a resistência dos latifundiários no Parlamento e conquistas a aprovação de leis que atendam aos seus interesses, inclusive a elaboração de uma legislação trabalhista adequada ao campo. Em torno da reforma agrária, necessidade hoje nacionalmente reconhecida pelas forças do mais variado caráter, cumpre aos comunistas elevar sua atividade entre as massas rurais. A reforma agrária deve tornar-se bandeira dos próprios camponeses, o que coloca em primeiro plano a questão das formas de sua mobilização e organização, a fim de que avancem por sua própria experiência política.

A aliança do proletariado urbano com as massas trabalhadoras do campo é condição básica para que ele possa imprimir ao movimento revolucionário uma direção firme. Os comunistas devem contribuir para que a classe operária, através de suas organizações, estreite seus laços com os camponeses, ajudando-os na realização de conferências e congressos, na organização de associações e cooperativas, na luta pelo reconhecimento



dos sindicatos de trabalhadores agrícolas por parte do Ministério do Trabalho e, em geral, na conquista de reivindicações econômicas e sociais.

c) As camadas médias urbanas são extremamente sensíveis às reivindicações nacionalistas e democráticas. Os pequenos negociantes, o funcionalismo civil e militar, os empregados no comércio e outros setores da pequena burguesia podem constituir uma força ativa do movimento nacionalista, quer através de sua organização específica, quer participando de organizações de frente única.

Papel de particular destaque cabe à intelectualidade que, em sua grande maioria, é partidária do progresso e da emancipação nacional. A unidade dos intelectuais de diversas tendências políticas e ideológicas pode ser alcançada em torno de objetivos comuns como a defesa da cultura nacional e de seu desenvolvimento, a preservação e ampliação das liberdades democráticas, a salvaguarda dos interesses éticos e profissionais dos intelectuais.

d) Como setor mais combativo da intelectualidade, o movimento estudantil tem um papel de maior relevo nas lutas do povo brasileiro. A unidade dos estudantes das mais diversas tendências doutrinárias e políticas é fator essencial para o fortalecimento das organizações estudantis universitárias e secundárias, que constituem baluartes da frente única nacionalista e democrática. A fim de fortalecer esta unidade e ampliar o caráter de massas do movimento estudantil, é necessário combinar a ação política com a defesa das reivindicações específicas dos estudantes, com a luta pela solução dos problemas culturais, econômicos e sociais, que afetam a juventude.

A experiência tem demonstrado a viabilidade e a conveniência das ações unitárias de operários e estudantes em torno de questões de interesse geral, quer na luta anti-imperialista, quer nos movimentos contra a carestia. Estas ações devem ser estimuladas, desde que representem formas práticas de aliança do proletariado com os setores mais combativos da pequena burguesia e da intelectualidade.

e) Um dos órgãos mais destacados da frente única, a Frente Parlamentar Nacionalista, inclui setores de todos os partidos, sejam governistas

ou opositoristas. O movimento anti-imperialista deve ter como objetivo fortalecê-la e transformá-la num bloco parlamentar majoritário capaz de obter soluções nacionalistas por via legislativa. Para isto, devemos orientar a nossa atividade na frente única no sentido de levar a FPN a manter uma posição de independência em face do governo e da oposição e ater-se ao seu programa, evitando tornar-se instrumento de manobras particularistas. Sobre todos os setores da frente única recai a responsabilidade de lutar pelo fortalecimento e ampliação da FPN. Um dos principais meios para atingir tais objetivos é a ação extraparlamentar da FPN, que necessita obter maior apoio de massas nos sindicatos, na população rural, no movimento estudantil, na intelectualidade e em outros setores. A extensão da FPN aos estados e municípios, mediante a constituição de blocos nacionalistas nas assembleias legislativas e nas câmaras municipais, é uma iniciativa que a experiência tem revelado positiva para o fortalecimento da luta anti-imperialista.

f) O desenvolvimento da frente única e de suas ações políticas de massas exige a constituição de coligações ou a realização de acordos entre diretórios, alas e personalidades dos partidos políticos para a luta conjunta por reivindicações nacionalistas e populares nos âmbitos nacional, estadual e municipal, dentro ou fora dos períodos eleitorais. Estimulando estas iniciativas e delas participando, os comunistas estão sempre dispostos a marchar ombro a ombro com os elementos e as alas nacionalistas que existem, em maior ou menor proporção, em todos os partidos políticos, em torno de objetivos patrióticos e democráticos.

g) Algumas associações patronais, sobretudo as Federações das Indústrias, manifestam sensibilidade a muitas soluções de caráter nacionalista podendo ser atraídas às ações da frente única. Com a participação de tais organizações é possível promover iniciativas em defesa da indústria nacional, por medidas econômicas e financeiras de caráter nacionalista, pela ampliação do comércio exterior à área socialista etc. As justas reivin-



dicações nacionalistas da burguesia, apresentadas por essas organizações, devem receber apoio de massas dos operários, dos estudantes e de outros setores da frente única, a fim de impulsionar a burguesia nacionalista no sentido de uma resistência mais firme ao imperialismo norte-americano e seus agentes.

VI – O Caminho Para um Poder Das Forças Anti-imperialistas e Antifeudais

31 - A frente única nacionalista e democrática incrementa o seu poderio à medida que luta por soluções positivas para os problemas colocados na ordem do dia, realizando-as na proporção de suas forças e das condições favoráveis de cada momento. A exigência dessas soluções positivas para os problemas brasileiros conduz à necessidade de um governo capaz de aplicar com firmeza, em todas as esferas da política interna e exterior, a orientação de emancipação e progresso reclamada pelo nosso povo.

Em decorrência da coligação de que se originou, o governo do senhor Juscelino Kubitschek tomou um caráter heterogêneo, que conserva até hoje. Em sua composição, figura um setor nacionalista burguês ao lado de um setor entreguista. Nesta composição contraditória, nacionalistas e entreguistas possuem entre si, conforme os problemas, relações de compromisso, de conciliação, e também de oposição. A predominância de elementos de um ou de outro setor, variável conforme os diversos fatores da conjuntura econômica e política, determina a orientação do governo em seu conjunto diante de cada questão.

Apesar de alguns aspectos anti-imperialistas e democráticos que já existem na política atual, o governo do senhor Juscelino Kubitschek, em virtude da sua composição, realiza uma política conciliadora, sendo responsável por graves concessões ao imperialismo norte-americano e por medidas econômico-financeiras antipopulares. Cresce, por isso, entre as forças mais ativas do povo brasileiro, a aspiração por um governo decididamente capaz de mudar de rumo. A pressão das massas e, em geral, a luta das correntes anti-imperialistas e populares por alcançar modificações na composição e na política do governo atual assumem, e tendem a assumir crescentemente, o caráter de luta por um governo de coligação nacionalista e democrática.



32 - Um governo nacionalista e democrático pode ser conquistado pela frente única nos quadros do regime vigente e aplicar uma política externa de independência e defesa da paz, assegurar o desenvolvimento independente e progressista da economia nacional, dar início à reforma agrária, tomar medidas em favor do bem-estar das massas, garantir e ampliar as liberdades democráticas.

A conquista de um governo nacionalista e democrático poderá ser alcançada através dos seguintes meios mais prováveis:

a) Pela pressão pacífica das massas trabalhadoras e populares e das correntes anti-imperialistas e democráticas, dentro e fora do Parlamento, no sentido de fortalecer e ampliar o setor nacionalista do atual governo, com o afastamento do poder de todos os entreguistas e sua substituição por elementos nacionalistas.

b) Através da vitória dos candidatos nacionalistas e democráticos nos pleitos eleitorais.

c) Pela ação das massas populares, unidas aos setores nacionalistas do Parlamento, das forças armadas e do governo, para impor ou restabelecer a legalidade democrática, no caso de tentativa de golpe por parte dos entreguistas e reacionários, que se proponham implantar no país uma ditadura a serviço dos monopólios norte-americanos.

O complexo desenvolvimento da vida política nacional é que determinará os meios concretos para a conquista de um governo nacionalista e democrático. Este desenvolvimento indica que uma orientação de emancipação nacional e de transformações estruturais pode vir a ser realizada por um ou por sucessivos governos, que se apoiem na frente única nacionalista e democrática e sejam a sua expressão.

Os comunistas consideram que é do seu dever, como representantes da

classe operária, reivindicar a sua participação nos governos que venham a ser conquistados pelas forças anti-imperialistas e democráticas. Entretanto, ainda que dispostos a participar de tais governos, os comunistas os apoiarão de modo resolutivo, mesmo que não venham a fazer parte de sua composição.

33 - Um governo nacionalista e democrático dependerá fundamentalmente do apoio de massas. O ascenso do movimento de massas, exigindo reformas básicas, deverá influir no sentido da radicalização da composição e da política de tal governo. Esta radicalização será também resultado da necessidade inevitável de medidas mais enérgicas e profundas diante dos atentados do imperialismo norte-americano e das forças entreguistas e reacionárias do país.

O curso dos acontecimentos no Brasil indica, por conseguinte, a possibilidade real de um processo em que, sob a pressão das ações independentes das massas e diante do imperativo de medidas mais consequentes contra o inimigo principal da nação, um governo de coligação nacionalista e democrática levará a uma nova correlação de forças, que permita completar, com um poder das forças anti-imperialistas e antif feudais, sob a direção do proletariado, e por um caminho pacífico, as transformações revolucionárias exigidas pelo desenvolvimento econômico e social de nossa Pátria.

34 - A revolução anti-imperialista e antif feudal pode ser conduzida aos seus objetivos, em nosso país, por em caminho pacífico.

A possibilidade do caminho pacífico da revolução está condicionada pela presente situação internacional, em que influem de modo decisivo a existência e o fortalecimento do sistema socialista mundial e os êxitos do movimento de libertação nacional dos povos. A possibilidade do caminho pacífico da revolução se torna real em virtude dos fatores internos, que atuam em nosso país, como a democratização da vida política, o ancenso do movimento operário, o desenvolvimento da frente nacionalista e democrática.



Dada a sua possibilidade real, o caminho pacífico da revolução é o que convém à classe operária e a toda a nação. Representantes de vanguarda da classe operária e patriotas consequentes, os comunistas, tanto quanto deles dependa, tudo farão para transformar aquela possibilidade em realidade, superando a inevitável oposição das forças entreguistas e reacionárias e os eventuais retrocessos.

35 - A fim de que a revolução possa seguir por um caminho pacífico, é indispensável conquistar reformas profundas e consequentes na estrutura econômica e nas instituições políticas. A conquista de reformas de caráter anti-imperialista e democrático é possível ainda nos quadros do regime atual, dependendo, no essencial, das lutas de massas e da força, em cada momento, da frente nacionalista e democrática. A realização de reformas de estrutura implicará na tomada de posições cada vez mais importantes ao capital norte-americano e às forças entreguistas e reacionárias, constituindo, assim, o conteúdo de um novo curso de desenvolvimento econômico e político da nação brasileira. À medida que golpear o domínio do imperialismo norte-americano e que, na esfera agrícola, alterar a correlação de forças em favor dos camponeses, este novo curso de desenvolvimento independente e progressista deverá inevitavelmente preparar as condições para a realização completa das transformações radicais colocadas na ordem do dia pela presente etapa histórica da sociedade brasileira.

Ao caminho pacífico da revolução brasileira é implícita uma tática de luta por soluções positivas e de acumulação das forças revolucionárias. A conquista de soluções positivas depende do nível atingido pela frente nacionalista e democrática e da prevalência, em sua direção, das forças mais consequentes do movimento. A luta por soluções positivas esta inseparavelmente ligada à luta para conquistar um governo nacionalista e democrático e, em seguida, para radicalizar sua política e composição. À medida que aumentar o seu poderio e adquirir orientação mais consequente, a frente nacionalista e democrática terá a possibilidade não só

de alcançar novas soluções positivas como também de dar-lhes conteúdo cada vez mais profundo, o que, sob condição de aplicação de uma tática revolucionária, deverá acelerar o processo de realização completa das transformações radicais inerentes à etapa atual.

Indispensável à concretização do caminho pacífico da revolução, a tática de luta por soluções positivas, ao contrário do espontaneísmo e da passividade, exige da classe operária e do seu partido de vanguarda a mais ativa, multiforme e permanente intervenção no movimento político e real, a fim de mobilizar as grandes massas e quebrar a resistência das forças entreguistas e reacionárias. O caminho pacífico da revolução é inconcebível sem a ação enérgica das grandes massas trabalhadoras e populares. Isto impõe às forças revolucionárias, em particular à classe operária e ao seu partido de vanguarda, a luta incessante pelas liberdades democráticas e por sua ampliação, como condição que deve favorecer a ação independente das grandes massas. Neste processo será necessário revidar aos golpes das forças entreguistas e reacionárias e derrotar as suas tentativas de recorrer à violência para deter o ascenso anti-imperialista e popular. A classe operária e o seu partido de vanguarda precisam ter a capacidade de formular de modo correto a solução positiva para cada problema concreto e de mobilizar as forças nacionalistas e democráticas que podem alcançar aquela solução. É desta maneira que a classe operária poderá afirmar o seu caráter de força mais consequente do movimento revolucionário e ganhar a sua hegemonia.

36 - O caminho pacífico da revolução implica necessariamente desenvolver a luta de classes dentro do país. A classe operária e as amplas massas trabalhadoras travam a luta de classes para defender os seus interesses imediatos, e principalmente para vencer as tendências conciliadoras da burguesia, tendo em vista a necessidade de imprimir consequência revolucionária à luta pela emancipação nacional. Batendo-se sempre, na primeira linha, pelos interesses gerais da nação, o proletariado deve dar à luta de classes uma orientação correta, que lhe permita alcançar a con-



dição de força hegemônica do movimento emancipador e democrático e assegurar o caminho pacífico da revolução.

A escolha das formas e dos meios para libertar a nação e transformar a sociedade brasileira não depende somente do proletariado e das demais forças revolucionárias. Devemos ter sempre em vista que os inimigos internos e externos do povo brasileiro resistirão à perda de suas posições. Em desespero de causa, tais inimigos podem vir a empregar a violência contra as forças revolucionárias e progressistas, criando uma situação em que, ao invés da solução pacífica, a revolução não teria outra possibilidade senão a de uma solução pela luta armada. Os sofrimentos que recaírem sobre as massas, em tal caso, serão de inteira responsabilidade dos inimigos do povo brasileiro. Quanto ao proletariado e aos seus aliados, ao tempo em que lutam e acumulam forças para transformar em realidade a possibilidade da solução pacífica, não devem jamais perder de vista que estas mesmas forças podem vir a ser necessárias para tornar a revolução vitoriosa por um outro caminho – o da solução não pacífica.

Nas circunstâncias favoráveis da situação internacional e do ascenso das forças nacionalistas e populares no país, os comunistas confiam em que é possível assegurar o curso pacífico da revolução brasileira desde que as grandes massas lutem e conquistem verdadeiras reformas de estrutura, defendendo ativamente as liberdades democráticas contra os atentados das forças pró-imperialistas e reacionárias.

VII – Uma Política de Soluções Nacionalistas e Democráticas

37 - Um novo curso de desenvolvimento econômico e político da nação brasileira implica a solução positiva de uma série de problemas já inteiramente maduros. Como força mais consequente do movimento anti-imperialista e popular, os comunistas se empenham em organizar a mais ampla frente única para a solução imediata destes problemas, objetivo que está implícito na luta por um governo nacionalista e democrático. Um governo deste tipo enfrentará a tarefa de resolver, no sentido da emancipação nacional e dos interesses das massas populares, questões como as da política exterior, da industrialização, do capital estrangeiro e do (*capitalismo*) de Estado, do comércio exterior e do câmbio, da reforma agrária, da inflação e da carestia, da educação e da saúde das massas, das desigualdades regionais, da consolidação e da ampliação da democracia.

38 - A atual política exterior brasileira se encontra em crise manifesta, em contradição com as exigências do desenvolvimento econômico e político do país. A solução efetiva para essa crise só pode ser encontrada numa política exterior independente, de defesa da soberania nacional e da paz mundial, de amizade e colaboração com todos os povos.

Um dos passos importantes para uma política dessa natureza é, atualmente, o reatamento de relações diplomáticas com a União Soviética e a normatização das relações com todos os demais países socialistas, inclusive o reconhecimento da República Popular da China. Este passo é indispensável não só à libertação do nosso comércio exterior como também para que o Brasil possa representar no cenário internacional, em benefício da causa da paz, o papel político correspondente ao seu potencial econômico, demográfico e cultural.

Na ONU e nas outras assembleias internacionais, as delegações brasileiras devem tomar posição a favor das propostas que visem à salvaguarda



da causa da paz: solução dos litígios internacionais através de negociações, cessação imediata e definitiva das experiências com armas termonucleares, proibição da produção e do emprego dessas armas, cessação da corrida armamentista, cooperação econômica e cultural sem discriminações etc.

País vitalmente interessado no desenvolvimento econômico, não pode o Brasil deixar de contribuir para tornar vitorioso o plano proposto pelo Governo Soviético de dissolução de todas as forças armadas e instituições militares, exceto as destinadas à segurança civil, num prazo de quatro anos. A aplicação deste plano viria a liberar imensos recursos materiais, que poderiam ser destinados a fins pacíficos e construtivos, elevando o nível de bem-estar de todas as nações do mundo.

Ao invés de apoiar invariavelmente com seu voto as posições dos Estados Unidos e das demais potências colonialistas, os representantes brasileiros na ONU e nas outras organizações internacionais precisam atuar de acordo com os interesses de nosso país, que correspondem aos dos povos coloniais e dependentes em seus conflitos com as potências imperialistas. Uma política exterior independente exige, ao mesmo tempo, a amizade e cooperação do Brasil com os países subdesenvolvidos da América Latina, Ásia e África, que possuem interesses semelhantes aos nossos. Em particular, é indispensável a mais decidida solidariedade à luta dos povos latino-americanos pela emancipação nacional, o desenvolvimento econômico e a democracia.

As relações do Brasil com os Estados Unidos, como em geral com os demais países, devem ser colocadas sobre as bases da plena igualdade de direitos, da efetiva reciprocidade de vantagens e da repulsa a qualquer interferência na vida interna de nosso país. No que se refere aos Estados Unidos, este gênero de relações é incompatível com tratados e acordos como o Tratado do Rio de Janeiro, a Carta de Bogotá, o Acordo Militar Brasil-Estados Unidos e o ajuste de cessão de Fernando de Noronha, que ferem a soberania nacional e constituem pontos de apoio para a política expansionista e militarista do imperialismo norte-americano. A denúncia desses tratados e acordos corresponde aos mais genuínos interesses do Brasil.

A luta do povo brasileiro pela emancipação econômica e por uma política externa independente é parte integrante da luta pela paz mundial.

39 - O proletariado não pode deixar de ter profundo interesse em que prossiga vitoriosamente o processo de industrialização que impulsiona o conjunto da economia nacional.

No que se refere à industrialização, as seguintes questões possuem relevância primordial:

a) Tendo um conteúdo indiscutivelmente progressista, o processo de industrialização do Brasil sofre, porém, de graves deformações oriundas da situação de dependência em que o país se encontra com relação ao imperialismo norte-americano. Na medida em que não podem deter o processo de industrialização, os monopólios estrangeiros, principalmente os norte-americanos, se empenham, através das inversões diretas e dos empréstimos, em subordiná-lo aos seus próprios interesses, o que resulta num verdadeiro e opressivo tributo sobre o progresso brasileiro.

A abolição dos privilégios usufruídos pelo capital imperialista impõe profunda reforma legislativa. Nesta reforma, deve ser objetivada a inteira liquidação da exploração do capital imperialista em setores como os da produção e distribuição da energia elétrica, frigoríficos, distribuição de derivados de petróleo, bancos e companhias de seguros.

A política econômica do governo deve ter por princípio fundamental o de basear o desenvolvimento nos recursos internos do país, protegendo as iniciativas realmente nacionais. A ajuda estrangeira pode **ser útil e concorrer para o nosso desenvolvimento se (???recebida??)**, não através de inversões diretas, mas de financiamentos, sempre que não impliquem exigências econômicas e políticas e ofereçam ao Brasil condições favoráveis em matéria de juros, prazos de amortização e assistência técnica. Nestas condições, os financiamentos externos úteis ao país são os que se destinam a empresas nacionais, e principalmente aqueles que são feitos de governo a governo para aplicar



sob formas de capitais de Estado nos setores básicos da economia. Ao invés de continuar submetendo-se ao monopólio do crédito de Nova Iorque, deve o Governo Brasileiro buscar os financiamentos em outras fontes, inclusive nos países socialistas, em particular na União Soviética, que tem fornecido substancial ajuda, em condições excepcionalmente vantajosas, a diversos países subdesenvolvidos. A tecnologia estrangeira pode ser adquirida sem que o país deva pagar extorsivo tributo ao capital imperialista. É inadmissível que tantos oficiais brasileiros continuem a conceder a empresas imperialistas empréstimos em cruzeiros ou a garantir-lhes financiamentos em moeda estrangeira.

b) A intervenção do Estado no processo de industrialização vem tendo, nas condições brasileiras, importância decisiva. Isto se refere, sobretudo, à criação da indústria pesada, realizada em grande parte sob formas nacionais de capitalismo de Estado.

É necessário defender e desenvolver o capitalismo de Estado nos setores econômicos fundamentais, como os de petróleo, siderurgia, eletricidade, indústria química, energia atômica, transportes e outros. Impõe-se, porém, que o capitalismo de Estado tenha por objetivo o de servir integralmente aos interesses nacionais. Não é admissível que o dinheiro do povo brasileiro seja empregado de tal maneira que se beneficiam e fortalecem suas posições os trustes norte-americanos, como ainda sucede com as hidrelétricas de Paulo Afonso e de Furnas. O capitalismo de Estado, a exemplo da Petrobras e de Volta Redonda, precisa ter um conteúdo efetivamente nacional, precisa ser um instrumento de luta anti-imperialista e de progresso econômico em benefício do conjunto do povo brasileiro. Além disso, dado o vulto que já assumiram e sua tendência à expansão, é indispensável a coordenação de todas as iniciativas econômicas e financeiras do Estado num plano único, evitando a desconexão e o desperdício de recursos materiais, como se verifica atualmente.

c) A pequena indústria e o artesanato devem merecer proteção especial do Estado. Em vinculação com os interesses de vastas massas trabalhadoras, a pequena indústria e o artesanato desempenham papel positivo no atual estágio da industrialização, permitindo a diversificação da produção e o emprego de considerável quantidade de força de trabalho.

Os recursos preferenciais, que o Estado destina à construção da grande indústria de caráter básico, não devem impedir a aplicação de medidas que favoreçam a pequena indústria e o artesanato, como a redução da carga tributária, o acesso ao crédito, o fornecimento subvencionado de equipamentos e matérias-primas etc. No que se refere aos artesãos, precisam ser estimuladas e protegidas em particular as diferentes formas de associação cooperativa.

40 - No comércio exterior e no câmbio tem a economia brasileira, no presente, pontos de estrangulamento que dificultam o processo de industrialização e constituem uma das causas principais da inflação.

Medida inadiável, que representa verdadeira necessidade vital para a economia do país, é a ampliação do comércio exterior para novos mercados, o que se refere, em primeiro lugar, aos mercados de imenso poder aquisitivo da União Soviética e dos demais países socialistas. Nosso comércio exterior pode ser ampliado também para outras áreas, particularmente na Europa e na América Latina. Uma política de sustentação dos preços externos dos produtos exportáveis, de diversificação qualitativa das exportações, de conquista de novos mercados e de poupança de divisas fortes só alcançará êxito com a aplicação sistemática de acordos bilaterais em todas as áreas do comércio mundial.

Ao invés do recurso tradicional aos empréstimos das agências de créditos dos Estados Unidos, cuja concessão vem geralmente acompanhada de exigências lesivas aos interesses nacionais, a crise cambial precisa ser superada, e pode sê-lo, com uma orientação voltada para a emancipação



econômica do país. Dependendo evidentemente do aumento quantitativo das exportações, da sustentação do seu preço-ouro e de outros fatores, a superação da crise cambial implica as seguintes medidas:

- a) Monopólio estatal do câmbio em benefício exclusivo dos empreendimentos nacionais. Já aplicado, embora com muitas falhas, o monopólio estatal demonstrou ser o sistema de câmbio mais vantajoso ao nosso país. Corrigindo as falhas do passado que, em diversos casos, favoreceram o capital imperialista, é necessário restabelecer em toda a linha o monopólio estatal do câmbio a fim de que a receita de divisas possa ser inteiramente aplicada de acordo com critérios seletivos e prioritários derivados dos interesses nacionais.
- b) Rigorosa restrição das remessas do capital estrangeiro, subordinando-as às necessidades do país, de maneira a não afetar as disponibilidades de divisas para as importações essenciais à indústria e a outros setores da economia nacional.
- c) Redução do gasto de divisas fortes com o pagamento de fretes e seguros marítimos. Para isto faz-se mister reaparelhar e renovar a frota mercante brasileira, estabelecer porcentagens obrigatórias – a serem gradativamente aumentadas – de cargas exportadas e importadas por navios nacionais, cumprir o dispositivo constitucional que veda o transporte de cabotagem a navios estrangeiros.
- d) Proteção e estímulo à produção nacional substitutiva de importações. Neste terreno, uma grande importância tem a autossuficiência no abastecimento de petróleo e derivados, o que deve ser alcançado através do monopólio da Petrobras. As empresas estatais devem ter por norma obrigatória a de orientar suas encomendas o mais possível para o mercado interno, virando à poupança de divisas.

41 - Passo fundamental para o progresso de nossa economia, a reforma agrária é indispensável para valorizar o imenso potencial permanente desperdiçado de milhões de camponeses desprovidos de terra e de outros meios de produção, para elevar a renda de todas as categorias de trabalhadores agrícolas e, desta maneira, ampliar o mercado interno necessário à indústria, para elevar a produção e a produtividade da agricultura a fim de que esta, em matéria de volume e de preços de custo de gêneros alimentícios e matérias-primas, possa atender às exigências criadas pelo processo de industrialização e de urbanização do país.

O sentido fundamental da reforma agrária, na presente etapa, deve ser o de liquidação do monopólio da terra e de fortalecimento da economia tipicamente camponesa, sob formas individuais ou associadas. A luta contra o monopólio da terra deve ser desenvolvida nas condições atuais, visando a golpear, em primeiro lugar, a grande propriedade territorial não cultivada ou baixamente produtiva. Simultaneamente, é necessário lutar pela ampliação dos direitos das massas camponesas, pela restrição e extinção final das sobrevivências de tipo pré-capitalista nas relações agrárias.

A fim de abrir caminho e preparar as condições para a conquista de uma reforma agrária radical, que signifique a completa extinção da propriedade latifundiária da terra, é necessário e possível, de modo imediato, lutar pela aprovação e aplicação de medidas parciais de reforma agrária. Tais medidas, de competência legislativa ou executiva, podem ser alcançadas no âmbito dos poderes federais, estaduais e municipais, assumindo caráter nacional ou restringindo-se aos limites regionais, sempre de acordo com as suas condições peculiares. Entre estas medidas, podem ser objetivadas, na situação presente, as seguintes:

- a) Desapropriação total ou parcial de grandes propriedades incultas ou com baixo índice de aproveitamento, tornando obrigatória esta medida no caso da proximidade de grandes centros urbanos e de obras públicas como açudes, estradas, obras de saneamento e outros. Cria-



ção de fundos para justa indenização de desapropriações, tomando por base o preço da terra registrada para fins fiscais. Loteamento das terras desapropriadas exclusivamente entre pequenos agricultores sem terra ou com pouca terra, mediante pagamentos módicos e em longo prazo.

b) Forte aumento da carga tributária sobre as grandes propriedades, levando em conta o seu grau de aproveitamento e isenções fiscais para as pequenas propriedades.

c) Utilização das terras do Estado, sobretudo na proximidade dos mercados consumidores e das vias de comunicações, para formar núcleos de pequena propriedade. Entrega dos títulos de propriedade para os atuais posseiros. Preservação das grandes áreas ainda devolutas, particularmente no Brasil Central e na Amazônia, contra a apropriação por latifundiários e especuladores. Defesa rigorosa dos direitos dos camponeses contra a grilagem. Proteção às áreas reservadas aos indígenas.

d) Regulamentação legal dos contratos de arrendamento e parceria, visando aos seguintes fins: baixa das taxas de arrendamento e parceria, com o estabelecimento de limites máximos; prolongamento dos prazos contratuais em benefício de arrendatários e parceiros; garantia de indenização por benfeitorias; defesa de arrendatários e parceiros contra despejos arbitrários.

e) Elaboração de legislação trabalhista adequada às condições do campo e garantia dos direitos já estabelecidos para os trabalhadores rurais, mas em geral não aplicadas, como salário-mínimo, férias remuneradas, aviso prévio, pagamento dos domingos e feriados, sindicalização rural etc., e estendendo-lhes outros direitos já conquistados pelos trabalha-

dores das cidades. Proibir a prática de arbitrários descontos nos salários. Reconhecimento legal pelo Ministério do Trabalho dos sindicatos de assalariados rurais.

f) Orientação da política de crédito dos Bancos do Brasil, do Nordeste, da Amazônia e de outros bancos oficiais, no sentido de ampla ajuda financeira aos pequenos cultivadores, sejam proprietários ou não, modificando as normas que impedem a prestação dessa ajuda e fazem do crédito agrícola oficial monopólio dos grandes fazendeiros.

g) Incentivo à mecanização da agricultura e, em geral, à elevação do seu nível técnico, concedendo crédito para a aquisição de equipamentos. Facilitar aos pequenos lavradores a aquisição de instrumentos e outros meios de produção, que se adaptem às dimensões do seu cultivo e elevem sua produtividade (arados, animais de tração, adubos e inseticidas etc.)

h) Realização de um programa de investimentos estatais para fomento da agricultura, sobretudo da produção de gêneros alimentícios básicos ao consumo popular. Intensificar a construção de silos, melhorar e aumentar a rede de transportes. Construção de fábricas nacionais de máquinas agrícolas, aproveitando oportunamente a Fábrica Nacional de Motores para a produção de tratores. Proibição aos frigoríficos estrangeiros de recria e engorda de gado. Construção de frigoríficos nacionais, de preferência do Estado ou sob controle estatal, sobretudo nas regiões pecuárias que não os possuem.

i) Estímulo ao cooperativismo, entre os pequenos e médios agricultores, através de facilidades de financiamento, assistência técnica e outras formas de ajuda.



42 - Nas condições atuais do mundo e do nosso próprio país, a classe operária e as massas trabalhadoras podem obter importantes conquistas na luta pela elevação do seu nível de vida e pela ampliação dos seus direitos sociais. Os frutos do desenvolvimento econômico não devem ser monopolizados por uma ínfima minoria da sociedade, enquanto as grandes massas continuam sujeitas a pesadas privações, com o seu poder aquisitivo constantemente deteriorado pela inflação. A exploração capitalista será inteiramente eliminada pelo socialismo, mas a sua tendência constante ao agravamento pode e deve ser combatida ainda nas condições do desenvolvimento capitalista e da luta pela emancipação nacional. O crescimento das forças produtivas e da renda nacional não deve ser obtido através da conquista ou mesmo da estagnação do consumo das massas, porém, ao contrário, através da elevação desse consumo em volume global e *per capita*, o que resultará, conseqüentemente, na indispensável ampliação do mercado interno e será o melhor estímulo ao incremento da produtividade.

A melhoria das condições de vida das massas trabalhadoras e a ampliação dos seus direitos democráticos podem ser obtidas através da conquista das seguintes reivindicações:

a) Reajustamento geral dos salários: Salário profissional e extensão, a todos os trabalhadores, do salário-família de que gozam os servidores públicos. Modificação da lei de salário-mínimo, a fim de garantir a revisão anual do salário-mínimo e sua extensão à família, como prescreve a Constituição; inclusão das despesas com instrução, recreação e contribuições da previdência social.

b) Contenção da carestia da vida, com a adoção de medidas concretas contra a alta dos preços. Participação de representantes dos sindicatos nos órgãos governamentais de abastecimento e controle dos preços.

c) Reorganização da previdência social e seu aperfeiçoamento. Morali-

zação das instituições de previdência e participação de representantes operários em sua direção. Extensão, a todos os trabalhadores, da aposentadoria integral de que gozam os bancários.

d) Aperfeiçoamento da legislação trabalhista. Eliminação dos dispositivos de caráter reacionário da Consolidação das Leis do Trabalho, inclusive no referente à estrutura do movimento sindical.

43 - A elevação efetiva do nível de vida das grandes massas é impossível sem que seja detido o processo inflacionário. A inflação pode e deve ser combatida em direção favorável à emancipação econômica e ao bem-estar das grandes massas.

Uma orientação anti-inflacionária de sentido nacionalista não pode ser concebida sem a defesa cambial do cruzeiro, através de medidas como as referidas na tese 40. Uma orientação, que pretenda atingir as causas da inflação, e não apenas os seus efeitos, deve promover a abundância de gêneros alimentícios e matérias-primas agrícolas, o que implica medidas de reforma agrária, como as indicadas na tese 41. A isto é indispensável acrescentar a aplicação de um plano governamental de grande envergadura no setor dos transportes e do abastecimento, que constituem presentemente ponto de estrangulamento e propiciam a ação espoliadora de grupos comerciais monopolistas.

O combate à inflação, além de medidas econômicas, deve incluir medidas especificamente financeiras, que permitam eliminar as emissões de papel-moeda para fins improdutivos e corrigir o excesso de meios de pagamento, detendo a crescente deteriorização do poder aquisitivo da moeda brasileira. Isto diz respeito, em primeiro lugar, ao orçamento do Governo Federal.

A elaboração do orçamento continua a ser feita por processos primitivos, em flagrante atraso em relação ao grau de desenvolvimento já atingido pela economia nacional. A aplicação de processos modernos de



planificação à elaboração do orçamento e ao controle de sua execução facilitará o melhor aproveitamento da receita do Estado, a eliminação de gastos supérfluos e a elevação da rentabilidade dos investimentos estatais, sem precisar reduzi-los e prejudicar o progresso do país. Os interesses nacionais exigem não só os investimentos estatais de caráter econômico como também a aplicação de uma proporção muito maior dos dinheiros públicos em obras destinadas à educação e à saúde. Uma orientação deste gênero pode ser seguida sem o recurso desmedido às emissões, mas através do aproveitamento planejado da receita orçamentária e da redução drástica de gastos que não tenham relação com o desenvolvimento econômico e com a elevação do nível de vida material e cultural do povo. Ao invés de recorrer de preferência aos aumentos de impostos indiretos, que pressionam no sentido da alta de preços e incidem sobre as massas populares, a política tributária deve reduzir sua carga sobre as grandes massas do povo e incidir mais fortemente sobre os altos rendimentos, que a própria inflação vem possibilitando em larga escala.

Faz-se mister também realizar enérgicas correções na esfera do crédito. Em lugar da restrição do crédito em geral, que implica reduzir as taxas de crescimento da economia nacional, cumpre planificar uma rigorosa seleção creditícia que favoreça, de acordo com critérios prioritários, as atividades produtivas essenciais e contribua para eliminar aquelas simplesmente especulativas. A execução de uma política desta natureza encontra condições especialmente favoráveis em nosso país, em virtude do papel dominante do Banco do Brasil no sistema bancário e dos outros instrumentos de controle do crédito de que dispõe o Governo.

As correções nas esferas do orçamento e do crédito, sobretudo se aplicadas ao lado de medidas imprescindíveis no terreno do balanço de pagamentos, da produção agrícola e do abastecimento, podem contribuir para diminuir as emissões de papel-moeda e reduzir o ritmo inflacionário.

44 - O progresso da economia nacional sofrerá de grave debilidade enquanto se acentuarem as desigualdades regionais, particularmente o

atraso do Norte e do Nordeste com relação às demais regiões do país. Este problema não será resolvido com providências episódicas de caráter assistencial por ocasião das secas, em geral favorecendo a criminosa dilapidação do dinheiro do Estado pelas camarilhas políticas dominantes. As forças mais progressistas do Nordeste reivindicam a industrialização de sua região, quer para a defesa e o progresso de indústrias ali tradicionais, como a de tecidos, quer para a criação de novas indústrias, que aproveitem as matérias-primas locais. O planejamento da industrialização do Nordeste é necessário, prevendo ajuda substancial do Governo Federal através da realização de investimentos básicos (energia elétrica, transportes etc.), do fornecimento de créditos a empreendimentos progressistas, da facilidade para a obtenção de divisas, da assistência técnica e de outros meios.

A industrialização do Nordeste não terá o sentido profundamente progressista que deve ter, se não for conjugada a medidas enérgicas de reforma agrária, que hoje são reclamadas, embora sob formulações diversas, por amplas forças sociais da região. A reforma agrária é uma necessidade numa região em que a agricultura, dominada pelo latifúndio e até agora muito fracamente transformada pelo capitalismo, apresenta os mais baixos índices de produtividade. O miserável nível de vida das massas camponesas e de grande parte da massa urbana estreita o mercado para a indústria, em muitos casos impossibilitando a sua sobrevivência. A reforma agrária é indispensável para elevar o poder aquisitivo de milhões de camponeses que, fixados à terra, no próprio Nordeste, podem fazer prosperar a agricultura e apoiar a industrialização na base sólida de um amplo mercado interno.

A renovação econômica do Nordeste e o desenvolvimento da Amazônia não devem ser, em hipótese alguma, isolados da causa geral da emancipação nacional. Não devem, por isto, ser desvinculados da luta contra os monopólios norte-americanos, que dominam setores importantes da própria economia daquelas regiões, nem servir de pretexto para novas concessões a esses monopólios. A renovação econômica do Nordeste e o



desenvolvimento da Amazônia devem ser focalizados na perspectiva do fortalecimento da economia nacional em seu conjunto, como parte integrante de um curso de desenvolvimento independente e progressista de toda a nação brasileira.

45 - O progresso da nação brasileira deve traduzir-se na melhora radical dos índices de educação e saúde das grandes massas do nosso povo. Isto impõe que a estes itens o orçamento federal dedique verbas preferenciais e de volume substancial.

O papel do Estado deve ser considerado básico no âmbito do ensino nos seus diferentes graus, a fim de que tenha um caráter o mais democrático possível. Deslocar o eixo da iniciativa educacional para setores privados, como já vem sendo tentado, significa tornar o ensino um privilégio ainda maior do que já é atualmente e fazer da sua orientação, em última instância, um monopólio do clero católico. Ao contrário, é indispensável fortalecer e ampliar o ensino público, bem como defender o seu caráter laico, cabendo ao setor privado um papel estritamente auxiliar.

Ao Estado cumpre concentrar os seus esforços na luta em grande escala contra o analfabetismo que, em nosso país, ainda registra muito elevada porcentagem. Ao mesmo tempo, é dever do Estado incentivar com recursos materiais adequados todos os ramos do ensino científico e técnico, a fim de colocá-lo à altura das exigências do desenvolvimento da economia nacional.

O progresso da nação brasileira precisa ter como um dos seus componentes o florescimento de uma autêntica cultura nacional e democrática. Constitui dever do Estado proteger e estimular, material e moralmente, as manifestações desta cultura.

Os problemas da saúde não serão resolvidos, no seu aspecto essencial, sem que seja superado o atraso econômico, que condena massas de milhões a um baixíssimo nível de vida. Simultaneamente, a solução dos problemas da saúde pública não pode deixar de estar na dependência de iniciativas específicas, que devem saber precipuamente ao Estado e dizem

respeito à multiplicação do número de hospitais, ambulatórios, postos médicos, serviços antiendêmicos etc.

46 - A conquista de soluções positivas será, no fundamental, o resultado de lutas de massas e estas requerem, para ganhar amplitude, a vigência de liberdades democráticas. Daí por que a questão da democracia esteja estreitamente vinculada ao destino da luta anti-imperialista.

O proletariado tem interesse na ampliação das liberdades democráticas a fim de dirigir as ações independentes das massas trabalhadoras em defesa de suas reivindicações específicas e para imprimir uma orientação consequente à frente única nacionalista e democrática.

Apesar da instabilidade característica da vida política brasileira, vem-se afirmando a tendência à democratização. Entretanto, a democracia, em nosso país, continua submetida a sérias restrições. Certas destas restrições, de caráter essencial, derivam do poder econômico e político concentrado nas mãos das classes exploradoras e são inevitáveis nas melhores condições da democracia burguesa. Outras, porém, são restrições possíveis de eliminar ainda no regime atual, à medida que avançar o movimento de massas. Neste processo, não somente as liberdades democráticas já inscritas na Constituição ganharão um conteúdo mais concreto, como também, através da ação parlamentar e extraparlamentar, deverão ser alcançadas reformas democráticas da própria Constituição.

A reforma da Constituição é especialmente necessária para tomar medidas mais consequentes de defesa da economia nacional contra o imperialismo norte-americano e para a realização de uma reforma agrária em ampla escala.

A necessidade de fazer avançar a democracia exige as seguintes medidas de importância nacional:

- a) Legalização do Partido Comunista do Brasil e eliminação das dis-

criminações contra os comunistas, que derivam do artigo 58 da lei eleitoral.

b) Completa libertação das organizações sindicais da tutela do Ministério do Trabalho e abolição de todas as formas de intervenção policial e discriminação ideológica no movimento sindical como em qualquer outra esfera.

c) Aprovação pelo Congresso da lei que regulamenta o direito constitucional de greve, nas bases que lhe dão a Câmara dos Deputados, enterrando, assim, definitivamente, Decreto n. 9.070.

d) Revogação da lei de segurança.

e) Plena garantia do direito de organização para os camponeses e assalariados agrícolas.

f) Direito de voto para os analfabetos, soldados e cabos das forças armadas.

g) Abolição das desigualdades de caráter jurídico que ainda pesam sobre as mulheres e combate efetivo a todas as discriminações de natureza racial e religiosa nos órgãos do Estado e em qualquer esfera da vida social.

VIII – Análise Crítica da Atuação do Partido

47 - A fim de desempenhar seu papel histórico à frente da luta revolucionária do povo brasileiro, a classe operária necessita de uma vanguarda marxista-leninista organizada e combativa. Em 1922, sob a influência da Grande Revolução Socialista de Outubro, surge o partido marxista-leninista da classe operária brasileira, o Partido Comunista do Brasil. Em 1935, são os comunistas que se encontram à frente do movimento nacional-libertador, culminado na heroica insurreição armada de novembro daquele ano. No período do Estado Novo, da guerra antifascista e no pós-guerra, tem sido o proletariado dirigido pela sua vanguarda comunista, a força mais consequente na luta pela emancipação nacional e pela democracia. Em toda a sua existência o PCB esforçou-se por cumprir a missão de destacamento de vanguarda do proletariado, consagrando-se, com extraordinária abnegação e capacidade de sacrifício, à luta pelas aspirações dos trabalhadores e pelos interesses gerais da nação. O fortalecimento do Partido exige, entretanto, a análise crítica de sua atuação, o exame dos erros e defeitos cuja superação constitui condição essencial para o avanço ulterior no sentido de novos êxitos.

48 - O período transcorrido a partir de 1945 foi um dos mais importantes e ricos de ensinamentos da história do PCB. Durante a Segunda Guerra Mundial, os comunistas brasileiros tiveram posição fundamentalmente acertada, envidando esforços para unir o povo na luta contra o nazi-fascismo. Embora o Partido fosse débil do ponto de vista organizativo, refletiu corretamente os sentimentos profundos da classe operária e da nação, influenciando para que a frente nacional antifascista obrigasse o governo a mudar de política, a romper relações com o Eixo e a colocar o Brasil ao lado dos países que lutavam pela liberdade. Graças às condições favoráveis criadas com a vitória dos povos sobre o fascismo, a política de unidade das forças patrióticas e democráticas, e à utilização adequada das possibilidades de atuação legal, o Partido conquistou o direito à legalidade



após 23 anos de vida clandestina. Seguiram-se grandes êxitos: o PCB se transformou num partido de massas e multiplicou seus efetivos; obteve 10% dos sufrágios e elegeu expressiva bancada ao Parlamento; contribuiu para a unificação do movimento sindical na CTB; realizou importantes movimentos de massas.

Os êxitos alcançados pelo Partido no período da legalidade se devem não apenas às condições objetivas, mas também à orientação política então traçada, que correspondia em alguns aspectos às exigências da realidade. Esses aspectos são: a análise da situação internacional, que partia da ideia de uma mudança da correlação de forças a favor do socialismo e dos povos, ao enfraquecimento do imperialismo como sistema; a caracterização do período do pós-guerra em nosso país como uma época de “desenvolvimento pacífico” do movimento revolucionário, isto é, da realização da luta de classes principalmente por meios legais; a política de unidade das forças patrióticas e democráticas e a palavra de ordem de aliança do proletariado com a “burguesia progressista” para a luta pela emancipação econômica do país; a preocupação em ligar o Partido às massas, em combater a tradição sectária profundamente arraigada em nossas fileiras, em fortalecer o movimento sindical; o aproveitamento das possibilidades de ação legal, a compreensão do importante papel das eleições como meio de luta política; o levantamento da bandeira da reforma agrária e o esclarecimento de setores da população rural; o esforço para fazer crescer o Partido, para construir um Partido legal de massas, a luta contra a concepção sectária no terreno da organização.

Apesar dessas posições acertadas, tinham curso na direção do Partido e impregnavam sua orientação política tendências direitistas. O Partido não tinha clareza sobre os objetivos programáticos, era obscura a questão do poder pelo qual lutávamos e, deste modo, permanecia indefinido o caráter da frente de forças revolucionárias. As mudanças na situação internacional eram interpretadas como se excluíssem um agravamento temporário da tensão e uma ofensiva momentânea do imperialismo. Surpreendidos pelo reagrupamento das forças reacionárias no plano mundial

e pela ofensiva das potências imperialistas, particularmente dos Estados Unidos, tentando isolar a URSS e desencadear uma guerra de agressão, não percebemos a tempo os reflexos desses fenômenos na situação interna do país. O caminho pacífico era visto como um curso sem choques e conflitos, o que conduzia à desmobilização do Partido e das massas diante da reação que se reagrupava também no país e se empenhava em deter o processo democrático. Aos intentos reacionários, o Partido não respondia com a intensificação das lutas de massas, mas com apelos à “ordem e tranquilidade”, quando a resistência organizada das massas era essencial para manter o próprio caráter pacífico do movimento. Apelando acertadamente à aliança com a burguesia na luta pela emancipação nacional, caímos, no entanto, em posições direitistas, ao tentarmos refrear a luta de classes e impedir as greves, a pretexto de não dar motivos à reação para uma repressão antioperária. Esta conduta levava os comunistas a se desligarem das massas. Acresce que a nossa preocupação em construir um partido de massas não era acompanhada de uma política consequente de construção da frente única; conquanto lançássemos apelos à unidade, frequentemente marchávamos isolados nas eleições e na luta política. O aumento numérico das fileiras do Partido não era correspondido por um esforço sistemático no sentido da educação ideológica dos quadros e dos militantes, o que debilitava sua capacidade de resistir aos golpes da reação.

Nestas condições, o Partido não conseguiu enfrentar com êxito os ataques reacionários desencadeados a partir de 1947 e 1948, que assinalavam em nosso país a situação criada pela “guerra fria” no plano mundial. A anulação do registro legal do PCB, a cassação dos mandatos dos parlamentares comunistas, a intervenção do governo nos sindicatos e outras medidas antidemocráticas não encontraram a necessária resistência organizada das massas.

49 - Quando a direção do Partido, em face das derrotas sucessivas, decidiu empreender um reexame de nossa orientação política, a influência das concepções subjetivistas e de tendências sectárias tradicionais fez-se

sentir com grande força e determinou uma análise profundamente unilateral e falsa da realidade. O Manifesto de Janeiro de 1948 e o Manifesto de Agosto de 1950 assinalam o período de elaboração de uma linha política caracterizada pelo “esquerdismo” e pelo sectarismo.

Ao apreciarmos a política imperialista de preparação da guerra, interpretávamos o agravamento temporário da tensão internacional como a iminência da deflagração da guerra e, em vista disso, contávamos com uma situação revolucionária em curto prazo, o que passou a justificar concepções e atos de tipo aventureiro.

Em face da crescente pressão econômica e política do imperialismo norte-americano no Brasil, surgiam condições para uma ampla frente única das forças nacionais em defesa de nossa soberania. Aplicávamos, no entanto, de modo mecânico ao nosso país a tese sobre a divisão do mundo em dois campos, considerando a serviço do imperialismo e da reação todas as forças políticas que não aceitavam as posições radicais dos comunistas. Situávamos deste modo, no campo do inimigo, as forças intermediárias que vacilavam ou se omitiam, mas que podiam ser ganhas para a luta anti-imperialista. Os ataques indiscriminados que dirigíamos contra todos os outros partidos e correntes políticas impediam, na prática, uma política de frente única que abrangesse os nacionalistas burgueses e condenavam os comunistas ao isolamento.

Por essa época firmou-se a opinião errônea de que não é possível avançar no caminho da emancipação nacional e da democracia sem, previamente, eliminar de modo radical o atual regime econômico-social. Esta tese negava a possibilidade de qualquer reforma de caráter progressista, eliminava o processo de acumulação de forças através de conquistas parciais e colocava como imediatos os objetivos radicais que devem coroar a luta revolucionária, constituindo a fonte das concepções de “esquerda” que passaram a predominar em nossa orientação política. Preocupados em aplicar “formas de luta mais altas e vigorosas”, iniciamos uma política sistemática destinada a forçar o desencadeamento de greves e de choques violentos com a reação, sem levar em conta as condições concretas e o

grau de consciência das massas, o que nos conduzia muitas vezes a derrotas desnecessárias e a um crescente isolamento. Diante dos ataques reacionários, passamos a desprezar as possibilidades de atuação legal, ainda que subsistissem condições para a sua utilização: as forças fundamentais do Partido foram desviadas para o trabalho clandestino, os comunistas abandonaram os sindicatos e foi dada uma diretiva para a formação de associações profissionais paralelas nas empresas e nos bairros.

Em consequência da execução dessa política, os comunistas perdiam o contato com as massas, abandonavam as posições conquistadas no período da legalidade e se transformavam num agrupamento de agitadores e propagandistas, dia a dia mais afastadas da vida política do país.

50 - O Manifesto de Agosto de 1950 constitui a formulação mais nítida da linha política “esquerdista” e sectária. Esse documento se baseava numa análise unilateral, puramente negativista, dos acontecimentos da época: partia da iminência de uma guerra mundial, apresentada praticamente como uma fatalidade; constatava a existência de uma crise econômica, quando o Brasil entrava precisamente num período em que se acelerava o ritmo de seu desenvolvimento; exagerava os êxitos da ofensiva imperialista e reacionária no país, desconhecendo inteiramente os elementos de resistência nacionalista e democrática.

O Manifesto negava a existência de contradições entre as forças políticas das classes dominantes, atacava indistintamente a todos os partidos e a todos os candidatos e desfazia, deste modo, qualquer possibilidade de aliança com outras correntes políticas para a luta contra o imperialismo norte-americano e seus agentes internos. Enquanto as eleições presidenciais ofereciam uma possibilidade de mudança dos rumos do governo, o Manifesto pregava o abstencionismo eleitoral, abdicando assim o Partido de influir no processo político a fim de derrotar as forças entreguistas e reacionárias.

Em sua parte programática, o documento afastava-se da caracterização que fazíamos da revolução brasileira como uma revolução agrária e



anti-imperialista, ao propor a nacionalização das grandes empresas do capital nacional, medida de caráter socialista que não podia deixar de criar obstáculos à aliança com a burguesia. Demais, pregava a conquista imediata de um governo democrático popular, sob a direção do proletariado, com o objetivo de empreender modificações radicais na estrutura do país, enquanto negava a possibilidade de transformações parciais de caráter anti-imperialista e democrático, dentro dos quadros do atual regime.

A tática traçada no Manifesto, de sentido aventureiro e “putschista”, desprezava o trabalho nas organizações de massas e as formas legais de luta, apelando para a formação de uma “Frente Democrática de Libertação Nacional” e de um Exército de Libertação Nacional, com a finalidade de lutar pela realização imediata do programa revolucionário radical.

As palavras de ordem ultraesquerdistas do Manifesto de agosto não guardavam qualquer correspondência com a realidade política do país, constituíam uma expressão do pensamento subjetivista e do radicalismo pequeno-burguês que dominava a direção do Partido e, conseqüentemente, não podiam ser levadas à prática. Com esse documento, atingiram o auge a política sectária e o afastamento dos comunistas em relação às massas.

51 - A linha “esquerdista” encontrava sua expressão, no terreno da organização partidária, na concepção do Partido como uma seita e na violação sistemática do centralismo democrático e demais princípios de organização do Partido.

Em nossas fileiras prevaleceu durante longo período uma concepção antimarxista do Partido como seita, como pequeno grupo de heróis que deve ser fatalmente obedecido pelas massas, como uma organização que se basta a si mesma e pode resolver as tarefas históricas sem o concurso da verdadeira ação de massas. Esta concepção idealista do papel do Partido contribuía, juntamente com a errônea orientação política “esquerdista”, para o afastamento da maioria dos nossos quadros da ação política em contato direto com o povo.

Ao sectarismo se devem as grosseiras violações dos princípios de organização marxista-leninistas que marcam, de modo geral, todo o nosso passado, mas se acentuaram com a aplicação da linha política “esquerdista” a partir de 1948. O centralismo democrático, princípio diretor da organização e da vida interna do Partido, era sistematicamente infringido. Predominava uma esmagadora centralização, acompanhada de métodos mandonistas, incompatíveis com as normas de convivência entre comunistas. As funções dirigentes eram usurpadas, em cada escalão, pelas direções restritas e, muitas vezes, por um só dirigente. Começava este sistema no próprio Comitê Central, que abdicou do seu papel de instância máxima dirigente do Partido no intervalo entre os Congressos para conferir poderes absolutos Presidium, onde, por sua vez, o domínio incontrastável pertencia ao secretariado nacional. O princípio da direção coletiva, como princípio supremo da direção partidária, reduzia-se assim a um mito.

Em vista da centralização absorvente e dos métodos burocráticos de direção, não existia no conjunto do Partido, a começar do próprio Comitê Central, um clima favorável à livre discussão e à luta de opiniões. A elaboração da política do Partido era monopólio de um grupo extremamente reduzido. O princípio da democracia interna era abertamente infringido e a opinião das organizações e dos militantes sufocada pelos mais variados processos de intimidação. Estes métodos entravavam a iniciativa dos membros e dos organismos e asfixiavam a atividade política das bases, que não podiam converter-se no centro de gravidade da atenção do Partido. O sistema mandonista adquiriu expressão mais acabada no curso do IV Congresso, quando as grosseiras infrações da democracia interna **??de-turpavam?? o que devia ser a máxima manifestação da vontade coletiva** do Partido.

Se bem que a ilegalidade criasse condições propícias a tais fenômenos, sua causa mais profunda reside na concepção sectária do Partido, concepção que se desenvolveu em íntima relação com o sistema do culto à personalidade. Este sistema, que influenciou o movimento comunista em quase todo o mundo, manifestou-se em nossas fileiras através do culto



a Stálin e, em grau menor, mas igualmente condenável, no culto ao camarada Prestes, implicando a violação dos princípios democráticos que devem reger toda a atividade do Partido. Conquanto seja necessário não confundir de forma alguma o culto à personalidade com o prestígio ou a autoridade do dirigente, com a importância e o papel do chefe sob cuja direção as massas trabalhadoras lutam pela transformação revolucionária da sociedade – importância e papel jamais negados pelo marxismo-leninismo –, é preciso reconhecer que em nosso Partido o prestígio popular de Prestes foi muitas vezes utilizado para justificar e reforçar o sistema de violação dos princípios.

52 - A linha “esquerdista” e sectária de tal maneira se contrapunha à realidade que os comunistas, ao tentarem levá-la à prática, eram obrigados a pôr de lado suas indicações. Na medida em que procuravam colocar-se à frente das lutas do povo e integrar-se no processo político em curso no país, os comunistas obtiveram determinados êxitos durante o período de vigência dessa falsa orientação. A própria vida nos impunha, em várias ocasiões, posições táticas acertadas que entravam em evidente contradição com a linha geral que seguíamos.

No período dos governos de Dutra e de Vargas os comunistas constituíram, apesar dos erros cometidos, uma força de grande combatividade na luta contra a exploração imperialista, em defesa da paz, pelas reivindicações dos trabalhadores e pelas liberdades democráticas. Sua atuação foi decisiva no sentido de dar um caráter organizado e de massas à campanha nacional em defesa do petróleo, coroada de sucesso pela criação da Petrobras. Contribuíram ativamente para a eclosão do movimento nacionalista, em cujas primeiras filas sempre se destacaram entre os combatentes mais entusiásticos e desprendidos. A luta pela paz no Brasil, como em todo o mundo, teve nos comunistas a sua força propulsora e a ação corajosa e incansável do Partido exerceu grande influência nos movimentos populares que impediram o envio de tropas brasileiras à Coreia.

Entretanto, a prática de nossa atuação política punha em evidência os erros “esquerdistas” da orientação do Partido e exigia a adoção de novas posições. Nos documentos insistíamos em condenar os erros de direita como o perigo principal, mas na prática éramos levados a enfrentar os erros sectários, que impregnavam a linha política e dificultavam a unidade de amplas forças na luta pela paz, pela emancipação nacional e pela democracia.

Havendo malgrado todos os esforços para aplicar o esquema artificial e subjetivista da Frente Democrática de Libertação Nacional, continuamos a atuar nas organizações de massas existentes, ainda que cometêssemos frequentemente erros sectários. O completo fracasso da política adotada em 1948 no sentido da formação de sindicatos paralelos levou-nos a elaborar em 1952 uma nova orientação sindical, que corrigia em grande medida os erros “esquerdistas”, chamando os comunistas a atuarem nos sindicatos existentes e a lutarem pela unidade de ação dos trabalhadores de diversas tendências. Em lugar de insistir a todo transe na radicalização artificial das lutas, passávamos a admitir o emprego das formas de luta legais e pacíficas, desde as mais elementares, capazes de contribuir para a mobilização política das massas e para a acumulação de forças. A atividade dos comunistas no movimento dos partidários da paz, na campanha de defesa do petróleo etc. contribuiu para aproximá-las de outras forças patrióticas, revelando na prática a necessidade de uma política de frente única e demonstrando, cada dia mais claramente, o caráter sectário da linha expressa no Manifesto de Agosto.

A direção do Partido não foi capaz, no entanto, de empreender uma correção radical de nossa orientação política durante todo o período do governo de Vargas.

53 - Vargas foi eleito à base de uma plataforma que encerrava reivindicações nacionalistas e democráticas, recebendo o apoio de considerável parcela dos trabalhadores e do povo. Em lugar de seguirem a diretiva abstencionista do Partido e votarem em branco, grandes massas – inclusive

parte do eleitorado comunista – votaram em Vargas, que capitalizava para si o sentimento anti-imperialista e oposicionista criado durante as lutas populares contra o governo de Dutra.

O governo de Vargas possuía, desde o seu início, um caráter heterogêneo. A posse do presidente eleito se tornou possível graças ao apoio do setor nacionalista do Exército, tendo à frente o general Estillac Leal, mas o ministério foi constituído através de um compromisso com grupos econômicos e políticos ligados ao imperialismo norte-americano. Se bem que influíssem no governo setores nacionalistas da burguesia e da pequena burguesia, posições de maior importância se encontravam nas mãos de elementos retrógrados e comprometidos com os monopólios estrangeiros.

A política do governo revestia-se, nestas condições, de um caráter dúbio e contraditório. Sob a pressão de forças nacionalistas e populares, Vargas, de um lado, adotou um conjunto de medidas para a industrialização do país, concretizou a solução do monopólio estatal do petróleo, resistiu ao envio de tropas para a Coreia, tentou algumas medidas de restrição ao capital estrangeiro, suspendeu em grande parte as intervenções nos sindicatos e promoveu a revisão do salário-mínimo. De outro lado, cedeu às exigências do imperialismo norte-americano, assinando o Acordo Militar Brasil-Estados Unidos, e adotou medidas de repressão contra os comunistas e os partidários da paz.

Diante do governo de Vargas nosso erro consistia em caracterizá-lo, no seu conjunto, como um “governo de traição nacional” a serviço dos imperialistas norte-americanos, sem distinguir a presença, em seu seio, de forças nacionalistas. Não contribuíamos, desta maneira, para a formação de uma frente única que abrangesse as forças anti-imperialistas de dentro e de fora do governo.

O ataque ao governo em bloco levou a que, em agosto de 1954, o Partido fosse tomado de perplexidade e não estivesse preparado para apoiar Vargas contra o golpe pró-norte-americano desfechado pelo setor entreguista do governo e dos comandos militares, em aliança com o lacerdis-

mo e as forças reacionárias da oposição. Somente após a consumação do golpe, quando se tornava evidente o seu caráter reacionário e pró-imperialista, fomos para as ruas e nos aliamos às massas trabalhistas nas manifestações de protesto contra a intervenção norte-americana na vida interna do país. A crise política de agosto de 1954 revelou, com a máxima clareza, o erro essencial da orientação que vinha seguindo o nosso Partido.

54 - Embora os acontecimentos políticos demonstrassem cada vez mais claramente os erros essenciais de nossa orientação, as ideias dogmáticas e sectárias continuaram a predominar na direção e no conjunto do Partido e se expressaram, em 1954, na política traçada pelo IV Congresso, e em particular no Programa então aprovado.

A elaboração do Programa era fundamentada numa crítica dos erros sectários mais flagrantes do Manifesto de Agosto, porém tal crítica não atingiu a essência de nossa linha política, nem a apreciação errônea e subjetivista da situação do país em que ela se baseava. O mérito do Programa consiste em:

- Caracterizar a etapa atual da revolução brasileira como anti-imperialista e antifeudal e precisar suas tarefas dentro dos limites democrático-burgueses, não incorrendo no erro do Manifesto de Agosto, que propunha a nacionalização das grandes empresas de capital nacional.

- Incluir a burguesia nacional entre as forças revolucionárias corrigindo a concepção “esquerdista” predominante entre os comunistas a partir de 1948, segundo a qual a burguesia era considerada em bloco como pertencente ao campo reacionário.

- Concentrar o fogo da luta contra o imperialismo norte-americano que passava a ser considerado o inimigo principal da nação brasileira.

Todavia, ao lado de tais aspectos positivos e da reafirmação de princípios gerais do marxismo, o Programa era fundamentalmente errôneo e representava uma consolidação das concepções dogmáticas e sectárias que preponderavam na direção do Partido.

Ao elaborar o Programa não compreendíamos, em toda a sua profundidade, as transformações essenciais na situação mundial que criavam a possibilidade real de impedir as guerras em nossa época. Não percebíamos, igualmente, que nas novas condições internacionais as formas de conquista do poder e de construção do socialismo se tornavam cada vez mais variadas, conforme a situação particular de cada país, e surgia em uma série de países a possibilidade de um caminho pacífico da revolução.

Presos a esquemas e fórmulas gerais sobre a revolução anti-imperialista e antifeudal nos países coloniais e dependentes, não fomos capazes de empreender uma análise objetiva da realidade brasileira, deixando de perceber as transformações que se acumulavam na estrutura econômica e nas instituições políticas de nosso país.

Contrariando os fatos, o Programa descrevia a situação econômica do país como de estagnação. Ao focalizar somente a penetração imperialista e deixar de ter em conta as forças que a ela se opõem, formulava a tese errônea, de caráter fatalista, sobre a colonização crescente do Brasil. Essa tese fundamentava a concepção da revolução em curto prazo e a prática de uma política profundamente sectária.

Uma vez que não dávamos atenção ao desenvolvimento capitalista nacional, era inevitável que desconhecêssemos os fenômenos dele resultantes: não apreciávamos corretamente as modificações que ocorriam na estrutura social e, concomitantemente, na vida política do país. Não percebíamos que a burguesia brasileira, interessada no desenvolvimento independente da economia nacional, aumentava sua influência não só nos partidos políticos e no Parlamento como também no próprio governo. Com a participação da burguesia no poder, mudava parcialmente o caráter de classe do Estado, bem como a natureza do governo. Era errônea, portanto, a caracterização que no Programa de 1954 se fazia do Estado brasileiro

como de um Estado de latifundiários e grandes capitalistas a serviço do imperialismo norte-americano. Não compreendíamos que a burguesia se esforçava para utilizar os órgãos do Estado a fim de impulsionar o desenvolvimento do capitalismo nacional e, com isto, oferece obstáculos à dominação imperialista, gerando-se focos de atritos no aparelho estatal entre os interesses nacionais e os interesses monopolistas estrangeiros.

Partindo de premissas errôneas na conceituação do caráter do Estado, não analisávamos corretamente as modificações que se verificavam no regime político em consequência do processo de democratização resultante das mudanças ocorridas na estrutura econômica e da ação das forças sociais progressistas. Constatávamos somente as limitações antidemocráticas, os aspectos reacionários, os atentados às liberdades, quando o movimento operário restabelecia em grande parte a liberdade sindical e as massas ampliavam cada vez mais a prática da democracia. A Constituição era definida no Programa como um “código de opressão”, quando, na verdade, não obstante expressar aspectos retrógrados da sociedade brasileira, consagra as liberdades democráticas e importantes direitos sociais das massas. Proclamávamos que as eleições constituíam “uma farsa” e, entretanto, as massas nos ensinavam que por meio delas era possível modificar a composição do Parlamento e do governo e influir nos destinos do país. Com essa posição negativista e unilateral em face do regime político existente, renunciávamos à utilização completa das possibilidades de atuação legal e recorriamos frequentemente a formas de luta aventureiras, o que nos conduzia ao isolamento em relação às massas.

55 - No que se refere às contradições existentes na sociedade brasileira, não compreendíamos de maneira correta a relação entre a contradição que opõe a nação ao imperialismo norte-americano e seus agentes internos e a contradição entre as forças produtivas e o monopólio da terra. Colocávamos subjetivamente essas contradições no mesmo plano, não percebendo que a primeira delas se tornava a principal no presente momento, a que exerce influência dominante sobre os processos da vida eco-

nômica e política do país, enquanto o desenrolar da luta agrária, em que pese sua importância fundamental, se subordina ao curso da luta anti-imperialista. Em vista desse erro básico, não avaliamos devidamente as condições cada vez mais favoráveis para unificar amplas forças contra o imperialismo norte-americano e seus agentes internos, inimigo principal da nação.

Nossa posição sectária no problema da frente única relacionava-se de perto com a incompreensão a respeito do papel da burguesia na revolução. No Manifesto de Agosto não a incluíamos entre as forças revolucionárias. A correção deste erro no Programa aprovado pelo IV Congresso foi parcial, visto que identificávamos a chamada “burguesia nacional” apenas com a média burguesia, e sobretudo porque não reconhecíamos a influência já exercida pela burguesia brasileira, na vida política e no próprio aparelho estatal, como um fator de resistência à exploração imperialista. Afirmando que os latifundiários e os grandes capitalistas brasileiros tinham identidade de interesses com os imperialistas norte-americanos – como se dizia no Programa de 1954 –, e não podíamos utilizar devidamente as contradições que os separam, ampliávamos injustificavelmente o campo dos inimigos e reduzíamos a amplitude da frente única. Sem apreciar acertadamente a importância do fator nacional na revolução e preocupados em ganhar as massas para a realização imediata de transformações revolucionárias radicais, entendíamos que o golpe principal devia ser dirigido contra a burguesia nacional reformista. Desta maneira, cometemos graves erros na política de aliança com a burguesia. Em determinadas ocasiões, não contribuimos para agrupar, e sim para dividir, as forças que podem lutar contra a exploração imperialista norte-americana.

A influência do subjetivismo se manifestava na maneira como concebíamos o processo de organização da frente única. Contrariando a indicação leninista de que as formas de luta e de organização política surgem da própria realidade e correspondem às condições concretas do processo revolucionário, criamos subjetivamente um modelo pré-fabricado – o da Frente Democrática de Libertação Nacional –, e nos esforça-

mos durante muito tempo, sem êxito, para levá-lo à prática. Deixamos de perceber, assim, o processo de formação da frente única, que se dava na própria realidade e que decorria não só de condições objetivas como também da ação das forças patrióticas e da atuação dos comunistas. Não compreendemos, senão com grande atraso, o papel do movimento nacionalista como frente única, embora incipiente, das forças nacionalistas e democráticas.

A hegemonia do proletariado na frente única era concebida de maneira mecânica, como uma imposição prévia a outras forças e não como o resultado de um processo paulatino e de um trabalho paciente, em que se associam a experiência política das massas e a ação persuasiva e acertada dos comunistas. Esta concepção errônea nos conduzia a trabalhar somente com os aliados – evidentemente poucos – que se submetiam previamente a nossos pontos de vista. Atuávamos de modo sectário e intolerante em face de amplos setores de diferente orientação política e ideológica, empenhados, porém, de uma ou outra maneira, na luta por objetivos anti-imperialistas e democráticos. Fazíamos esforços para criar organizações de frente única com a preocupação de impor antecipadamente a direção exclusiva dos comunistas, sem dar atenção à necessidade de torná-las verdadeiras organizações de massas, bem como de atuar em qualquer tipo de organização em que a massa se encontre. Ao invés de ampliar a influência da vanguarda da classe operária, tais esforços conduziam ao isolamento dos comunistas, cuja liderança se exercia apenas sobre um círculo estreito de simpatizantes.

Igualmente subjetivista era a maneira como figurávamos a aliança operário-camponesa. Dominados pela ideia da revolução em curto prazo, não levávamos em conta o nível real atingido pelo movimento camponês, o atraso político das massas camponesas no Brasil, a necessidade de utilizar as formas legais de atuação para organizar e esclarecer politicamente os trabalhadores do campo. Daí a impaciência em radicalizar as organizações e lutas camponesas, a tendência generalizada de pretender transformar rapidamente toda e qualquer luta no campo em luta armada



pelo confisco da terra, o que nos levou, após muitos anos de esforços, a não consolidar o movimento de massas no campo.

56 - Nossas concepções dogmáticas determinaram uma falsa compreensão do caminho da revolução brasileira. Não fomos capazes de distinguir na experiência das revoluções realizadas em outros países – particularmente na russa e na chinesa – os traços essenciais, válidos para todos os países, e os aspectos particulares e mesmo singulares, cuja repetição não pode ser obrigatória em outras condições. Daí por que julgávamos o caminho da luta armada como o único admissível para a revolução brasileira, sem perceber que, dentro das novas condições do Brasil e do mundo, havia surgido a possibilidade real de um outro caminho revolucionário por vias pacíficas. Partindo da ideia, expressa no Programa de 1954, de que vivemos num “regime de reação e terror”, o que constitui evidente deformação unilateral da realidade, não víamos que existe um processo de democratização da vida política do país, em virtude do qual se criam condições para a utilização dos meios legais de luta pelas forças nacionalistas e democráticas.

Acreditávamos ser possível ganhar as massas para a revolução colocando como tarefas imediatas as transformações revolucionárias radicais, ao invés de nos integrarmos na vida política corrente e lutar pelos objetivos revolucionários partindo das condições reais e da correlação de forças existentes. A tática, para nós, se reduzia assim à pura agitação e ao desencadeamento de lutas, que procurávamos levar em quaisquer condições às formas mais extremas, visando com isso a ganhar as massas para o programa revolucionário, enquanto esperávamos a chegada do momento propício em que, por meio da insurreição, substituiríamos as classes no poder. Só víamos, deste modo, a meta a atingir, que colocávamos arbitrariamente como objetivo imediato, e não o movimento real no qual devíamos nos integrar, procurando conduzi-lo no sentido da meta revolucionária. Em consequência dessa atitude de isolamento sectário, aumentava o desligamento do Partido em relação às massas e não conse-

guíamos acumular forças para a realização das transformações revolucionárias que apregoávamos.

Contrapúnhamos mecanicamente aos governos existentes um governo capaz de realizar as transformações radicais, sem admitir as formas intermediárias, as formas de aproximação de um poder revolucionário. Não víamos a possibilidade da formação de um governo nacionalista e democrático, ainda dentro dos quadros do atual regime, capaz de abrir caminho para uma nova correlação de forças que possibilite empreender as transformações radicais. A falta de perspectiva de modificação da política do país através de um governo nacionalista e democrático reduzia nossa atividade à agitação e propaganda de palavras de ordem revolucionárias, enquanto no terreno da ação política ficávamos circunscritos a campanhas isoladas em torno de objetivos parciais como a defesa do petróleo, a luta contra o envio de tropas à Coreia, a campanha pela proibição das armas atômicas.

A essência de nossos erros políticos consiste, portanto, numa compreensão “esquerdista” do processo revolucionário, numa concepção falsa que nos levou a desconhecer o curso de desenvolvimento gradual, necessário e inevitável em certa etapa, para admitir tão-somente a transformação qualitativa, em que ele deve culminar.

57 - Os erros fundamentais da linha geral que seguimos nos últimos anos têm como fonte comum o subjetivismo, que impregnou nosso pensamento político. Por um lado, encarávamos os ensinamentos do marxismo-leninismo como dogmas abstratos, como fórmulas uniformemente aplicáveis a todos os países, sem exame das particularidades concretas do seu desenvolvimento histórico. Por outro lado, menosprezávamos o estudo da realidade brasileira, perdíamos de vista o movimento real, os processos que estavam em curso na vida econômica e política do país. Nossa política não era, assim, a decorrência direta das condições objetivas do Brasil, mas uma adaptação mecânica de fórmulas gerais ou de experiências acertadas em outras partes do mundo. Não soubemos, em suma, aplicar corretamen-



te os princípios universais de marxismo-leninismo às particularidades específicas do nosso país.

58 - A orientação política definida no Programa e nos documentos do IV Congresso logo se revelou em flagrante contradição com a realidade. Em face da campanha presidencial de 1955, o Partido se viu obrigado a colocar de lado algumas teses fundamentais neles contidas para dar passos efetivos em sua ação política.

Enquanto o Programa desdenhava as eleições como meio de luta, o Partido era forçado pelas circunstâncias a elaborar sua tática em função da luta sucessória, considerando-a o “elo principal” na cadeia dos acontecimentos políticos. Enquanto o Programa situava como objetivo imediato um governo sob a direção do proletariado, capaz de empreender transformações revolucionárias radicais, negando a viabilidade de qualquer progresso no sentido da emancipação nacional e da democracia dentro dos marcos do atual regime, a tática estabelecia como objetivo imediato a eleição de um Presidente da República capaz de realizar uma plataforma de defesa da paz, de reivindicações nacionalistas e democráticas, exequíveis dentro da presente estrutura econômico-social. O esquema da frente democrática de libertação nacional era posto à margem, e na prática o Partido evoluía para uma política de alianças com as forças que se opunham ao golpe de 24 de agosto e ao governo de Café Filho, marchando para integrar-se no movimento nacionalista, embora sua atividade se ressentisse de fortes tendências sectárias.

Quando dos acontecimentos de 11 de novembro, os comunistas se integraram ao conjunto das forças que defendiam a legalidade democrática e a posse do governo eleito pelo povo. Com a formação do governo heterogêneo do senhor Juscelino Kubitschek, do qual participava um setor nacionalista ao lado de grupos ligados ao capital monopolista estrangeiro, tornou-se ainda mais evidente o erro do Programa, que caracteriza os governos brasileiros, em seu conjunto, como “governos de traição nacional”, assim como a orientação tática “esquerdista” e aventureira que pregava a “derrubada do atual governo”.

Entretanto, no Informe político de janeiro de 1956, o Comitê Central afirmava ainda que “a vida vem comprovando dia a dia a justeza do Programa do Partido e da linha geral traçada pelo IV Congresso.”. A contradição chocante entre o Programa e a tática desorientava profundamente os militantes e impedia a atuação política acertada dos comunistas no movimento de massas. Já então a direção do Partido demonstrava-se incapaz de empreender uma análise crítica aprofundada da linha “esquerdista” e sectária. Amadureciam, porém, as premissas objetivas para uma ruptura radical com as concepções que entravam em choque com a vida e constituíam empecilho ao desenvolvimento de nossa atividade. A própria experiência do Partido em sua atuação política vinha indicando, há vários anos, a necessidade de substituir teses já superadas, e sugerindo os elementos novos que deviam constituir uma linha política derivada da realidade.

59 - O XX Congresso do PCUS foi o grande acontecimento que levou o nosso Partido a reexaminar suas concepções políticas e teóricas.

No curso dos intensos e prolongados debates que as teses do XX Congresso suscitaram em nossas fileiras, os comunistas brasileiros submetem à crítica os graves erros de caráter dogmático e sectário que impregnavam a orientação política e toda a atividade do Partido. As contradições que se acumulavam no seio do Partido, em consequência da infração sistemática dos princípios marxista-leninistas, manifestaram-se abertamente durante as discussões.

Apesar das deformações que sofreu e dos sérios erros cometidos pela direção do Partido na sua condução, o debate alcançou resultados positivos para o desenvolvimento do Partido. Conduziu na prática à aplicação do princípio da democracia interna, possibilitando que os comunistas opinassem sobre os problemas fundamentais da linha política e da organização do Partido. Surgiram no curso das discussões, ao lado de teses falsas, opiniões justas e construtivas. Começou a formar-se no Partido um clima favorável ao exercício amplo e livre da crítica, sobretudo da crítica vinda



de baixo, que anteriormente era sufocada. Com o debate, o Partido adquiriu uma compreensão mais clara dos seus próprios erros e defeitos, o que constitui uma etapa necessária no caminho da sua correção. Iniciaram-se a crítica do Programa do IV Congresso e a elaboração dos elementos de uma nova linha política.

Ao sobrevirem os acontecimentos que se sucederam ao XX Congresso, revelou-se, porém, a fraqueza da direção do Partido, que se mostrou despreparada, política, teórica e ideologicamente para enfrentar as questões apresentadas naquelas circunstâncias. O Comitê Central e o Presidium não foram capazes de realizar uma análise séria e equilibrada das novas teses levantadas no XX Congresso, e especialmente da crítica formulada ao culto à personalidade e aos erros do último período da atividade de Stálin. A direção do Partido foi incapaz de reconhecer o que havia de novo naquelas teses e de empreender uma análise autocrítica da atividade partidária, incapaz, portanto, de dirigir o debate no sentido de encontrar as justas soluções para os problemas em discussão, baseadas nos princípios marxista-leninistas e no estudo da realidade brasileira. A debilidade ideológica da direção manifestou-se claramente na perplexidade de que foi tomada ante a campanha de calúnias e os ataques da reação mundial em face das decisões do XX Congresso do PCUS, no grande atraso com que foram iniciadas as discussões no Comitê Central, no fato de que a maioria dos dirigentes, sobretudo os mais responsáveis, omitiu-se do debate pela imprensa. Muitas das teses antissoviéticas, que caluniavam a URSS e o PCUS, bem como teses revisionistas e liquidacionistas, negando o marxismo-leninismo e o Partido Comunista, haviam surgido dentro do próprio Presidium e, assim fortemente escoradas, ganhavam membros do Comitê Central e outros elementos do Partido. De outro lado, o Comitê Central, e particularmente o Presidium, não ingressaram a tempo no caminho da correção dos erros, mantiveram-se durante muitos meses aferrados às posições dogmáticas e sectárias e, na prática, ao invés de travarem a luta no plano ideológico, recorreram a medidas puramente administrativas e a métodos de coação que faci-

litaram a atividade dos elementos fracionistas e revisionistas contra a unidade do Partido.

60 - Os erros da direção do Partido na condução da luta interna contribuíram para abrir caminho às concepções revisionistas e às atividades antipartidárias que se manifestaram em nossas fileiras após o XX Congresso do PCUS. Certo número de membros do Partido se desorientou com a revelação dos erros ligados ao culto à personalidade de Stálin, cedeu ao impacto da propaganda caluniosa do imperialismo e resvalou, sob a influência da ideologia burguesa, para posições contrárias aos princípios marxista-leninistas.

A essência das posições revisionistas em nosso Partido, como em todo o movimento comunista mundial, consistiu na negação dos princípios gerais do marxismo-leninismo.

O princípio fundamental da política dos comunistas, a hegemonia do proletariado, foi negado pelos revisionistas, sob o falso argumento de que seria sectário e prejudicial ao movimento revolucionário disputar sua direção com a burguesia, uma vez que esta pode dirigir conseqüentemente a revolução anti-imperialista e antifeudal. A luta pela hegemonia do proletariado era postergada, por alguns, para outra fase da revolução, o que na prática só pode significar a abdicação do proletariado ao seu papel dirigente no movimento revolucionário. Concomitantemente, surgiram opiniões de que as massas camponesas têm, nas condições específicas do Brasil, papel secundário na revolução e que, por conseguinte, são dispensáveis os esforços para se construir a aliança da classe operária com os camponeses. Todas essas teorias tinham como objetivo justificar o abandono das posições de classe do proletariado, a pregação aberta da conciliação de classes com a burguesia e a renúncia a uma posição independente dos comunistas dentro da frente única.

As concepções revisionistas se expressam, no terreno organizativo, na negação da necessidade do Partido Comunista como organização de vanguarda da classe operária e na propagação de teses liberais e anárquicas,



em contraposição aos princípios leninistas de organização do Partido. Por um lado, os revisionistas tentaram liquidar o Partido, considerando-o um tipo de organização historicamente superado e afirmando que a frente nacionalista seria suficiente para a condução do movimento revolucionário. Por outro lado, a pretexto de combater os erros sectários e os métodos mandonistas, passaram a pregar o abandono do centralismo democrático como princípio diretor da estrutura partidária, sob a alegação de que se trata de um princípio antiquado, que impede a expansão do Partido e cerceia a liberdade de opinião. Opondo-se à concepção leninista de partido, defendiam o direito à existência de frações, liberdade para a ação autônoma de minorias e a independência dos organismos inferiores em relação aos superiores, pretendendo justificar suas teses com a necessidade de “democratização” do Partido.

Sob a influência da propaganda ideológica do imperialismo, os revisionistas abandonaram as posições do internacionalismo proletário. Falsando a significação dos erros cometidos na URSS em relação com o culto à personalidade, passaram a atacar a União Soviética, a negar o caráter socialista do regime soviético e a fazer coro com a imprensa reacionária em todas as calúnias propaladas a respeito da questão da Hungria.

A causa do surto revisionista em nosso Partido reside não apenas na pressão ideológica exercida pela propaganda imperialista, mas igualmente no crescimento da influência política e ideológica da burguesia brasileira, que se reflete em nossas fileiras. Com o desenvolvimento capitalista que se processa no país, a burguesia se fortalece do ponto de vista político e, a fim de defender seus interesses contra a ação dos monopólios estrangeiros, levanta bandeiras de caráter nacional e democrático. Alguns setores do Partido, abandonando as posições de classe do proletariado e não levando em conta o duplo caráter da burguesia, tentam apagar as contradições que a contrapõem aos operários, idealizam as possibilidades da burguesia como força dirigente da revolução, perdem inteiramente de vista o exclusivismo dos interesses da burguesia e a consequência que é inerente à sua natureza de classe exploradora. Essas

ilusões surgem tão mais facilmente quando a classe operária é aliada da burguesia numa ampla frente nacionalista e democrática para a luta comum contra o imperialismo.

No curso da luta interna que se travou em nossas fileiras após o XX Congresso do PCUS, alguns dos portadores de tendências revisionistas passaram do campo das divergências para o da luta fracionista aberta e se entregaram a atividades antipartidárias. A defesa da unidade do Partido tornou necessária, nestas circunstâncias, a adoção de medidas contra as atividades fracionistas.

61 - Em consequência dos graves erros cometidos pela direção do Partido na condução da luta interna, e da sua incapacidade de tomar firmemente o caminho da autocrítica, foram necessárias e oportunas as medidas adotadas no Pleno do Comitê Central de agosto de 1957, que recompôs o Presidium e o Secretariado. O afastamento de alguns camaradas do Presidium objetivou facilitar o avanço no caminho de uma nova orientação política e empreender a correção dos erros já condenados pelo Partido.

O debate teve o mérito de mostrar a inconveniência de permanecer no Presidium quem quer que, com maiores responsabilidades, houvesse contribuído para a irrupção das ideias revisionistas no seio do Comitê Central ou quem quer que mais se tivesse apegado ao dogmatismo e ao sectarismo. As ideias revisionistas e a velha linha dogmática, que constituía um corpo de concepções e métodos estranhos ao marxismo-leninismo, precisavam ser removidas e, com elas, seus mais aferrados seguidores no Presidium.

As modificações na direção facilitaram ao Comitê Central adotar nova linha política, aprovada no Pleno de março de 1958 e exposta na Declaração dada a público na mesma época.

62 - A partir de 1958, os comunistas guiaram sua atuação política pela Declaração de Março, lutando para fortalecer a frente única, modi-

ficar a política e a composição do governo e conquistar um governo de caráter nacionalista e democrático.

A mudança de orientação contribuiu para uma integração maior dos comunistas na vida política do país e favoreceu a legalização dos dirigentes partidários e sua atuação pública. Rompendo com o isolamento sectário, que foi a característica predominante de nossa atividade no decênio após a cassação do registro do PCB, assinala-se uma participação mais ativa dos comunistas nos movimentos de frente única nacionalista e democrática, bem como o estreitamento dos contatos e da unidade de ação com outros partidos e correntes nacionalistas e populares.

Coube aos comunistas um papel saliente na denúncia da política econômico-financeira parcialmente executada sob inspiração do FMI. Cedendo à pressão dos interesses monopolistas estrangeiros e aos grupos entreguistas, o governo do senhor Kubitschek vem realizando uma política de compromissos com o capital alienígena e adotou medidas financeiras incompatíveis com os interesses nacionais. Entretanto, o movimento nacionalista obteve êxitos importantes na luta contra essa política: impediu a aplicação total do chamado *Programa de Estabilização Monetária* e a execução completa da reforma cambial; obrigou o governo a romper as negociações com o FMI, ato que alcançou grande repercussão nacional e internacional; desalojou do poder a camarilha de agentes mais ostensivos do imperialismo, constituída por Lucas Lopes, Roberto Campos e outros; defendeu com sucesso o monopólio estatal do petróleo contra os repetidos assaltos do imperialismo.

Empenhando-se na unificação do movimento sindical e intensificando sua atuação nos sindicatos, os comunistas contribuíram para as vitórias parciais alcançadas pelos trabalhadores na luta em defesa do seu nível de vida. Embora a política econômico-financeira do governo tenha conduzido a um sério agravamento da carestia de vida e à redução do salário real, a reação não logrou impor o congelamento de salários pretendido no *Programa de Estabilização Monetária*. Como fruto de uma campanha de âmbito nacional, os trabalhadores obtiveram a revisão dos níveis de salá-

rio-mínimo em bases extraordinárias. Sob pressão do movimento sindical e das lutas grevistas, foram conseguidos aumentos anuais de salários na quase totalidade das categorias profissionais.

Em que pesem as manobras reacionárias de alguns círculos do governo, as liberdades democráticas foram mantidas e, em certa medida, ampliadas, embora subsistam restrições injustificáveis aos direitos dos comunistas. A anulação da ordem de prisão preventiva contra Prestes e outros comunistas, sua absolvição em um dos processos a que respondiam e a legalidade de fato desfrutada pelos comunistas em sua atuação política representam importantes conquistas democráticas.

A luta por uma política exterior independente, de paz e amizade com todas as nações não foi ainda coroada de êxito, mas o governo do senhor Kubitschek tem sido obrigado a dar passos para uma aproximação do Brasil com os países socialistas, permitindo maior intercâmbio cultural e estabelecendo relações comerciais com a União Soviética, mediante a assinatura de um convênio.

Em suma, o movimento de massas não atingiu até hoje um nível que possibilite radical mudança de rumos do país no sentido de uma política nacionalista e popular. De outra parte, porém, o imperialismo norte-americano e a reação interna não largaram impor um retrocesso em relação às conquistas já realizadas, nem deter o processo de acumulação de forças que se desenvolve no campo nacionalista e democrático.

Um dos resultados mais significativos das lutas travadas pelo povo brasileiro, nestes dois anos, foi precisamente o fortalecimento da frente única, que se expressa nas ações unitárias dos setores patrióticos de diversos partidos ao lado de organizações populares, no papel cada vez mais importante que desempenha a Frente Parlamentar Nacionalista, nas vitórias eleitorais dos candidatos nacionalistas, no progresso do movimento operário e estudantil, na atuação destacada da corrente anti-imperialista das forças armadas.

Os comunistas vêm desempenhando uma função de grande importância nesse processo. Um número crescente de organizações e militantes,



à medida que abandonam as posições sectárias, voltam-se para o trabalho à maneira nova nas entidades de massa, o que tem possibilitado aos comunistas colocarem-se à frente de diversas lutas populares e aumentarem sua influência nas organizações de frente única. Particular referência merece o fortalecimento das posições dos comunistas no movimento sindical, onde a nossa ação tem sido por vezes decisiva no sentido de impulsionar o processo de unidade da classe operária. A correção dos erros sectários que dificultavam a atuação dos comunistas nos órgãos superiores do movimento sindical, nas federações e confederações, vem permitindo a realização de ações unitárias de maior envergadura, em escola local e nacional, e a marcha progressiva para a unificação orgânica do movimento sindical. Com a intensificação da nossa atividade entre os estudantes, foram superadas as dificuldades surgidas após o XX Congresso, e as organizações de estudantes comunistas cumprem destacado papel no movimento estudantil.

Apesar das discriminações antidemocráticas que restringem a atividade eleitoral dos comunistas, sua participação nas últimas campanhas eleitorais foi mais ativa do que nas anteriores. Contribuindo para a formação de diversas coligações eleitorais vitoriosas, os comunistas atuaram nessas alianças com uma amplitude sem precedentes. Nosso contingente eleitoral concorreu, por vezes de maneira decisiva, para a eleição de numerosos candidatos nacionalistas e populares, inclusive representantes da classe operária, o que nos permitiu alcançar nas eleições de 1958 os melhores resultados desde 1947.

63 - A prática tem comprovado o acerto da linha política traçada na Declaração de Março de 1958, no que diz respeito aos seus aspectos essenciais. Entretanto, na realização desta política manifestam-se, na direção e em todos os escalões do Partido Comunista, tendências errôneas de esquerda e de direita, prejudiciais à correta orientação do movimento operário e da luta anti-imperialista e democrática.

As tendências esquerdistas mais frequentes consistem no seguinte:

a) Encarar com reservas ou hostilidade o movimento nacionalista, con-

siderando que participar desse movimento significaria submeter-se à hegemonia da burguesia e abandonar a posição independente que deve manter a classe operária. Essa atitude decorre de uma concepção mecânica da hegemonia do proletariado, da incompreensão do fato de que esta só pode realizar-se através de um processo concreto, árduo e paulatino de luta, durante o qual a classe operária marcha em aliança com as demais classes e camadas anti-imperialistas, inclusive com a burguesia, ao mesmo tempo que combate suas vacilações e tendências ao compromisso. O alheamento sectário dos operários, e em particular dos comunistas, em face do movimento nacionalista, embora aparente ser uma atitude ultrarrevolucionária, conduziria na prática a uma capitulação oportunista, abandonando a luta anti-imperialista à influência exclusiva dos elementos burgueses e pequeno-burgueses, à sua direção inconsequente.

b) Opor-se de modo mais ou menos aberto à ideia da aliança com a burguesia, sob o pretexto de que o proletariado deve aguçar ao máximo a luta de classes para defender seus interesses. Os portadores dessa tendência não compreendem que a contradição entre a classe operária e a burguesia só pode ser resolvida numa etapa posterior da revolução, na etapa socialista. A luta de classes entre operários e patrões é inevitável e necessária, uma vez que resulta da contradição objetiva existente entre explorados e exploradores, mas o interesse da classe operária consiste em conduzir esta luta de forma adequada. Encerrar-se nos estreitos marcos das reivindicações econômicas contra os patrões significa renunciar à luta política anti-imperialista e adotar o mais vulgar “economismo”.

c) Negar o caráter heterogêneo do governo e considerá-lo, em conjunto, um governo entreguista e reacionário. Os camaradas que mantêm tal opinião não levam em conta uma particularidade importante da situação brasileira – o fato de que os entreguistas se encontram não



apenas no governo, mas também na oposição, e que o imperialismo norte-americano pressiona o governo não só de dentro, mas também por meio de grupos oposicionistas reacionários. Atacar o governo em bloco, sem distinguir a presença do setor nacionalista, seria fazer o jogo da oposição reacionária e entreguista que, ao combater o governo, tem em vista precisamente alijar os elementos nacionalistas e eliminar os aspectos positivos de sua política.

d) Não confiar na possibilidade de um caminho pacífico para a revolução brasileira, em sua etapa atual. Essa tendência se traduz no menosprezo pelas formas locais de luta, no alheamento de numerosos comunistas em face das organizações de massas, no saudosismo pelas formas de luta de tipo aventureiro, na subestimação das eleições e da luta eleitoral como instrumento de ação política. As raízes de tal concepção errônea são, de um lado, a incompreensão de que a correlação de forças no plano mundial se tornou favorável ao socialismo e à luta dos povos pela libertação nacional e, de outro lado, a incompreensão de que o processo de democratização em curso no país exige a utilização das formas de luta legais e políticas. À base dessa tendência encontra-se a ideia falsa, predominante por muitos anos nas fileiras comunistas, de que somente os meios de luta ilegais ou violentos, ou somente a luta armada, podem ser considerados revolucionários. Entretanto, a atitude desdenhosa em relação às formas de lutas legais e pacíficas, o menosprezo pelo trabalho paciente nas organizações de massa, nos sindicatos, no Parlamento etc. nada têm de revolucionário nas condições atuais, porquanto condenariam os comunistas a se isolarem das massas, a se afastarem da atuação efetiva no cenário político e a abandonarem as massas à influência de forças políticas não proletárias.

A realização acertada da política do Partido exige o combate intransigente às concepções dogmáticas e sectárias que, muitas vezes revestidas

por uma fraseologia ultrasquerdista e por pretensa defesa dos princípios, não fazem senão alimentar a passividade oportunista e o afastamento da luta política real. Atentos para eliminar os erros de esquerda, que possuem antigas raízes no Partido, cumpre-nos igualmente combater os erros de direita que se manifestam em nossa atividade.

Entre as tendências de direita destacam-se as seguintes:

a) Interpretar a aliança com a burguesia como ausência de contradições entre a classe operária e os capitalistas nacionais, pregando o amainamento da luta de classes sob o pretexto de fortalecer a frente única. Ao aliar-se com a burguesia no movimento nacionalista, a classe operária não pode desconhecer que entre ela e os capitalistas brasileiros não há somente motivos de unidade, mas também contradições e luta. Essas contradições são inevitáveis, determinadas pelas causas objetivas relacionadas com o caráter de classe das forças sociais que participam da frente única. A luta da classe operária contra o agravamento da exploração capitalista e contra as vacilações da burguesia diante do imperialismo, em lugar de enfraquecer e dividir a frente única, tem como objetivo imprimir firmeza ao movimento revolucionário, ampliar a sua base com a participação das massas trabalhadoras e impulsionar a própria burguesia no sentido de uma posição mais consequente em favor da emancipação nacional.

b) Considerar a possibilidade do caminho pacífico da revolução como uma colaboração idílica entre as classes, como algo semelhante à “paz social”. Os portadores dessa concepção supõem que as forças nacionalistas e democráticas, porque contam com a superioridade do ponto de vista histórico, podem obter a vitória espontaneamente, sem travar duras lutas e entrar em choque com o imperialismo americano e seus agentes internos. Alguns camaradas confundem caminho pacífico com passividade e espontaneísmo, sem compreender que a possibilidade do caminho pacífico só pode ser assegurada pela luta de massas, que não exclui choques e conflitos. É radicalmente errôneo identificar



o caminho pacífico à conciliação de classes, quando não é senão a realização das tarefas revolucionárias, sem a inevitabilidade do recurso à insurreição armada e à guerra civil.

c) Preconizar uma posição de conformismo e passividade diante do governo e de sua política. Persistem em certos setores do Partido tendências a apoiar os atos positivos do governo e a criticar de modo inconsequente seus atos negativos, sem lutar por mudanças substanciais na política e na composição do atual governo, pela substituição dos elementos entreguistas por nacionalistas e democratas, . Essa tendência leva ao enfraquecimento da luta pela formação de um governo nacionalista e democrático, que constitui o centro de toda a nossa tática. Há quem interprete a luta contra as medidas antinacionais e antipopulares do governo como uma ação divisionista, capaz de favorecer a oposição entreguista e prejudicar a unidade com o setor governamental que defende posições nacionalistas. Entretanto, o ataque aos aspectos negativos do governo, longe de prejudicar a frente única e criar dificuldades ao setor nacionalista governamental, é um fator importante para reforçar suas posições. Por um lado, uma atitude de passividade diante do governo significaria, para as forças nacionalistas e populares, abster-se de intervir na luta que se trava dentro do próprio governo entre os patriotas e os entreguistas, o que importaria numa ajuda, por omissão, aos grupos antinacionais. Por outro lado, se o combate aos erros do governo não for feito pelos patriotas, com o objetivo de modificar sua política em favor do nacionalismo, os entreguistas e reacionários da oposição tratarão de capitalizar o descontentamento popular em benefício de suas posições.

64 - O problema das relações entre nosso Partido e o movimento comunista internacional, suscitado no debate que sucedeu ao XX Congresso, foi solucionado mediante a correção dos erros do passado e a observância acertada do princípio do internacionalismo proletário.

Nosso erro anterior consistiu em não termos adotado uma atitude crítica em face das experiências dos outros partidos comunistas e operários. Em relação aos documentos e decisões do PCUS tomávamos comumente a posição errônea de considerá-los como diretivas obrigatórias, às quais devíamos submeter toda a nossa atividade. Guiados por uma falsa compreensão do internacionalismo proletário, não tínhamos em conta o quanto é errôneo transplantar experiências de outros países para condições de tempo e lugar inteiramente diferentes. Não compreendíamos que cabe aos comunistas brasileiros conhecer as condições concretas da luta e traçar a linha acertada correspondente a estas condições, tomando em consideração as tradições e características de nosso país e a experiência do movimento operário mundial.

Sob a influência de ideias nacionalistas burguesas, formou-se na direção de nosso Partido a estranha opinião de que nos comunistas brasileiros recaía a missão de exercer uma espécie de papel dirigente em relação aos partidos irmãos da América Latina. Tais ideias não podem deixar de ser submetidas à crítica e rejeitadas.

A experiência demonstra que as relações entre os partidos comunistas, baseadas na unidade de objetivos do movimento comunista mundial, não podem ser outras senão de igualdade e independência, ajuda mútua e solidariedade, crítica fraternal e não ingerência nos assuntos internos de uns pelos outros. Sobre uma base firme de princípios é possível resolver controvérsias e encontrar o caminho de unidade e da harmonia de interesses entre os partidos comunistas. Para a luta vitoriosa contra o inimigo comum são necessárias, igualmente, a troca de experiências e as relações bilaterais e multilaterais entre os partidos comunistas e operários, cuja unidade se fortalece continuamente.

65 - A participação aberta dos comunistas na atividade política, a correção das concepções sectárias e dos métodos errôneos vêm possibilitando a superação gradual, porém efetiva, da grave situação em que se encontrava a organização partidária após o XX Congresso e os debates travados



em suas fileiras. À medida que os comunistas intensificam sua atuação política, tendem a crescer as fileiras partidárias com o recrutamento de novos militantes.

O esforço empreendido para a aplicação do centralismo democrático, visando particularmente à correção dos erros sectários no terreno da organização, tem alcançado resultados positivos, malgrado certas deformações subsistentes. As eleições se tornaram norma e, nos organismos intermediários e de base, a escolha das direções se processa, via de regra, democraticamente, sem a interferência abusiva dos órgãos superiores. Verifica-se maior respeito pela autonomia dos organismos, que dispõem de iniciativa para a solução dos problemas de sua alçada. O método de imposição vai sendo abolido nas relações entre os órgãos superiores e inferiores, entre dirigentes e militantes de base, sendo substituído gradualmente pelo método da persuasão.

A aplicação do princípio da democracia interna vem criando um clima propício à crítica de baixo para cima, antes sufocada pelo sistema de direção mandonista. O direito de opinar livremente, dentro dos princípios partidários, tem sido assegurado a todos os comunistas, eliminando-se a discriminação contra os que divergem. Em virtude do emprego de processos mais corretos de luta interna e da autocritica que vem sendo realizada pela direção, foi possível recuperar para a atividade numerosos militantes que se haviam afastado ou se mantinham inativos como consequência dos métodos impositivos e discriminatórios adotados no passado.

A orientação adotada para a superação de sérios defeitos no que se refere à estrutura orgânica, à política de imprensa, ao trabalho de educação, à política de finanças e à organização das empresas vem produzindo consequências positivas, embora ainda de caráter parcial. A adaptação da estrutura do Partido à organização administrativa do país possibilitou uma integração maior dos organismos regionais e locais na vida política. Alguns êxitos têm sido assinalados com a execução da nova política de imprensa, refletidos no aumento da circulação do semanário, na difusão alcançada pela revista e na preparação das bases materiais para o lança-

mento do diário. O reinício do trabalho de educação política e ideológica em novas bases, com um maior aproveitamento das possibilidades legais, vem obtendo resultados no sentido de superar o caráter dogmático e acadêmico que possuíam, em grande parte, os cursos anteriores. Regulariza-se a situação financeira, seriamente abalada pela política de finanças anteriormente adotada e pelos acontecimentos do período 1956-1957.

66 - Embora tenham sido registrados êxitos efetivos, não podem ser considerados plenamente satisfatórios os esforços realizados até agora para corrigir os erros sectários e dogmáticos, superar as dificuldades criadas pelo surto fracionista e reorganizar toda a atividade partidária em novas bases. Em vários setores do Partido persiste a confusão ideológica e política provocada por concepções dogmáticas ou revisionistas não eliminadas de todo no processo da luta interna. Nosso trabalho ideológico e de propaganda ressentem-se de grande debilidade, o que influi negativamente na formação dos comunistas e no processo de assimilação da linha política. O funcionamento orgânico do Partido é muito precário, pela incapacidade que tivemos, até o momento, de aplicar corretamente os princípios de organização e justos métodos de trabalho. É insuficiente também o empenho realizado para colocar os comunistas à frente das massas em sua vida cotidiana e em suas lutas, para ligar profundamente o conjunto do Partido aos trabalhadores e ao povo.

Conquanto tenham sido obtidos êxitos na organização do trabalho do Partido entre os estudantes, não foi ainda analisado e resolvido o importante problema da atuação dos comunistas entre a juventude. O papel destacado que desempenham as massas de jovens na vida econômica e política dos país exige um exame acurado da experiência da UJC e a adoção de medidas para a reorganização do trabalho juvenil dos comunistas.

67 - A fim de impulsionar a reorganização do trabalho partidário em consonância com a presente situação política do país e com a atual orien-



tação do Partido é indispensável erradicar de nossas fileiras a concepção do Partido Comunista como seita, uma vez que ela se opõe ao próprio caráter da missão que os comunistas têm a cumprir. Sejam quais forem as condições, mesmo nas circunstâncias de penosa ilegalidade, à frente da classe operária deve estar um partido que saiba dirigir a luta pelos objetivos revolucionários na ação política corrente, diária, determinada pelas próprias exigências do movimento real das massas, das classes e das forças políticas. Os comunistas só cumprirão seu papel histórico na medida em que se colocarem a serviço das massas e se lançarem decididamente à atividade junto às massas. A essa exigência essencial devem se subordinar as atividades de agitação e propaganda, do trabalho de massas e da organização do Partido. Cada organização do Partido deve, ante de tudo, promover a participação ativa, paciente e contínua dos militantes comunistas na organização de massas.

O combate intransigente à concepção sectária do Partido nada tem a ver, porém, com as teses liquidacionistas que, a pretexto de superar o sectarismo, medraram em nossas fileiras durante o debate e ainda exercem influência sobre um certo número de comunistas. A construção do Partido exige uma luta enérgica contra tais concepções. O Partido de vanguarda da classe operária existe como necessidade histórica, como resultado normal e inevitável do desenvolvimento capitalista no país, o qual fez surgir o proletariado, tornando-o cada vez mais numeroso e concentrado.

Se a frente única nacionalista e democrática encarna os interesses políticos gerais do povo brasileiro, o Partido Comunista, que é o defensor mais consequente desses interesses, e por isso participa da frente única, não pode deixar de existir e atuar como representante dos interesses específicos de classe do proletariado que, além das transformações anti-imperialistas e democráticas, visa a chegar ao socialismo e à sociedade sem classes. O proletariado procura conduzir a luta pela emancipação nacional de modo consequente, devendo por isso conservar, dentro da frente única, sua independência ideológica, política e organizativa. Tal independência é inconcebível sem que exista um Partido Comunista, uma vanguarda

guiada pela teoria marxista-leninista e vinculada por múltiplos laços às massas do proletariado.

68 - A fim de estabelecer relações acertadas entre o Partido e as massas, entre o Partido e a frente única, é necessário combater tanto as concepções sectárias herdadas do passado, que se traduzem no menosprezo pelo trabalho de massas e pela atuação na frente única, quanto as tendências liquidacionistas, que se exprimem na subestimação do papel do Partido como vanguarda e na tendência a substituí-lo pela frente única.

Em alguns setores do Partido registram-se tendências a abandonar o trabalho nas organizações partidárias e limitar-se exclusivamente ao trabalho nas organizações de massas, a afrouxar os vínculos partidários, a fugir às discussões responsáveis no seio do Partido, ao trabalho coletivo e à disciplina, a encarar com desinteresse as reuniões regulares dos organismos e a substituí-los por ativos.

Algumas organizações do Partido tendem, deste modo, a converter-se em apêndice das organizações de massa, renunciando ao seu papel de vanguarda. Surgem teses isoladas que preconizam a substituição das organizações partidárias por frações sindicais. O trabalho de certas direções quase se limita à atividade de cúpula aos contatos com outras forças políticas e com organizações de frente única, não havendo a necessária preocupação pela construção do Partido e pelo funcionamento das bases. Esta é uma das razões para a débil atuação política das bases, que não operam como organismos vivos e têm pouca capacidade de mobilização de massas.

O desinteresse pela construção do Partido conduz a uma atitude errônea no que se refere aos revolucionários profissionais. Anteriormente, o número excessivo de funcionários do Partido era um dos índices de sua burocratização e do seu desligamento das massas. Ao corrigir esse erro, não é admissível cair, porém, no extremo oposto: a eliminação de todos os quadros revolucionários profissionais, como fazem hoje alguns organismos partidários. Um partido revolucionário da classe operária não



pode prescindir de certo número de quadros inteiramente dedicados à sua organização.

Como resultado da influência dessas concepções, não estão sendo plenamente aproveitadas as condições favoráveis existentes para a construção do Partido, para o crescimento de suas fileiras mediante o recrutamento de novos militantes, e para a estruturação e ativação das Organizações de Base.

Uma condição essencial para fortalecer o papel de vanguarda dos comunistas é o combate firme a essas tendências errôneas, à ideia de que a organização do Partido atrapalha a atividade de frente única. Na realidade, os comunistas não podem realizar uma atividade correta na frente única sem o Partido, sem a sua orientação coletiva, sem o seu papel mobilizador e organizador. É errôneo contrapor o trabalho de organização do Partido ao trabalho entre as massas.

Os comunistas têm como principal missão o trabalho junto às massas, no qual se apoiam para realizar as tarefas de construção do Partido.

69 - Para que o Partido possa desenvolver-se como um partido de massas, com capacidade de iniciativa e, ao mesmo tempo, combativo e disciplinado, é indispensável a justa aplicação do centralismo democrático. No terreno de organização do Partido é necessário, de um lado, combater, simultaneamente, as concepções sectárias e os métodos mandonistas que entravaram durante muitos anos o seu desenvolvimento e ainda persistem em certos setores e, de outro lado, as concepções liberais e as tendências anárquicas, que pregam o abandono do centralismo para a formação de um “partido amplo de esquerda”, sem as características de um partido marxista-leninista.

No que tange às relações entre os organismos superiores e inferiores, a reação natural contra o antigo desrespeito à autonomia dos organismos assume, por vezes, o caráter nocivo de uma pretensão à independência dos organismos inferiores, de relaxamento dos laços de subordinação da parte ao todo, essenciais à unidade do Partido. Essa concepção liberal se

manifesta, também, sob a forma de localismo ou setorismo, na tendência a sobrepor os interesses de uma organização aos interesses de uma organização aos interesses de todo o Partido. A fim de superar esses erros, é necessário estabelecer relações acertadas entre os organismos, devendo as instâncias superiores estimular a iniciativa das organizações subordinadas, sem abdicar, porém, de sua função dirigente.

A exagerada centralização do trabalho se manifestava, anteriormente, no excesso de planos e de tarefas impostos de cima para baixo, sem atenção às condições reais existentes. Ao reagirem contra este erro, muitos organismos incorrem atualmente no erro oposto de abolir todo o trabalho planejado, praticando uma direção puramente espontaneísta, que impossibilita qualquer controle da atividade e implica renunciar a uma direção efetiva.

Assim também, a pretexto de lutar contra os métodos impositivos e mandonistas, certo número de comunista pleiteia, na realidade, a eliminação da disciplina partidária, recusando-se a cumprir as resoluções coletivas dos organismos e as diretivas dos órgãos dirigentes. A manutenção da disciplina consciente no Partido é condição básica para assegurar sua unidade de pensamento e de ação.

Embora se registre um esforço no sentido de aplicar efetivamente o princípio da direção coletiva, ainda não se podem considerar plenamente satisfatórios os resultados obtidos. É necessário evitar que as direções restritas atuem em substituição aos órgãos dirigentes coletivos, e mobilizar o conjunto desses órgãos para o trabalho efetivo de direção.

70 - A luta pelo desenvolvimento do Partido e pela realização de sua política exige a intensificação do trabalho ideológico, que deve estar voltado para o combate simultâneo às tendências dogmáticas e revisionistas não superadas. Em particular, é indispensável um trabalho permanente para eliminar o sectarismo e o dogmatismo, que possuem raízes antigas e extensas na direção e nas fileiras do movimento comunista.

A fim de superar o dogmatismo, faz-se mister intensificar em todo o Partido a educação ideológica em bases marxista-leninistas, unindo indisso-



livelmente os princípios do socialismo científico com o estudo da realidade brasileira e com a prática do movimento revolucionário em nosso país.

O combate às influências ideológicas estranhas à classe operária impõe a generalização da experiência histórica do Partido, o conhecimento do processo de sua formação e a crítica aprofundada às concepções pequeno-burguesas que predominam, em diversos períodos, na sua direção e em suas fileiras. Exige, igualmente, uma ação constante de desmascaramento das ideias errôneas que circulam no Partido como resultado da pressão ideológica exercida, de um lado, pela pequena burguesia e pela burguesia, e, de outro lado, pela propaganda do imperialismo e da reação.

71 - As condições políticas atuais são particularmente favoráveis ao crescimento e fortalecimento do Partido e à conquista de sua legalidade. A orientação unitária e patriótica dos comunistas, seu papel combativo no movimento nacionalista, nas organizações sindicais, estudantis e populares, sua participação efetiva na vida política do país, o prestígio crescente das ideias do socialismo são fatores que atraem para o partido da classe operária a simpatia de milhares de trabalhadores e patriotas de outras camadas sociais.

O recrutamento de novo militantes, a multiplicação dos efetivos do Partido, deve constituir uma preocupação constante de cada comunista. A concepção do Partido como uma pequena organização de propagandistas e agitadores, de “poucos, porém bons”, corresponde ao estágio primitivo do movimento revolucionário e não pode prevalecer na situação nova em que vivemos. A classe operária e o povo brasileiro necessitam ter à frente de suas lutas um grande Partido Comunista, que seja poderoso do ponto de vista numérico e organizativo, consciente e firme do ponto de vista político e ideológico. O crescimento das fileiras do Partido deve estar, por isso, intimamente associado a um trabalho persistente de consolidação da estrutura partidária e de educação dos comunistas no espírito do marxismo-leninismo.

A situação atual do Partido, que desfruta certa legalidade de fato em sua atuação, mas continua privado do registro legal como partido político, implica uma contradição que pode e deve ser resolvida. A legalidade

do Partido Comunista não é uma reivindicação exclusiva dos comunistas, mas uma medida necessária à consolidação da democracia em nosso país, um direito democrático de parcela considerável do eleitorado. A luta pela legalidade do Partido deve ser conduzida tanto por meios jurídicos como através da mobilização da opinião pública, e assumir o caráter de um amplo movimento que receba o apoio de todas as forças democráticas.

72 - Para desenvolver-se e consolidar-se, nosso Partido deve depurar-se de persistentes defeitos que o acompanham há longos anos e adquirir qualidades novas. Somente nestas condições poderá cumprir sua missão histórica. Aplicando uma política ampla e unitária, devemos manter posição independente dentro da frente única, a posição que corresponde à única classe revolucionária consequente, que luta pela emancipação nacional com o objetivo final de conduzir o proletariado brasileiro, à frente das massas trabalhadoras, para o socialismo e a sociedade sem classes, que é o futuro de toda a humanidade. Nosso Partido já sobreviveu a muitas vicissitudes. Provou que é capaz de suportar vitoriosamente os golpes dos agentes do imperialismo, da reação fascista e de toda espécie de renegados. É um movimento que não pode ser destruído porque representa uma corrente histórica invencível. Nosso dever é o de não poupar energias para reforçá-lo, para torná-lo o grande partido de massas da classe operária, ideologicamente coeso, organizado e unido em torno de sua linha política e do Comitê Central.



